

# ASPECTOS GERAIS DA CONDIÇÃO DE MORADIA NA BAHIA

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia  
Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento  
Ronald de Arantes Lobato

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia  
José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Pesquisas  
José Ribeiro Soares Guimarães

Ficha Técnica

Coordenação de Pesquisas Sociais

Laumar Neves de Souza

Coordenação Editorial

Patrícia Chame Dias

Equipe Técnica

Cláudia Monteiro Fernandes

Daniela Franco Cerqueira

Diva Maria Ferlin Lopes

Flávia Santana Rodrigues

Laumar Neves de Souza

Lucas Marinho Lima

Luis André de Aguiar Alves

Patrícia Chame Dias

Marcelo Santana

Sistematização dos Dados

Coordenação de Pesquisas Sociais

Revisão de Linguagem

Vera Brito

Coordenação de Biblioteca e Documentação

Ana Paula Sampaio

NORMALIZAÇÃO – Raimundo Pereira Santos

Coordenação de Disseminação de Informações

Márcia Santos

EDITORIA DE ARTE E ESTILO – Elisabete Cristina Barretto

PRODUÇÃO EXECUTIVA – Anna Sapucaia

PROJETO GRÁFICO – Elisabete Barretto, Julio Vilela

EDITORIAÇÃO – Autor Visual Comp. Gráfica

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Aspectos gerais da condição de moradia na Bahia.-

Salvador: SEI, 2008.

134 p. il. (Série estudos e pesquisas, 80).

ISBN 978-85-85976-67-5

1. Moradia – Bahia. 2. Desenvolvimento social – Bahia.

I. Título. II. Série.

CDU 351.778.5(813.8)

Impressão: EGBA

Tiragem: 800 exemplares

Av. Luiz Viana Filho, 435, 2º andar - CAB – CEP 41750-002 Salvador - Bahia

Tel.: (71) 3315-4822 / 3115-4707 – Fax: (71) 3116-1781

www.sei.ba.gov.br – sei@sei.ba.gov.br

## ■ SUMÁRIO

5	<b>APRESENTAÇÃO</b>
9	<b>INTRODUÇÃO E ELEMENTOS METODOLÓGICOS</b>
19	<b>PANORAMA SOBRE O DÉFICIT HABITACIONAL NA BAHIA ENTRE 1991 E 2005</b> <i>Daniela Franco Cerqueira, Flávia Santana Rodrigues</i>
20	NOVOS APARATOS LEGAL E INSTITUCIONAL DA QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL E NA BAHIA
29	CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA DE CÁLCULO DO DÉFICIT HABITACIONAL
36	CARACTERÍSTICAS DO DÉFICIT HABITACIONAL NA BAHIA
48	CONSIDERAÇÕES FINAIS
52	REFERÊNCIAS
55	<b>MORADIA NA BAHIA: COMPARAÇÕES E REFLEXÕES</b> <i>Patrícia Chame Dias</i>
56	CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS PRELIMINARES
59	SOBRE A HABITABILIDADE: A ESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS
60	<b>Material das paredes</b>
62	<b>Tipos de coberturas</b>
66	SOBRE A DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS: O SANEAMENTO BÁSICO
67	<b>Abastecimento de água</b>
72	<b>Esgotamento sanitário</b>
77	<b>Destino do lixo</b>
81	CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS CONDIÇÕES DE MORADIA NA BAHIA
86	REFERÊNCIAS
89	<b>PRESENCAS E AUSÊNCIAS DE BENS DURÁVEIS: 1995 E 2005</b> <i>Diva Maria Ferlin Lopes, Lucas Marinho Lima</i>
92	BENS DURÁVEIS NO NORDESTE, NA BAHIA E NA RMS
94	A ÓTICA DA <u>NÃO</u> PRESENÇA
96	OUTROS ELEMENTOS: ILUMINAÇÃO ELÉTRICA E TELEFONE FIXO
98	NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS E OUTRAS COMPARAÇÕES
103	BREVE ESTUDO DA DISTRIBUIÇÃO DOS BENS NOS DOMICÍLIOS SEGUNDO O RENDIMENTO MENSAL
106	AUSÊNCIAS CONCOMITANTES, BREVE ABORDAGEM
106	CONSIDERAÇÕES FINAIS
107	REFERÊNCIAS

109	<b>CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS CONVIVENTES NA BAHIA: ALGUMAS OBSERVAÇÕES COM BASE NOS DADOS DAS PNADS DE 1995 E 2005</b> <i>Laumar Neves de Souza, Luis André de Aguiar Alves, Marcelo Santana</i>
113	MERCADO DE TRABALHO E ASPECTOS DEMOGRÁFICOS NOS ANOS 1990 E 2000
118	PRESENÇA E CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS CONVIVENTES NA BAHIA
130	CONSIDERAÇÕES FINAIS
132	REFERÊNCIAS

## APRESENTAÇÃO

A habitação é uma necessidade básica dos indivíduos. Elemento essencial para sua sobrevivência, representa a possibilidade de abrigo e de individualização, constituindo-se no local da intimidade, da família, do repouso, onde os sujeitos se organizam para enfrentar os desafios cotidianos. Inclui-se, portanto, no rol dos elementos básicos – junto à educação, renda e saúde – que possibilitam aos indivíduos e aos grupos sociais desenvolverem suas capacidades, realizarem escolhas e inserirem-se de forma ativa na sociedade. Assim entendida, a habitação apresenta-se como uma necessidade social. No entanto, mesmo que a partir do ano de 2000 tenha passado a figurar como um dos direitos de cidadania garantido constitucionalmente (com a publicação da Emenda Constitucional 26/2000), a moradia, sobretudo aquela que esteja dentro dos parâmetros que a definem como adequada, permaneceu como algo escasso.

O fato é que a habitação se constitui (como há décadas) em pauta de reivindicação de diferentes grupos sociais, especialmente daqueles que se inserem mais precariamente no mundo produtivo. Desse modo, embora o Estado brasileiro venha criando alternativas para a população de menor renda e sem renda (seja na produção ou na qualificação de domicílios), bem como, criando e ampliando as estratégias de financiamento para os segmentos baixo, médio e alto, esse investimento vem sendo insuficiente, e mesmo vem se reduzindo ao longo do tempo, o que resulta na persistência da demanda por moradias. Do mesmo modo, permanecem os problemas referentes à falta de saneamento básico adequado, de infra-estruturas, de serviços, de condições de acessibilidade – requisitos que contribuem para uma boa condição de moradia – para grande parte da população brasileira.

Na Bahia, estado localizado na região Nordeste, que ao longo de sua história acumulou inúmeros tipos de déficits sociais, essa situação também vem sendo evidenciada e, especialmente no que tange à cobertura por serviços públicos, apresenta-se de forma mais severa do que em outras partes do país. Não é raro verificar na mídia, na academia, nos discursos políticos, e mesmo por simples observação, as precárias e desiguais condições de moradia reinantes nesse estado. Tais desigualdades, que podem ser associadas à classe social dos indivíduos, também são decorrentes das diferentes formas e processos de ocupação do solo e de distribuição das dinâmicas socioeconômicas. Contudo, apesar de evidente e urgente, assim como em outras partes do Brasil, a questão da moradia não tem sido objeto de uma ação governamental mais eficaz. Do mesmo modo, não têm sido comuns trabalhos que levantem dados, discutam e articulem informações sobre diferentes aspectos relacionados à moradia, sobretudo, que tratem das suas condições nas diferentes porções da Bahia.

Considerando que a habitação é um item fundamental ao desenvolvimento social, atentando para a situação anteriormente referida e no intuito de contribuir para o conhecimento das condições de moradia na Bahia, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), através Coordenação de Pesquisas Sociais (COPES), elaborou este estudo.

Composto de quatro textos que versam sobre diferentes temas relacionados à moradia, este trabalho constitui-se um primeiro esforço desta Instituição para a apropriação e sistematização de dados sobre o tema. Com isso, pretende-se levantar elementos que permitam pensar sobre a questão da moradia e que, conseqüentemente, contribuam para a elaboração de políticas públicas que tenham como meta a produção de moradia digna para a população da Bahia, sobretudo para aquela parcela de menor renda, que depende essencialmente do Estado para o provimento de suas necessidades mais elementares.

Por fim, agradecemos a Anderson Gomes de Oliveira, Lucas Marinho Lima e Mariana Gusmão por terem cedido, gentilmente, fotos de seus acervos, que contribuíram para abrilhantar os textos que integram esta publicação.







## INTRODUÇÃO E ELEMENTOS METODOLÓGICOS

Em um contexto histórico de extrema desigualdade, no qual, reconhecidamente, as ações do Estado na implantação e melhoria das infra-estruturas e serviços públicos se fizeram concentradas social e espacialmente, onde o acesso à renda adequada para o provimento das necessidades básicas dos indivíduos vem sendo cada vez mais restrito, as intervenções do Poder Público se fazem fundamentais para que a sociedade alcance o mínimo de bem-estar e de segurança social. No entanto, frente à incorporação dos pressupostos neoliberais nas distintas instâncias governamentais – ideário que tem dentre seus postulados a necessidade de diminuição do “tamanho” do Estado –, as políticas sociais vêm primando por serem focais.

No entendimento de Ivo (2003, p. 7), no contexto político, econômico e ideológico predominante a partir dos anos 1990, onde as idéias de desconcentração e flexibilização das políticas públicas ganharam força, as políticas sociais deixaram de ser tratadas como de responsabilidade do Estado e converteram-se num compromisso de toda a sociedade. Então, tais políticas deixaram de ser tratadas como estratégia para garantir os direitos sociais e assumiram um caráter essencialmente compensatório. Para a autora, os atendimentos das demandas sociais vêm sendo realizados por programas implantados “[...] à margem da institucionalidade vigente no campo da proteção social (neste sentido, têm caráter flexível, sem se constituírem em direitos)”. Na presente lógica, a focalização tornou-se um conceito central para formulação das novas políticas sociais, na medida em que aparecia como uma ferramenta útil para racionalizar os gastos sociais.

Ainda que, como resultado da Constituição de 1988, uma série de mecanismos tenha sido criada para que houvesse maior participação democrática na definição das metas para as ações públicas, inexistiram políticas que efetivamente garantissem o alcance dos direitos sociais, que, de fato, promovessem a alteração das estruturas que mantêm a intensa desigualdade social da maioria da população brasileira.

Quando se pensa em políticas que visem a promover a melhoria da qualidade de vida – algo cada vez mais referido nos planos governamentais e nas agendas dos organismos multilaterais –, a situação apresenta uma outra gama de complexidade. Além dos direcionamentos que a questão social vem tomando no âmbito das políticas públicas – que são estruturantes, visto que definem as formas de intervenção –, não há um consenso relativo sobre o conceito de qualidade de vida, o que está associado à multiplicidade de facetas sob as quais pode ser abordada. Fundamentalmente, é possível analisá-la a partir de três dimensões:

[...] relacionando-a aos aspectos individuais (modo, condições, estilos de vida, percepção de bem-estar, espiritualidade, objetivos de vida, relações sociais), coletivos (desenvolvimento humano, comunidades saudáveis, sustentabilidade e ecologia humana) e políticos (democracia, direitos humanos e sociais) (KEINERT, 2004, p. 4).

Depreende-se, portanto, que tal qualidade resulte de um conjunto de elementos que vão desde a satisfação das necessidades vitais, às condições que possibilitem ao indivíduo uma participação ativa na sociedade. Sendo assim, habitação alimentação, saúde, educação, mas, também, segurança, cultura, lazer e possibilidade de acesso a emprego e renda aparecem como elementos a serem articulados para compor uma pauta de ação que vise a diminuir a precariedade das condições de vida de uma população. Essa situação resulta em dificuldade de construção de políticas que promovam sua melhoria efetiva já que, para isso, seria necessário articular uma série de instâncias e agentes. Sobretudo, a existência de uma ampla gama de elementos que podem ser objeto de ações “focalizadas” inviabiliza a necessária noção de totalidade no trato dessa problemática.

Aceitando-se como válida a idéia de que os programas com focos muito bem delimitados, por métodos e critérios racionais, permitem tratar dos problemas sociais sem alterar as causas que os produziram e, que isso, ainda que resulte em melhorias a curto prazo não minimizam a possibilidade de persistência de tais problemas, entende-se a necessidade de desenvolver estudos que, sem perder de vista a dinâmica da totalidade, abordem com maior profundidade determinados aspectos da realidade. Sendo assim, a par de toda discussão sobre o conceito e sobre as múltiplas possibilidades de tratar da qualidade de vida, o aprofundamento do estudo de questões sobre habitação é considerado um dos itens fundamentais para sua compreensão.

Essa noção se baseia no pressuposto de que a habitação não se restringe ao plano da casa (do morar). Além de ser crucial para a sobrevivência individual e social do homem – afinal é o seu lugar no mundo – a moradia é resultante de um conjunto de práticas sociais acumuladas historicamente, e, simultaneamente, é um local onde se realizam práticas indispensáveis para a reprodução social. Por isso mesmo, a análise das condições de moradia envolvem discussões que versam não apenas sobre sua disponibilidade em termos quantitativos e qualitativos, mas, igualmente, sua localização e as possibilidades a ela inerentes de acesso a equipamentos, aos serviços públicos, às estruturas de lazer e de comércio e, destaque-se, ao mercado de trabalho.

No Brasil, duas linhas de discussão norteiam grande parte das análises sobre a habitação: a primeira versa sobre a carência de moradias e a segunda trata das condições dos domicílios. Cada uma impõe inúmeras reflexões. Pode-se abordar o papel do Estado na produção de unidades habitacionais para os diferentes segmentos sociais e a crescente importância do mercado nesse processo; a localização do domicílio e a desigualdade de características a ela associadas; a disponibilidade de serviços de saneamento; as formas de morar e a sociabilidade, dentre outros assuntos. Mas, o fato é que, se a relação entre habitação e condições de

vida permeia as discussões científicas há muito (a exemplo do trabalho escrito por Engels, em 1845, intitulado “A condição da classe trabalhadora na Inglaterra”), no Brasil, essa relação apareceu com destaque a partir do processo de industrialização, ensejado com a Revolução de 1930 e aprofundado décadas seguintes, o que acarretou, dentre outras coisas, uma intensa, acelerada e desordenada urbanização.

Assim como nos demais países latino-americanos, onde a industrialização iniciou-se mais tardiamente em relação ao que ocorreu em boa parte da Europa, no Brasil esse processo provocou uma intensa emigração de moradores de locais empobrecidos, onde o emprego era escasso e as condições de vida precárias, para outros que estavam se apresentando como prósperos: as grandes cidades, especialmente as do Sudeste. Esse direcionamento migratório, longe de ser casual, decorreu dos intensos investimentos públicos e privados realizados nessas áreas, voltados à implantação da lógica e de estruturas que favorecessem a expansão da industrialização, circunstância que, evidentemente, resultou na criação de um amplo e diversificado mercado de trabalho. Tal situação, frente à estagnação existente em outras regiões, em especial no Nordeste, tornou os grandes centros urbanos em pólo de atração migratória.

Entende-se, pois, que a urbanização brasileira (vista aqui como aumento da população urbana, mas também, do desenvolvimento de complexas dinâmicas que caracterizam as cidades capitalistas) pode ser considerada como resultante dos interesses das grandes empresas, por isso mesmo, conforme Santos (1996, p. 96), foi uma “urbanização corporativa”, constituída por “[...] uma expansão capitalista devorante de recursos públicos, uma vez que são [processos] orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais”.

Sob essa lógica, os imigrantes e os não-migrantes das grandes aglomerações, embora tendo acesso a um amplo mercado de trabalho, não encontraram políticas públicas que tivessem como uma de suas prioridades a promoção de uma condição de vida adequada, o que incluiria o provimento e a adequação da moradia. Tendo em vista que a submissão da cidade ao capital se ampliou com o passar do tempo, o que teve como um de seus produtos o aumento da especulação imobiliária, a terra urbana tornou-se uma mercadoria cara e, portanto, escassa. Essa situação colaborou para a ampliação do problema da carência de residências, obrigando uma parcela expressiva da população a buscar alternativas em outros lugares, especialmente nas periferias das cidades. Assim, ocorreu a expansão urbana no país; expansão essa que se refere ao aumento da ocupação espacial já que a estrutura urbana não avançou tão rapidamente para esses lugares. Nessas condições, não é difícil entender porque para tais áreas se deslocaram os mais pobres, aqueles que não tinham como habitar em locais mais centrais submetidos a uma intensa especulação.

Não se pode desconhecer que a estrutura dos lugares e a condição da moradia estão associadas à classe social dos indivíduos que lá residem e que a diferença entre os lugares e as possibilidades de habitar estão associadas ao peso que o mercado imobiliário teve e tem na

produção da habitação. Tal como dito por Corrêa (1989), esse peso se ampliou na medida em que o Estado, por ser capitalista e ter sua ação perpassada pelos diferentes interesses sociais, passou a privilegiar aqueles dos segmentos sociais dominantes. Sendo assim, a desigualdade na distribuição e no funcionamento dos serviços públicos é resultante de um tipo de planejamento. Seguindo nessa linha de raciocínio, Rolnik (2006, p. 202) afirmou o planejamento urbano nas cidades brasileiras, historicamente, “[...] esteve mais voltado para a cidade formal, das classes médias e dos médios e grandes empreendedores, do que dialogando com os mercados e baixa renda”. Por isso mesmo, é nas áreas informais (quase que totalmente habitada por pessoas de baixa renda) que se encontram os principais problemas referentes à moradia: construções precárias e desordenadas, ausência de saneamento básico, inexistência de pavimentação adequada, de transporte irregular, dentre outros.

A partir dessas breves considerações, algumas conclusões podem ser aventadas. A primeira é que, de forma geral, quem reside nas áreas informais não optou por esse lugar, simplesmente recorreu a ele por impossibilidade de estar na “cidade formal”. A segunda, por seu turno, diz respeito ao fato de que tal impossibilidade decorre de questões associadas à estrutura fundiária, à especulação da terra urbana, da ação seletiva dos agentes imobiliários e do Estado, e desigualdade de renda. A terceira se refere às porções informais das cidades, desvalorizadas pelo mercado imobiliário, onde estão os cidadãos que mais precisam da ação direta dos governos, são aquelas onde os serviços públicos, inclusive o saneamento, estão mais ausentes. Essa situação se mantém apesar de, nas últimas décadas, tais áreas terem sido alvo de inúmeros projetos que tinham como meta a melhoria das condições habitacionais. Contudo, tal como alerta Rolnik (2006, p. 202), de forma geral, tais projetos foram pontuais (ou focais), sem a preocupação de promover a “[...] completa remoção das diferenças físicas, urbanísticas, administrativas e simbólicas que separam esses assentamentos da cidade formal, marcando diferenças de condição e direito nas cidades, que repercutem fortemente na inserção política destes moradores”.

Na análise de Maricato (2006, p. 212-213), a produção de moradias na cidade informal, geralmente realizada de forma precária, lenta e por meio de autoconstrução, revela um paradigma típico do Brasil urbano, que vem aprofundando sua submissão à lógica capitalista:

[...] de um lado, a produção de parte da cidade que aloja moradores de baixa renda é mantida por eles próprios; de outro, temos um mercado privado que também não tem uma “vocação” capitalista strictu sensu: apenas 30% da população urbana, quando muito, têm acesso ao produto do mercado. Ele se dirige a uma elite e oferece um produto que confere distinção: um apartamento com vários banheiros e equipamentos que correspondem a um clube em condomínio fechado em localização também plena de simbologia distinguidora.

A questão da habitação no meio rural é mais delicada. Considerado por muitos como lócus do atraso e da pobreza, de forma geral, não figura como área de interesse do mercado. Em termos de políticas públicas, ao longo do tempo, foi objeto de propostas e programas pontuais, normalmente voltados a determinadas localidades ou decorrentes de pressão exercida por

associação ou movimento organizado de trabalhadores rurais. De forma geral, a habitação rural é marcada pela precariedade na edificação, em muito produzida por autoconstrução, destinada prioritariamente à moradia de seu construtor – portanto, não assume um caráter de mercadoria. Com relação ao acesso aos serviços públicos, em especial os de saneamento, a própria organização do espaço rural – onde os domicílios são dispersos – se constitui num obstáculo e justificativa para a reduzida expansão das redes de distribuição de água e para a implantação de formas adequadas de esgotamento sanitário. Do mesmo modo, essa mesma dispersão e as restritas possibilidades de circulação, interferem no acesso a serviços de saúde e educação, por exemplo.

O fato é que ainda que existam projetos de âmbito federal (normalmente em parceria com outras instâncias governamentais) que disponibilizavam a habitação e saneamento para os moradores rurais, inexistia de fato um programa nacional de habitação específico para essas áreas. Apenas em 2003, o Ministério das Cidades<sup>1</sup> passou a disponibilizar aos trabalhadores rurais acesso a recursos para subsidiar a construção de habitações no meio rural. Em 2006, foi publicada a lei que estabelece as diretrizes da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, que trata da habitação como um dos elementos a serem compatibilizados para que se alcancem as metas de tal política. No entanto, muito embora o montante de investimentos disponibilizado para equacionar questões referentes à moradia rural tenha sido crescente nos últimos anos, frente ao déficit acumulado historicamente, ainda é insuficiente para atender à demanda. Além disso, não contempla adequadamente as especificidades do meio rural, assim como não atende às necessidades específicas de cada região.

Desse modo, as estratégias de produção da habitação rural ainda estão, em muito, vinculadas às possibilidades individuais. Ademais, as políticas públicas voltadas ao seu provimento e à qualificação dos domicílios estão ainda mais defasadas do que o que é verificado no urbano.

Na Bahia, a situação não se apresenta muito distinta. Se muitos emigraram desse estado para o Sudeste, também se observou intenso fluxo de pessoas do interior em direção à Salvador, sua maior cidade e também a maior capital nordestina. Tal situação, em função das especificidades locais, ocorreu antes mesmo que o Estado ingressasse efetivamente no processo de industrialização nacional. Santos (1958) apontou que contribuíram para esse processo a pobreza das áreas semi-áridas e a decadência da economia da cana-de-açúcar praticada no Recôncavo.

Nesse contexto, nos anos 1940-1950, em Salvador ocorreu ampliação significativa de sua população e área ocupada. Esse processo incidiu sobre o mercado imobiliário: ocorreu intensificação da procura por novas habitações, elevação dos aluguéis e a implantação de novos loteamentos. Porém, isso não foi suficiente para responder às especificidades da demanda por moradia, que era composta, predominantemente, de pessoas de baixa renda e sem maior capacidade de inserção na economia urbana. Eis que ocorreu a intensificação das áreas de ocupação espontâneas, algumas das quais organizadas de forma coletiva. Tais ocupações –

<sup>1</sup> As principais competências do Ministério das Cidades são tratar da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito.

que, a partir de então, assumiram a denominação de invasão –, aconteceram, sobretudo, nas periferias da cidade, que não dispunham de infra-estrutura, onde as condições de vida eram extremamente precárias, o que resultou, nas palavras de Santos (1958), na construção de “bairros inumanos”. Essa situação de ampliação das áreas ocupadas por moradias rudimentares não foi particular de Salvador. Nas diversas áreas urbanas da Bahia, independente do porte de população, com menor ou maior intensidade, essa situação se fez evidente.

Mais recentemente, ainda que tenham sido implementados programas visando à melhoria das condições de vida, alguma das quais voltadas à habitação, os antigos problemas não foram equacionados adequadamente. Análises mais recentes dão conta de que a estruturação das áreas urbana na Bahia continuou refletindo as desigualdades sociais, o que se evidencia nos contrastes entre a “[...] ‘cidade formal’ – caracterizada por áreas com boa oferta de infra-estrutura, reguladas pelo mercado imobiliário e normalmente atendendo à legislação urbanística [...]” e a “[...] ‘cidade informal’ – caracterizada pela implantação de loteamentos irregulares e clandestinos, bem como por invasões de áreas públicas e privadas [...]” (PEREIRA; SOUZA, 2006, p. 137). Estas últimas são ocupadas por pessoas de baixa renda, que não têm possibilidade de acesso aos produtos oferecidos pelo mercado imobiliário e que não foram “contempladas” pelas pouco efetivas políticas de habitação de interesse social.

No meio rural, embora haja políticas estaduais que visem ao combate à pobreza, onde um dos objetivos é a ampliação da infra-estrutura e dos serviços de saneamento, ainda não se observam mudanças significativas no que se refere às condições de moradia, o que se reflete nas demandas que as organizações da sociedade civil continuam trazendo ao governo<sup>2</sup>.

Nesse contexto, o estudo dos problemas que envolvem a habitação mantém-se pertinente e necessário. Todavia, nos últimos anos, têm sido escassos os trabalhos que discutam o assunto de forma ampla ou que tratem das distintas situações existentes no estado.

Ciente dessa situação e na tentativa de colaborar para o preenchimento dessa lacuna, apresenta-se este estudo, cujo objetivo é discutir aspectos relevantes para a análise das condições de moradia na Bahia. Para isso, adotou-se como principal base de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dos anos de 1995 e 2005, e, como unidade de referência, foram utilizados os domicílios particulares permanentes<sup>3</sup>. Com isso, cotejando os dados disponibilizados por essa pesquisa com os obtidos por outras fontes estatísticas (especialmente os censos demográficos), associado ao levantamento teórico sobre o tema e à elaboração de um panorama econômico desse período, discutiram-se os processos que resultaram na situação encontrada nesse estado. Na tentativa de dar mais consistência a essa discussão, sempre que possível, os dados da Bahia foram confrontados com os de outras unidades geográficas. Em outros termos, tentando verificar a relevância dos valores observados, compararam-se

<sup>2</sup> De acordo com o relatório do último PPA Participativo (2008-2011), o desenvolvimento da infra-estrutura, envolvendo habitação, saneamento e energia, foi o quarto item mais reivindicado.

<sup>3</sup> Nas notas metodológicas da PNAD descrevem-se como *domicílios particulares* aqueles destinados especificamente à habitação de uma pessoa ou grupo de pessoas, cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. A característica permanente é atribuída àqueles domicílios localizados em casa, apartamento ou cômodo e destinados à moradia, não tendo outros usos como propósito.

os dados da Bahia com os do Brasil, do Nordeste, e com os aferidos na Região Metropolitana de Salvador (RMS), sua área mais densa e urbanizada.

Fundamentalmente, neste trabalho as discussões versaram em torno de três temas.

O primeiro se refere à disponibilidade da habitação. A preocupação, neste caso, foi dimensionar a carência de unidades habitacionais no estado. Com esse objetivo, tendo como referência o levantamento bibliográfico voltado ao tema, Daniela Franco Cerqueira e Flávia Santana Rodrigues elaboraram um texto denominado *Panorama sobre o déficit habitacional na Bahia entre 1991 e 2005*, em que o intuito foi demonstrar como esse déficit se alterou no período referido. Para tanto, diferindo dos demais trabalhos desta publicação, utilizaram predominantemente os dados e a metodologia da Fundação João Pinheiro (FJP). Tal opção decorreu da ampla aceitação e utilização que essa metodologia vem tendo tanto na academia quanto em diferentes esferas de governo, o que possibilita a comparação do presente estudo com outros que versam sobre o mesmo tema em diferentes contextos.

Cerqueira e Rodrigues organizaram seu trabalho contemplando, inicialmente, uma discussão sobre a metodologia da FJP e sobre o conceito de déficit habitacional por ela elaborado – que incorpora como elementos: moradias precárias; domicílios improvisados; e coabitação familiar. Adotando as propostas da FJP, apresentaram os déficits total, urbano e rural da Bahia, comparando-os com o da RMS, do Nordeste e do Brasil. Além disso, os referidos autores se preocuparam em averiguar os diferenciais do déficit habitacional por faixa de renda e sua taxa de crescimento e também em discutir, tendo como base a importância de cada um dos componentes do déficit total, o papel do Estado na manutenção dessa situação.

Observe-se que a linha metodológica adotada fez com que esse texto seguisse uma escala temporal distinta da observada nos demais trabalhos desta publicação (1991, 2000 e 2005). Contudo, consideraram todas as unidades espaciais propostas (Brasil, Nordeste, Bahia e RMS), diferenciando as informações para as áreas urbana e rural.

A segunda discussão, feita em dois textos, versa sobre o ato de morar. No primeiro, intitulado *Moradia na Bahia: comparações e reflexões*, Patricia Chame Dias preocupou-se em verificar as condições objetivas de moradia a partir do levantamento das características dos domicílios. No segundo, Diva Maria Ferlin Lopes e Lucas Marinho Lima analisaram a presença e a ausência de determinados bens duráveis nos domicílios, como elementos que implicam condições de maior conforto e salubridade para os moradores.

Em seu texto, Dias, trabalhou com dois grupos de dados. Baseada em diferentes autores, considerou necessário, para alcançar o objetivo proposto, levantar informações sobre as condições de habitabilidade e sobre a disponibilidade de serviços de saneamento básico.

Para avaliar o primeiro item, condições de habitabilidade, fundamentada principalmente nos estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre moradia adequada, a autora selecionou indicadores que denotassem as características físicas do domicílio que têm como função proporcionar salubridade adequada e possibilitar sua distinção dos

demaís: material das paredes e material das coberturas. Como serviços de saneamento, considerando os inúmeros trabalhos sobre o tema, mas, principalmente, a Lei nº. 11.445, de 2007, utilizou-se informações sobre os tipos de abastecimento de água, as formas de esgotamento sanitário e o destino do lixo. Todas essas informações foram levantadas para a Bahia e comparadas com as da RMS, do Nordeste e do Brasil, para os meios urbano e rural, considerando os anos de 1995 e 2005.

Partindo do pressuposto de que a condição de moradia de uma determinada população está profundamente associada às políticas públicas, ao longo do seu texto, Patricia Dias tratou do papel do Estado na manutenção das diferenças entre as condições de vida existente nos espaços geográficos analisados. Igualmente, discutiu a desigualdade de acesso aos serviços públicos como algo que limita as possibilidades do exercício da cidadania.

No trabalho de Lopes e Lima, denominado *Presenças e ausências de bens duráveis: 1995 e 2005*, a preocupação foi verificar o nível de conforto e bem-estar existente nos domicílios, o que foi associado à presença (ou ausência) de determinados bens duráveis no seu interior. Seguindo a metodologia da PNAD, consideraram como tais bens os seguintes itens: fogão, filtro de água, rádio, televisão, geladeira, freezer e máquina de lavar roupas. Levantaram ainda informações sobre a disponibilidade de energia elétrica e de telefone fixo no domicílio.

Para compreender os dados da Bahia, os autores fizeram comparações com o Nordeste e com a RMS, em 1995 e em 2005. Acrescente-se que, além de apresentarem tais dados como tradicionalmente vem sendo feito, Lopes e Lima aprofundaram seu estudo abordando a ótica da não-presença, ou seja, verificando quantos, do total de domicílios, não possuíam determinado bem. Outra estratégia interessante foi a de desagregar os dados da RMS do conjunto estadual e os da Bahia da totalidade nordestina.

Na terceira vertente de discussão, o foco recai sobre a forma como as famílias se distribuem nos domicílios. Especificamente, Laumar Neves de Souza, Luis André de Aguiar Alves e Marcelo Santana elaboraram um estudo cujo objetivo foi comparar determinadas características socioeconômicas das famílias conviventes<sup>4</sup> da Bahia em dois momentos distintos, em 1995 e em 2005. Tal estudo, intitulado *Características das famílias conviventes na Bahia: algumas observações com base nos dados das PNADs de 1995 e de 2005*, foi balizado por duas idéias centrais. A primeira é a de que frente às alterações econômicas, socioculturais e demográficas ocorridas principalmente na segunda metade do século XX, a família vem experimentando redefinições quanto à sua organização e papel social. A segunda é a de que, com a exacerbação do modelo neoliberal e seus reflexos na precarização das relações de trabalho e na diminuição da quantidade empregos formais, houve declínio da renda familiar com consequente crescimento da dificuldade de garantia das condições de sobrevivência.

<sup>4</sup> Famílias conviventes são aquelas que, por diferentes razões, habitam num mesmo domicílio.



Após elaboração dessa discussão, tomando como referência o conceito de família proposto pelo IBGE, fazendo uso de microdados<sup>5</sup>, os autores trabalharam no intuito de distinguir o perfil das famílias primárias e secundárias<sup>6</sup> considerando as seguintes características: distribuição etária; taxa de fecundidade; tipo de arranjo familiar; rendimento familiar per capita e número médio de componentes. Tendo em vista a preocupação com o detalhamento das informações levantadas, os autores optaram por trabalhar uma única unidade geográfica, a Bahia, observando as mudanças ocorridas no estado entre 1995 e 2005.

Souza, Alves e Santana, entendendo que as relações familiares são fundamentais na formação individual e na própria reprodução social e, verificando que as famílias primárias apresentaram uma condição socioeconômica superior ao das famílias secundárias, consideraram a convivência familiar como uma estratégia adotada para minimizar os efeitos das dinâmicas econômicas que predominaram no país e na Bahia.

Longe de pretender esgotar cada um dos temas aqui tratados, os autores dos textos que integram esta publicação entendem ter proporcionado ao leitor um significativo conjunto de dados e discussões que possam contribuir para o entendimento de como se encontram as condições de moradia na Bahia. Ademais, espera-se que esse entendimento estimule a abertura para aprofundamentos em torno da temática e, com isso, favoreça a elaboração de um programa de habitação que produza cada vez melhores condições de moradia.

## REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

IVO, Anete Leal. Políticas sociais de combate à pobreza nos anos 1990: novas teses, novos paradigmas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2003 (Série estudos e pesquisas, 63). p. 7-27.

KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. Qualidade de vida e avaliação de políticas públicas. *Boletim do Instituto de Saúde*, São Paulo, n. 32, p. 4. abr. 2004. Disponível em: <[http://isaude.emdesenvolvimento.com.br/media/File/\\_bis/bis32.pdf](http://isaude.emdesenvolvimento.com.br/media/File/_bis/bis32.pdf)> Acesso em: 22 mar. 2008.

MARICATO, Maricato. O ministério das cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano. IPEA, *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, Brasília, n. 12, p.211-220, fev. 2006.

PEREIRA, Gilberto Corso; SOUZA, Ângela Gordilho. Condições de moradia e infra-estrutura urbana. In: CARVALHO, Inaiá M. M.; PEREIRA, Gilberto Corso (Org.). *Como anda Salvador*. EDUFBA: Salvador, 2006. p. 137-154.

ROLNIK, Raquel. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, Brasília, n. 12, p.199-210, fev. 2006.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. *O centro da cidade do Salvador*. Estudo de geografia urbana. Salvador: Progresso, 1958.

<sup>5</sup> Microdados consistem no menor nível de agregação dos dados de uma pesquisa, retratados na forma de códigos numéricos.

<sup>6</sup> As famílias *primárias* são aquelas famílias conviventes à qual pertence o responsável pelo domicílio e as *secundárias* são aquelas que coabitam no domicílio com a primária.



## PANORAMA SOBRE O DÉFICIT HABITACIONAL NA BAHIA ENTRE 1991 E 2005

*Daniela Franco Cerqueira \**

*Flávia Santana Rodrigues \*\**

O acesso à moradia sempre representou uma demanda de difícil realização para grande parte da população, particularmente para os estratos de menor renda. Mais recentemente, a flexibilização do mercado de trabalho, o aumento do desemprego e a diminuição da renda do trabalho ampliaram o contingente de famílias que ainda não conseguiu concretizar esse objetivo.

Acrescente-se a isso que, na década de 1990, as propostas de redução da intervenção do Estado na economia, e mesmo no âmbito social, refletiram-se na redução de políticas públicas (nos âmbitos estadual e federal) voltadas para o equacionamento da questão habitacional no Brasil como um todo e, na Bahia, em particular. Em decorrência dessa situação, a primeira metade dos anos 2000 foi marcada pelo surgimento de diversos movimentos sociais que tinham e ainda têm como eixo principal de organização a reivindicação por moradia – os chamados Sem-teto.

A ampliação do número de famílias sem moradia ou em habitações inadequadas serve como argumento incontestado das pautas de reivindicação dos movimentos sociais e de agentes da opinião pública que também pressionam o Estado para encontrar soluções para essa questão. Conseqüentemente, o crescimento da pressão social sobre a ação governamental nas áreas de planejamento e de infra-estrutura urbana contribui para que haja um redirecionamento de investimentos e programas públicos voltados para o tema habitação. Chama-se a atenção para estes dois movimentos que ocorrem em paralelo e se influenciam mutuamente: ampliação sistemática de uma massa de pessoas desprovidas de moradia, dentre outros direitos constitucionais, com inúmeras conseqüências sociais adversas, e criação de iniciativas de intervenções públicas no setor habitacional. Desse modo, a mensuração do chamado déficit habitacional constitui importante balizador dos resultados dessas políticas destinadas à diminuição das carências habitacionais no estado.

As crescentes dificuldades de obtenção de um local para morar no país e, especialmente, em seus grandes centros urbanos, tomam proporções preocupantes para o convívio social. Exemplos disso é o crescimento das favelas e invasões, onde se erguem diferentes tipos de moradias precárias<sup>1</sup>, que traduzem e reproduzem péssimas condições de sobrevivência daqueles que

\* Economista pela UFBA e Mestre em Economia pela UNICAMP. Técnica da SEI. [danielafranco@sei.ba.gov.br](mailto:danielafranco@sei.ba.gov.br)

\*\* Economista pela UFBA e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela UNIFACS. Técnica da SEI. [flavia@sei.ba.gov.br](mailto:flavia@sei.ba.gov.br)

<sup>1</sup> Cortiços, cabeças de porco, etc.

não possuem renda suficiente para residir em domicílios e locais com o mínimo de condições e infra-estrutura adequadas. Essa precariedade das condições de moradia consiste em um dos fatores que pode mascarar situações de déficit habitacional. Problema que se apresenta de forma diferente do ponto de vista espacial, sendo mais grave nas áreas urbanas e regiões metropolitanas do que no meio rural, devido, dentre outros fatores, às emigrações das pessoas no sentido do campo para as cidades, em busca de mais oportunidades de trabalho, o que produz desdobramentos na atual densidade populacional.

Levando-se em consideração esses aspectos, pretende-se demonstrar como o déficit habitacional na Bahia evoluiu entre 1991 e 2005.

Com base na diversidade de procedimentos técnicos de mensuração do déficit habitacional, neste estudo se fez a opção de aplicar a metodologia da Fundação João Pinheiro (FJP), que é a mais usual em diferentes trabalhos sobre o tema, sendo adotada oficialmente pelo governo federal (Ministério das Cidades), pela maioria dos governos estaduais, por governos municipais, universidades, centros de pesquisas e entidades profissionais. Nesse sentido, selecionaram-se tabulações já sistematizadas pela FJP, com base nos Censos Demográficos dos anos de 1991 e 2000 e nos microdados da PNAD de 2005, fontes estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses dados têm essa periodicidade visando à comparabilidade temporal, sendo que 2005 constitui-se no ano mais recente disponibilizado.

Este texto está estruturado em três seções. Na primeira apresentam-se os mecanismos legais e institucionais e a política de habitação do país e da Bahia, criados nas décadas de 1990 e 2000. Na segunda, debate-se a metodologia para estimar o cálculo do déficit habitacional realizada pela FJP, explicando os conceitos e limitações de seus componentes. Na terceira, são analisados os dados estatísticos de déficit habitacional da Bahia, comparando-os com os do Brasil, Nordeste e Região Metropolitana de Salvador (RMS). Busca-se ainda, identificar as particularidades desse déficit na Bahia – meios urbano e rural. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

## NOVOS APARATOS LEGAL E INSTITUCIONAL DA QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL E NA BAHIA

A partir do final da década de 1980, com a Constituição de 1988 e, mais acentuadamente, ao longo dos anos 1990, foram criados mecanismos administrativos no país que vêm auxiliando a modificação das políticas habitacionais, desde a fase de sua concepção até a de execução.

Durante a década de 1990, dois aspectos que caracterizam a intervenção governamental na área habitacional devem ser destacados, sendo o primeiro o constante reordenamento do arranjo institucional do setor<sup>2</sup> e o segundo, a aplicação de programas alternativos, executados

<sup>2</sup> De acordo com Santos (1999), reformulações freqüentes já vinham acontecendo nos órgãos responsáveis pelas questões urbanas e habitacionais, no final dos anos 1980, com a transformação do Ministério do Desenvolvimento Urbano (MDU), criado em 1985, em Ministério da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MHU), posteriormente em Ministério

majoritariamente com recursos orçamentários e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH)<sup>3</sup>, em particular, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Em 1990, por exemplo, no governo Collor foi feita uma reformulação geral da estrutura administrativa federal, ficando a Secretaria Nacional de Habitação (SNH)<sup>4</sup> subordinada ao Ministério de Ação Social (MAS). Outro rearranjo institucional foi a criação do Conselho curador do FGTS que, segundo informações oficiais, serviria para melhorar a distribuição dos recursos oriundos desse fundo e do Orçamento Geral da União (OGU) para a população de baixa renda.

Após a criação da SNH, lançou-se o Plano de Ação Imediata para Habitação (PAIH). Somente em 1991 formularam-se as diretrizes da Política Nacional de Habitação (PNH). Como exemplos de programas iniciais desse período têm-se: o de Construção e Recuperação de Habitações e Áreas Degradadas, o de Ação Imediata para Habitação e o de Habitação Popular. Entretanto, as políticas e programas habitacionais do ano 1990 não se mostraram suficientes para reverter a tendência de crescimento do déficit de moradias, “[...] estimado em cerca de 10 milhões de unidades<sup>5</sup>” (Souza, 1992, p. 12).

No final de 1992, outra reforma administrativa federal foi realizada, agora já no governo Itamar Franco, com a criação do Ministério do Bem-estar Social (MBES) ao qual passou a se vincular a Secretaria de Habitação. A partir dessa medida, se reorganiza a PNH, reformulam-se programas antigos e novos são lançados: Nacional de Habitação Rural; Nacional de Tecnologia da Habitação; Doação de Áreas Públicas para Implementação de Programas Habitacionais; Urbanização de Áreas e Regularização Fundiária e de Habitação Popular. O MAS ainda continua responsável pela coordenação da PNH, mas novamente o objetivo proposto pelos programas sofre restrições na tentativa de diminuir o déficit habitacional devido:

A permanência do quadro de recessão econômica atravessado pelo país – com particular impacto sobre a performance da principal fonte de financiamento da política habitacional, o FGTS – ao lado de decisões de política macroeconômica, de generalizada restrição dos investimentos públicos, reduziram às suas reais dimensões as ambiciosas metas do Ministério da Ação Social (SOUZA et al, 1993, p. 11).

Como aponta Santos (1999), entre os anos de 1995 a 1998, a atuação do governo no setor de habitação nos programas propostos pela nova PNH foi direcionada para tentar remediar alguns pontos críticos do modelo de intervenção pública baseado no SFH, a saber: deficiência no aproveitamento líquido das fontes de recursos (FGTS); beneficiamento das classes média e média alta nos financiamentos de moradia, em detrimento dos segmentos de menor renda (responsáveis pela quase totalidade do déficit habitacional), através de subsídios significa-

---

da Habitação e Bem-Estar Social (MBES), sendo extinto em 1989 e as suas atribuições passadas ao Ministério do Interior.

<sup>3</sup> O SFH foi instituído pela Lei nº. 4.380, em 21 de agosto de 1964, sendo destinado a facilitar e promover a construção e a aquisição da casa própria ou moradia.

<sup>4</sup> Essa secretaria tinha como atribuições elaborar diretrizes para a política nacional de habitação e realizar o monitoramento e avaliação dos programas e projetos habitacionais.

<sup>5</sup> Para obter informações sobre essa metodologia de cálculo consultar Souza (1992). Vale enfatizar que tal estimativa de déficit habitacional é bastante superior à da Fundação João Pinheiro, que, em 1991 (um ano depois), era de aproximadamente cinco milhões e meio de domicílios, ou seja, praticamente a metade desse valor.

tivos do orçamento da União e insuficiência no atendimento das necessidades de moradia da população, em face da limitada quantidade de habitações construídas, correspondendo a 17,7% do total produzido no país.

Assim, esse autor faz um acompanhamento dos programas e ações governamentais aplicados durante o período 1995-1998, que passaram a ser focalizados em áreas habitacionais degradadas e habitadas por populações com renda mensal inferior a três salários mínimos. O Pró-moradia e o Habitar Brasil foram os dois principais programas federais, encarregados da produção de moradias, de urbanização em geral e de favelas e da promoção de melhoria habitacional e infra-estrutura. Segundo informações da Caixa Econômica Federal (agente financeiro, técnico e operacional e responsável pela implementação dos dois programas), os recursos provenientes do Habitar Brasil vieram de um acordo firmado entre a União e o BID, sendo destinados para o programa e operados por essa instituição um volume de US\$ 390 milhões. Já o Pró-moradia foi implementado por meio da concessão de financiamentos com recursos do FGTS.

Tais mudanças avançaram no sentido de tentar dirimir algumas deficiências que as políticas urbanas e de habitação apresentavam e pelas quais eram criticadas. Por um lado, a crítica se refere ao seu caráter tradicionalmente setorializado, sem articulação com as demais políticas públicas e, por outro, reporta-se à fragmentação e descontinuidade das ações propostas entre as três esferas de governo. Ademais, tentou-se organizar melhor a estrutura institucional do setor habitacional em contraposição aos anos anteriores, suprimindo a ausência de uma política nacional de desenvolvimento urbano e a escassez de recursos orçamentários.

No governo Fernando Henrique Cardoso, o sistema de financiamento cresceu através da ampliação das linhas de créditos para transações envolvendo os imóveis usados. Com isso, o mercado imobiliário foi aquecido pelo melhor aproveitamento do SFH para os mutuários. Antes dessa gestão, o SFH funcionava através de uma agência central, o Banco Nacional de Habitação (BNH)<sup>6</sup> e tinha como principal fonte de recursos o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A iniciativa governamental era centralizada, principalmente, na esfera federal e havia um direcionamento do modelo de financiamento ao mercado de imóveis que tinham sido custeados pelo próprio sistema, não contemplando o segmento de imóveis usados (BAHIA, 2006).

Posteriormente, outras medidas foram tomadas com relação à questão habitacional, com a promoção de mudanças no ambiente institucional, nas legislações ambiental e sobre o uso do solo urbano e, por conseguinte, no tipo de política voltada a esse setor. Assim sendo, em 2001, foi criado o Estatuto das Cidades<sup>7</sup> para regulamentar o desenvolvimento urbano no Brasil. Vale ressaltar também que, nesse mesmo ano, algumas resoluções foram criadas

<sup>6</sup> Criado, juntamente com o SFH, pela Lei nº. 4.380, de 21 de agosto de 1964 e extinto pelo Decreto-lei nº. 2.291, de 21 de novembro de 1986. Após o seu fechamento, as atividades do BNH foram incorporadas pela Caixa Econômica Federal.

<sup>7</sup> Tem como princípios o combate à especulação imobiliária e a promoção da regularização fundiária das construções urbanas. Estabelece aos municípios a apresentação de planos diretores participativos de desenvolvimento urbano.

no sentido de propiciar maior controle e intervenção administrativos sobre o uso e a posse da terra urbana. Nesse sentido, regulamentou-se a Lei nº. 10.257, em 10 de julho de 2001, que criava as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)<sup>8</sup>. Além de dar maior ênfase ao atendimento da demanda por moradia para a população de baixa renda, a dimensão ambiental tem sido incorporada progressivamente nos programas e políticas urbanas e de habitação, com a exigência do órgão ambiental competente de que, quando houver ocupação e uso do espaço físico, os construtores de novas moradias devem executar Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e elaborar Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA), ambos submetidos aos princípios e objetivos da Lei Nacional nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e do Código Estadual do Meio Ambiente.

Em 2003, criou-se o Ministério das Cidades, durante o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva. Em 2004, através de decreto presidencial, foi instaurado o Conselho das Cidades. Logo na sequência, em 2005, com a Lei nº. 11.124, foram implantados o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS)<sup>9</sup> e o seu conselho gestor. O SNHIS tem como objeto a habitação de interesse social- direcionada para a população de menor poder aquisitivo, com renda de até três salários mínimos.

Por meio dessas instituições e instrumentos, o governo federal pretendeu conseguir maior participação da população<sup>10</sup>, usando consulta nos processos de concepção e implementação das políticas habitacionais. Com isso, buscava-se conferir maior transparência e envolvimento da sociedade no auxílio à formulação de diretrizes para a PNH, que integra a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Não obstante, a descentralização da gestão com o objetivo de incorporar diferentes segmentos da sociedade no planejamento e nas decisões governamentais não tem sido exitosa. Isto porque as parcerias estabelecidas entre associações e setor público têm limitações, de um lado, devido à natureza e ao modo de funcionamento dessas associações, que não conseguem atender a todas as exigências institucionais em termos de gestão, e de outro, pela tendência da coordenação local favorecer os interesses de grupos fechados (REGINENSI, 2005).

<sup>8</sup> De acordo com o trabalho Bahia (2006), as ZEIS constituem-se em áreas ocupadas por populações de baixa renda que precisam de obras de urbanização, compreendendo também aquelas áreas que estão vazias e podem ser encaminhadas para a habitação de interesse social.

<sup>9</sup> Tem como fontes de recursos: o OGU, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), dotações, recursos de empréstimos externos e internos, contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, de entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais e receitas de operações realizadas com recursos do FNHIS. Informação disponível no site do Ministério das Cidades: [www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br). Acessado em: 25 abr. 2008.

<sup>10</sup> O Estatuto das Cidades prevê diversas instâncias de participação popular, como: conselhos de desenvolvimento urbano, fóruns regionais, municipais e estaduais e conferências de desenvolvimento urbano. Além disso, adotam-se plebiscitos e referendos como forma de envolver e consultar a população. Conforme Rolnik (2006), de fato, a participação dos municípios aumentou no financiamento e na administração dessas políticas, embora algumas ressalvas existam na maior parte deles, dada a pouca capacidade financeira e de gestão para apresentar uma resposta adequada ao tema. Deve-se pontuar também a forte influência que as alianças e acordos políticos exercem, muitas vezes impedindo uma efetiva participação popular e da sociedade organizada no processo de formulação das políticas e programas habitacionais, devido ao privilégio dado aos interesses e à especulação de grandes grupos do setor imobiliário e do setor da indústria da construção, implicando, assim, em uma correlação desigual de poder e de decisões.

Destarte, é necessário ressaltar que o novo ambiente institucional e normativo ainda não tem sido suficiente para reduzir o acentuado déficit de moradias para grande parte dos brasileiros. Segundo dados da FJP, em 2005, o déficit habitacional total<sup>11</sup> brasileiro era de 7.902.699 domicílios, representando 14,9% do conjunto global de domicílios particulares<sup>12</sup>.

O Nordeste compõe 34,7% desse déficit e a Bahia é o estado dessa região com o maior resultado, correspondendo a 24,0% da carência total de moradias nordestina e, em relação ao total do país, o déficit baiano correspondia a 8,3%. Vale observar que a região Nordeste tem a segunda colocação no país no que tange à necessidade de construção de novas moradias, ficando aquém apenas da Sudeste (36,7%).

É preciso considerar que, embora alguns avanços tenham sido feitos com os novos espaços de comunicação criados, não se pode menosprezar que, no campo político, a adoção do receituário neoliberal gerou insuficiência e a desarticulação dos investimentos públicos das diferentes esferas de governo, voltados para o desenvolvimento urbano, provocando desdobramentos restritivos do ponto de vista da gestão das políticas habitacionais (BAHIA, 2006).

A diminuição da intervenção estatal e a contração dos gastos públicos em diversas áreas, privilegiando-se como metas perseguir maiores níveis de austeridades fiscal e monetária, também se registrou na área habitacional, sendo que a retração dos investimentos federais na maioria dos estados criou a necessidade de rever a condução das políticas e programas estatais em curso. Para Pelegrino (2005), o Brasil é um país desprovido de políticas públicas efetivamente incluídas devido a uma conjuntura marcada pelo recuo do Estado no enfrentamento das questões sociais. Essa autora defende que uma política habitacional conseqüente para a população de baixa renda seria a distribuição de renda e da riqueza socialmente produzidas.

O relativo encolhimento da ação estatal em determinadas áreas sociais, observado em alguns estudos (GOMES; PELEGRINO, 2005; GUIMARÃES, 2005), faz com que os programas adotados na área de habitação assumam um novo padrão de focalização. Tal alteração da forma de atuação do estado brasileiro se exacerba a partir da década de 1990, com a aplicação de uma série de mudanças marcantes e estruturais, como: a abertura econômica, via processo de privatizações e o aumento dos fluxos financeiros na economia; a redução dos gastos públicos, visando obter austeridades fiscais e monetárias crescentes; a reestruturação produtiva, através da flexibilização e precarização das relações e condições de trabalho<sup>13</sup>. Com efeito, a opção

<sup>11</sup> Tal déficit foi calculado valendo-se de uma metodologia que considera três componentes: a coabitação familiar, o ônus excessivo com aluguel e a habitação precária. A explicação sobre essa metodologia será detalhada no segundo item e analisada na terceira seção deste estudo.

<sup>12</sup> Segundo a PNAD, os 53.095.391 de domicílios particulares no Brasil, em 2005, compreendem as habitações improvisadas e as permanentes. Note-se que as moradias improvisadas são consideradas componente no cálculo do déficit habitacional e as permanentes podem conter situações (coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel e material construtivo rústico) que as colocam entre aquelas que devem ser repostas ou substituídas também.

<sup>13</sup> Uma das formas de flexibilização ocorre através do processo de terceirização ou transferência das relações e custos contratuais de trabalho de diversas atividades e funções – sendo as mais comuns as de limpeza, segurança e informática –, de uma empresa para um estabelecimento terceiro ou subcontratado. Outra forma de terceirização é a demissão de trabalhadores ligados a determinadas atividades na empresa e as suas recontrações, organizados sob a forma de cooperativas. O objetivo dessa medida consiste em reduzir os custos fixos das empresas com mão-de-obra e implica



por esse modelo de desenvolvimento vem impulsionando a ampliação da concentração de renda, da desigualdade e da exclusão social para a maioria da população. Por conseguinte, cresce a participação do déficit habitacional urbano no total do déficit, refletido pelo aumento de indivíduos desprovidos de moradia, demonstrando um dos efeitos das transformações econômicas na deterioração das condições de vida das pessoas.

Desde então, observa-se que várias dessas medidas continuam sendo mantidas e é neste cenário que, em 2003, há o surgimento e organização do Movimento dos Sem-Teto de Salvador (MSTS), que se estrutura na luta por moradia no espaço urbano e, a despeito das propostas do estado para o setor de habitação, vem crescendo progressivamente. Tal movimento inspirou-se e nasceu concomitantemente com outros movimentos de sem-tetos, organizados em São Paulo, Belém e Pernambuco, que emergiram devido ao agravamento das situações de miséria, exclusão e ausências de direitos de muitos brasileiros. Uma das ações do MSTS pode ser observada na Foto 1, que revela uma, dentre as inúmeras ocupações do movimento na cidade, realizada no bairro de Fazenda Coutos.



Foto 1 – Ocupação Quilombo da Lagoa, Fazenda Coutos, Salvador – RMS – 2007

Mesmo em face de uma política restritiva no plano macroeconômico, nos anos 1990, a política habitacional do estado da Bahia tem a injeção de recursos federais. De 1994 a 1997, há uma

---

na fragilização da capacidade de negociação dos trabalhadores por seus direitos (enfraquecimento das organizações sindicais) e os desmobiliza enquanto categoria homogênea, em decorrência da fragmentação interna criada na empresa, que passa a ter funcionários que pertencem à instituição e outros que são apenas prestadores de serviços, sem nenhum vínculo formal com esta. A flexibilização é uma forma de precarização do trabalho e, além dela, há também o crescimento da informalidade (trabalho sem carteira de trabalho assinada, ocupação conta-própria, trabalho não-remunerado em ajuda a membro do domicílio, na construção para o próprio uso ou na produção para o próprio consumo) e do desemprego, por meio, dentre outros motivos, do processo de inovação tecnológica.

ampliação das despesas públicas empenhadas no setor de habitação. A partir de 1998 até 2003, registra-se uma acentuada diminuição do orçamento público e de 2004 em diante os gastos voltam a ser destinados a esse segmento de forma crescente, conforme se pode observar na Tabela 1. Ainda que, a partir de 2000, os gastos do governo tenham sido reduzidos devido à separação das despesas de urbanismo das de habitação, vale ressaltar a pequena representatividade que o setor de habitação tem no total geral das despesas do Estado em toda essa série temporal e a perda de participação contínua que ocorre entre os anos de 1997 até 2003.

<b>Tabela 1</b> <b>Despesa empenhada, por função de governo do setor habitacional e total geral – Administração direta e indireta – Bahia – 1994-2007</b> (em mil R\$)			
<b>Anos</b>	<b>Habitação e urbanismo (A)</b>	<b>Total geral (B)</b>	<b>A/B</b>
1994	27.122,78	2.051.807,09	1,3
1995	27.653,85	3.994.264,77	0,7
1996	83.329,11	4.647.909,28	1,8
1997	196.919,42	5.362.660,41	3,7
1998	170.548,80	8.267.803,70	2,1
1999	101.871,08	6.122.156,56	1,7
<b>Anos</b>	<b>Habitação (A)</b>	<b>Total geral (B)</b>	<b>A/B</b>
2000	43.960,38	6.365.095,72	0,7
2001	22.137,20	8.464.450,09	0,3
2002	7.388,06	9.632.686,77	0,1
2003	4.521,83	11.178.936,12	0
2004	70.749,08	12.961.886,34	0,5
2005	117.440,00	14.348.143,00	0,8
2006	128.750,00	15.853.588,00	0,8
2007	51.231,00	16.930.379,00	0,3

Fonte: 1) Balanço Geral do Estado 1994-2004. Salvador: SEFAZ.

2) SEFAZ/ SAF/ SICOF/ DICOP. 2005-2007.

Nota: Através da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, as funções, que consistem no maior nível de agregação das diversas áreas de despesas relacionadas ao setor público, são atualizadas e a função 'habitação e urbanismo' se subdivide em "habitação" e "urbanismo".

Na década de 1990, na Bahia, as intervenções governamentais mais relevantes ocorreram entre 1995 e 1996, quando as ações são impulsionadas através do Programa Viver Melhor<sup>14</sup> e de outras ações realizadas pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), substituta da Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S/A (URBIS).

<sup>14</sup> Segundo os autores do trabalho Bahia (2006), o Programa Viver Melhor foi aplicado em Salvador e no interior do estado, tendo como fontes de recursos na sua primeira etapa: o FGTS; o programa Habitar Brasil BID (HBB), por meio do contrato de empréstimo celebrado entre a União, via recursos do OGU e o BID; o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCEP) e o Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infra-Estrutura Urbana (PRODUR), pelo Governo do estado da Bahia e o Programa de Subsídio a Habitação de Interesse Social (PSH), com recursos da Secretaria do Tesouro Nacional. Atualmente, esse programa está na segunda etapa, cujo início foi em 2005 e está prevista para ser finalizada em 2010. Os recursos são provenientes da parceria com o Banco Mundial, empréstimo do BIRD e de contrapartida do governo estadual.

O Programa Viver Melhor faz parte de uma estratégia mais ampla de organização criada por alguns estados<sup>15</sup> (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Recife) para conseguir captar repasses federais, elaborando políticas habitacionais próprias. Essas iniciativas ocorreram diante das reformulações institucionais no âmbito nacional e da descentralização do SFH, que serviram de estímulo para a criação dos sistemas estaduais de habitação autônomos. Não obstante, para Azevedo (2007, p. 30), o único estado que obteve êxito na configuração completa de seu sistema foi São Paulo, porque não estava submetido a restrições como: “[...] a dependência de verbas orçamentárias e a inexistência de fontes de recursos específicos e constantes [que] pressupõem a sujeição dessas iniciativas às prioridades conjunturais do governo”.

O Programa Viver Melhor traz em seus princípios a preocupação com as condições de habitabilidade da população, bem como com a elevação de sua qualidade de vida. Para isso,, incorpora em suas ações elementos que também são contemplados em políticas e programas mais recentes no âmbito nacional, tais como: o envolvimento comunitário, a promoção social por meio de ações educativas e de geração de renda. O Programa tem como objetivos fundamentais<sup>16</sup>: a recuperação de áreas degradadas e melhorias habitacionais, através da realização de obras de infra-estrutura urbana (água, esgoto, energia, drenagem, pavimentação, contenções e obras complementares de urbanização); regularização fundiária; construção de novas moradias para famílias que sejam remanejadas de áreas insalubres e de risco.

Embora um dos produtos finais (moradia padrão), que são resultantes da execução do programa Viver Melhor assegure, pelo menos em tese, o atendimento das necessidades mínimas de habitabilidade das famílias beneficiárias, efetivamente, tais necessidades não são contempladas. Isso ocorre porque essas residências, na maioria dos casos, não possuem um espaço interno suficiente – culturalmente reconhecido pela nossa sociedade para se morar – o que compromete a circulação e o repouso no interior da casa dos indivíduos, especialmente daqueles que integram famílias numerosas. Além disso, tal como afirma Oliveira (2007), as casas-padrão produzidas pela CONDER, para o programa Viver Melhor, são entregues sem qualquer tipo de revestimento interno ou pintura. Como consequência dessa situação, fazem-se necessárias modificações nas casas do programa, muitas vezes com uso de materiais de construção precários e inadequados, como poder ser percebido na Foto 2 (OLIVEIRA, 2007).

A exemplo do que ocorre no plano nacional, outra iniciativa recente do governo do Estado da Bahia na área de desenvolvimento urbano consiste na criação da Política Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS)<sup>17</sup>. Segundo informações da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (SEDUR), essa política se apóia na metodologia de cálculo da FJP, que formula um conceito de necessidades habitacionais compreendido por duas dimensões a serem solucio-

<sup>15</sup> Segundo Azevedo (2007), ao longo dos anos 1990, a maioria dos estados preferiu aplicar programas nacionais, mantendo a dependência dos recursos federais.

<sup>16</sup> Informações disponíveis no site da Conder: [www.conder.ba.gov.br](http://www.conder.ba.gov.br). Acessado em: 23 out. 2007.

<sup>17</sup> Instituída pelo decreto de Lei nº. 17.007/2007. Maiores detalhamentos sobre a PEHIS e a proposta de projeto de lei para a sua criação, ver: BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia. *Política Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS*. Salvador: SEDUR, 2006. 214 p. Disponível em: [www.sedur.ba.gov.br](http://www.sedur.ba.gov.br). Acesso em: 20 set. 2007.

nadas (déficit habitacional e inadequação de moradias) e define como habitação de interesse social as moradias que são destinadas às populações que recebem, formal ou informalmente, até três salários mínimos de rendimentos (BAHIA, 2006).



Foto 2 – Expansão da casa embrião, conjunto habitacional Moradas da Lagoa, Valéria, Salvador – RMS

O processo de elaboração da PEHIS na Bahia aproveitou-se do marco institucional nacional e do panorama habitacional estadual como diretrizes. Através da realização de eventos e estudos<sup>18</sup>, foi discutida uma série de questões sobre a PEHIS, que dizem respeito aos seus marcos conceituais delimitadores e envolvem, basicamente, o público-alvo, as fontes de financiamento da política e dos beneficiários, a qualificação das moradias, o modelo de gestão, o planejamento, as necessidades habitacionais, a produção de habitações do estado, a regularização fundiária, o sistema de informações, a capacitação e a avaliação (BAHIA, 2006).

A partir das indicações obtidas nos eventos, diversos desafios foram suscitados, que deveriam ser equacionados na PEHIS, sendo alguns de suma relevância. Um deles é a necessidade de coordenação do ambiente institucional e dos diferentes interesses dos atores sociais envolvidos, por meio de um trabalho conjunto e articulado entre os múltiplos agentes e níveis da administração pública (federal, estadual e municipal), do ponto de vista inter ou intragovernamental. Outros desafios se referem à desburocratização da gestão dos recursos do Fundo Estadual de Habita-

<sup>18</sup> Os eventos constituem-se de dois seminários, sendo o primeiro de abertura da formulação da PEHIS, em outubro de 2005, e o segundo de discussão das notas técnicas da política, realizado no final do mês de abril de 2006 e cinco audiências públicas regionais, para discussão da minuta da lei de criação da PEHIS. O estudo feito para subsidiar a criação da PEHIS contempla a aplicação de questionários, através de duas sondagens de opinião dos agentes interessados, que participaram dos seminários: CONDER, SEDUR, prefeituras, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, etc.

ção de Interesse Social (FEHIS), visto que uma parte desses recursos é proveniente do Fundo de Combate à Pobreza – que é gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES) e não pela SEDUR – e à definição clara de critérios para o subsídio integral aos estratos de menor rendimento da população, de forma estável e assegurada pelos cofres públicos, visando a permitir a concessão de moradias dignas a esse contingente de pessoas.

Aplicando-se a lógica atual de ação governamental para o setor de habitação, que dá ênfase ao interesse social, a SEDUR, em seu site, está divulgando informações sobre o seu mais novo programa, Dias Melhores, que compreende o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH)<sup>19</sup>. Assim, na Bahia, atualmente, tem-se a PEHIS, que é mais ampla e o PSH, mais específico, trazendo como diferencial um outro recorte dos beneficiários, que passa da faixa de pessoas que ganham até três salários mínimos para aquelas que pertencem a estratos de renda familiar menores, de até um salário mínimo.

Após pontuar alguns dos aparatos institucionais criados e vigentes no plano estadual e nacional mais recente, algumas ressalvas devem ser feitas em relação às políticas habitacionais tais como são formuladas. Uma importante ressalva é que, conforme observa Guimarães (2005), a segregação do espaço é uma finalidade, um objetivo que se configura nas políticas habitacionais, sendo, dessa forma, propagada por várias gerações de urbanistas e pensadores da cidade, seus agentes promotores. Quando se constroem as habitações de interesse social, novamente se segmenta o espaço e, conseqüentemente, a população que nele reside, nesse caso, as famílias de baixo poder aquisitivo, do restante da sociedade. Isso acontece porque os locais escolhidos para abrigar esse tipo de política são, normalmente, mais afastados dos lugares em que residem os indivíduos que auferem rendimentos maiores. Desse modo, a discriminação ocorre através da redução das possibilidades dessa população realizar trocas e de se relacionar com pessoas que pertencem a grupos que possuem capacidades econômicas diferentes (GUIMARÃES, 2005).

Em alguma medida, essa breve caracterização do cenário institucional montado para o setor de habitação é útil para se conhecer um pouco da nova legislação, das fontes de recursos e dos espaços criados para regular a questão habitacional no país e, mais especificamente, na Bahia, bem como as suas limitações. Certamente, esses são elementos importantes para se tentar criar mecanismos de articulação entre as políticas urbana, fundiária e de saneamento e, de certo modo, combater o déficit de moradias e as mazelas sociais que dele decorrem.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA DE CÁLCULO DO DÉFICIT HABITACIONAL

O déficit habitacional bruto é calculado confrontando-se o total de domicílios particulares permanentes (estoque de moradias) e o total de famílias residentes. A dimensão do déficit é apreendida através da insuficiência de moradias frente ao número de famílias coabitando em um mesmo domicílio. Essa é a definição básica de déficit de moradias, existindo outros

<sup>19</sup> Além de ser restrito ao segmento da população de até um salário mínimo de renda familiar, o PSH destina-se aos moradores das áreas urbana e rural e tem como um de seus critérios de prioridade, que o beneficiário seja mulher chefe de família. Outra informação interessante é que uma de suas diretrizes se refere ao local de atendimento, que deve englobar áreas sujeitas a fatores de risco, insalubridade ou degradação ambiental. Mais informações sobre o PSH consultar: [www.sedur.ba.gov.br](http://www.sedur.ba.gov.br).

conceitos mais elaborados e robustos do ponto de vista dos critérios metodológicos adotados, como por exemplo, o que foi desenvolvido pela FJP e que será detalhado em breve.

A controvérsia na forma de mensuração do déficit de acesso à habitação faz parte da considerável divergência que há entre os estudos que buscam mensurar o problema habitacional do Brasil, visto que alguns adotam uma abordagem estritamente econômica, ao passo que outros aplicam uma lógica que incorpora as necessidades habitacionais, através da observação das condições de vida da população<sup>20</sup>. Esses distintos recortes metodológicos fazem com que os resultados tenham uma variação enorme. Conforme o relato de Gonçalves (1998, p. 1):

As tentativas de estimação do déficit habitacional ou, de uma forma mais ampla, das condições gerais de moradia no Brasil, têm se mostrado bastante discrepantes. As tentativas de dimensionar o acréscimo necessário ao atual estoque de domicílios com vistas a superar o déficit de habitações têm resultado em números que vão desde 4 milhões até 20 milhões de unidades, conforme a amplitude do critério adotado.

Uma discordância metodológica existente entre as várias possibilidades de mensuração do déficit habitacional, segundo Gonçalves (1998), é a discricionariedade excessiva ou quantidade demasiada de componentes que compromete sua estimação, dificultando o seu mapeamento e/ou acompanhamento temporal. Alguns estudiosos defendem que a estimação se restrinja a um conjunto de elementos básicos, que estejam presentes em qualquer conceito de déficit. Apesar de esse método ser conservador tem a vantagem de garantir maior precisão aos parâmetros de mensuração. Como contraponto, tem seus componentes menos sujeitos a distorções associadas às heterogeneidades socioeconômicas.

Com o aumento de concentração da população nas cidades maiores e médias, a demanda por moradia adequada não se restringe mais, tão somente, aos grandes centros metropolitanos. Isto torna mais importante para os gestores públicos, responsáveis pelo planejamento na área de infra-estrutura urbana, a escolha de uma metodologia de cálculo do déficit habitacional que resulte em um indicador que seja mais próximo da realidade em que se pretende atuar, por meio de políticas públicas destinadas à redução da carência de moradia.

A seleção adequada dos critérios de definição metodológica ganha cada vez maior relevância quando se incorpora, à histórica carência de moradias, o cenário de ampliação dos mecanismos de precarização e desestruturação do mercado de trabalho, exacerbando a desigualdade e hierarquização da sociedade brasileira, com um expressivo contingente de pessoas desprovido de renda suficiente para adquirir uma moradia. Diante dessas diferenças sociais tão acentuadas, torna-se inadequado tentar padronizar as necessidades habitacionais através, apenas, dos estratos de renda domiciliar ou da família, visto que com essa opção amplia-se a possibilidade de não se conseguir apreender toda a complexidade social, no que se refere aos múltiplos interesses internos a cada grupo populacional de rendimento.

<sup>20</sup> Deve-se lembrar que a investigação das condições de habitação da população abrange variáveis que demonstram a necessidade de se repor parte do estoque atual de domicílios, devido à precariedade e inadequação de muitas moradias, redimensionando o déficit na sua visão incremental de estoque domiciliar.

A mensuração adequada do déficit habitacional também se traduz em um relevante parâmetro para o Sistema Financeiro de Habitação. Na década de 1990, com a implementação do Plano Real, mais especificamente a partir de 1993, foi possível reordenar os mecanismos de financiamento imobiliário. Isto porque, com a estabilização da economia, os agentes econômicos conseguiram ampliar seus horizontes de planejamento e, com isso, as tentativas de atualizar a estimativa do déficit habitacional (com novos critérios que contemplam a evolução das necessidades de habitação e qualidade de vida) tiveram novo vigor.

Nesse cenário, a FJP desenvolveu uma metodologia de dimensionamento do déficit habitacional – resultado de uma parceria realizada com o Ministério das Cidades, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – com o intuito de permitir um acompanhamento temporal mais atual de indicadores de habitação para o Brasil e seus subespaços. Essa metodologia serve de referência nacional, por conter uma concepção mais ampla das necessidades habitacionais e procura, através dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 1999 e de dados preliminares do Censo Demográfico 2000, rever os valores obtidos em trabalho que realizou anteriormente, chamado Déficit Habitacional no Brasil, lançado em 1995, com informações do ano de 1991. Mais recentemente, a FJP, atendendo a uma demanda do Ministério das Cidades de aprimoramento dessa metodologia, refez os cálculos do déficit habitacional, atualizando seus dados para os anos de 2004 e 2005, com base na PNAD.

Para o cálculo do déficit habitacional, a FJP contempla uma perspectiva maior do que a usada na do déficit habitacional bruto. A concepção adotada é a de que as necessidades habitacionais envolvem mais do que a existência de um local para morar, compreendendo as condições desejáveis de habitabilidade, que são investigadas através da identificação do déficit habitacional somado às habitações inadequadas, sendo estas analisadas quando localizadas somente em áreas urbanas e nas regiões metropolitanas. A idéia contida nesse tipo de raciocínio é a de que os domicílios devem possuir requisitos mínimos de construção e de conservação para serem considerados habitáveis.

O déficit habitacional<sup>21</sup>, adotado pela FJP, tem como componentes: as moradias precárias, construídas com materiais de parede e de cobertura não-duráveis (domicílios rústicos); os domicílios improvisados, que são os locais ou recintos usados como moradia na data do Censo, mas cuja construção não previa fins residenciais<sup>22</sup>; a coabitação familiar<sup>23</sup>, medida pela soma das famílias conviventes secundárias com as que vivem em cômodos cedidos ou

<sup>21</sup> Um dos elementos integrantes do cálculo do déficit habitacional da FJP é a depreciação nos domicílios com 50 anos de vida útil e se baseou nos dados dos Censos de 1950 e de 2000 para estimar o estoque degradado por envelhecimento que precisa ser repostado. Além disso, foi utilizado o Levantamento do Cadastro de Imóveis da Prefeitura de Belo Horizonte, para agregar informações sobre a idade e o uso atual das edificações desse município, o que serviu como parâmetro para o cálculo de depreciação nas grandes metrópoles brasileiras. Tal componente foi considerado apenas para o ano 2000, sendo retirado dos anos 2004 e 2005 devido aos problemas estatísticos associados à sua estimativa.

<sup>22</sup> O IBGE considera como exemplos de moradias adaptadas os seguintes espaços: loja, veículo, sala comercial, prédio em construção, embaixo de marquises ou pontes, barraca, gruta, embarcação, tenda, vagão, bancos de praça e jardins etc.

<sup>23</sup> Para a FJP, a inclusão dos cômodos cedidos ou alugados na coabitação familiar foi feita porque se acredita que eles mascaram uma real situação de coabitação em domicílios distintos, pelo menos do ponto de vista formal, já que, para o IBGE, a denominação atual de cômodo é dada ao domicílio que ocupe um ou mais cômodos de uma casa de cômodos, cortiço, cabeça-de-porco etc.



alugados<sup>24</sup> e aqueles domicílios (casas, apartamentos urbanos duráveis<sup>25</sup>) que tenham gastos com aluguel que representem 30% de sua renda familiar<sup>26</sup>, que deve ser, no máximo, de até três salários mínimos.

As Fotos 3 e 4 são exemplos de dois componentes do déficit habitacional, representando, a primeira delas, os domicílios precários e a segunda, uma das formas de improvisação de domicílio.



Foto 3 – Domicílio precário, ocupação Quilombo da Lagoa, Fazenda Coutos, bairro de Salvador – RMS – 2007

Na referida metodologia da FJP, a demanda demográfica não é um componente do cálculo do déficit habitacional, ou seja, a quantidade de moradias que precisam ser construídas proporcionalmente ao crescimento populacional em um dado período de tempo.

<sup>24</sup> A convivência familiar é um tema investigado em outro artigo desta publicação e o seu conceito difere da coabitação familiar definida pela FJP (adotada nesse trabalho como componente do déficit habitacional), por limitar a definição de família apenas ao critério de grau de parentesco, para, então, selecionar as famílias secundárias e primárias.

<sup>25</sup> De acordo com o IBGE, na metodologia da PNAD, investiga-se a característica de durabilidade do material usado na construção das paredes externas do prédio e da cobertura em que se situa o domicílio particular permanente. Tal tipo de domicílio é considerado durável para o primeiro item quando as suas paredes externas forem construídas principalmente de alvenaria (tijolo, adobe, pedra, concreto pré-moldado ou aparente), taipa revestida, madeira aparelhada ou recobertas de mármore, metal, vidro ou lambris e, para o segundo, quando a cobertura do domicílio fosse predominantemente de telha de barro cozido, cimento-amianto, alumínio-madeira, plástico, acrílico ou similares, laje de concreto ou madeira aparelhada. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 1 abr. 2008.

<sup>26</sup> Para domicílios em que existam famílias convivendo, mede-se o ônus excessivo com aluguel, levando-se em consideração apenas a renda da família principal. Esse procedimento é feito para evitar duplicidade de contagem das famílias secundárias, já computadas no subitem da coabitação familiar.





Foto 4 – Domicílio improvisado, Rio Vermelho, bairro de Salvador – RMS – 2008

As inadequações dos domicílios são investigadas através de um conceito de habitações com as seguintes características: moradias com carência na oferta de serviços de infra-estrutura domiciliar básica (abastecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário e destino do lixo); residências que são desprovidas de unidade sanitária domiciliar interna, ou seja, sem banheiro de uso exclusivo do domicílio; inadequação fundiária urbana<sup>27</sup>; residências com adensamento interno excessivo, configurado pela existência de mais de três moradores por dormitório<sup>28</sup> e aqueles inadequados em função da depreciação, que requerem reformas.

Essa metodologia da FJP faz um refinamento qualitativo da questão habitacional no país, visto que incorpora critérios relacionados a melhorias das condições de vida. Com o intuito de atualizar a metodologia anterior, já mencionada, alguns itens foram incorporados ao novo cálculo do déficit habitacional por essa fundação, para o ano de 2000, o que foi feito tomando por base as mudanças das condições de vida da sociedade brasileira e a discussão sobre as melhorias na qualidade de moradia das pessoas, como pode ser observado no quadro a seguir:

<sup>27</sup> Corresponde aos domicílios ilegais no que se refere ao acesso à terra. Procura-se investigar, com esse item, o problema de posse da terra em áreas de ocupação popular, como: favelas, vilas etc. Essa irregularidade é identificada na PNAD, através da informação de domicílios duráveis próprios cujos moradores declararam não ter a propriedade do terreno, somente responsabilizando-se pela construção da moradia.

<sup>28</sup> Seleciona-se apenas o número de pessoas da família principal em relação ao número de dormitórios (cômodo usado permanentemente com essa finalidade por morador do domicílio), excluindo-se as famílias secundárias para o cálculo do adensamento excessivo no interior do domicílio. Entende-se por famílias secundárias, aquelas formadas por, no mínimo, duas pessoas, que convivem em um mesmo domicílio com outra, denominada de principal. Esse fenômeno é observado em casas, apartamentos e cômodos próprios urbanos, deixando de fora os cômodos alugados ou cedidos para evitar a dupla contagem, uma vez que eles já são usados para dimensionar a coabitação disfarçada.

<b>Quadro 1</b> <b>Principais componentes e ajustes metodológicos da metodologia de necessidades habitacionais da FJP</b>		
Necessidades habitacionais		
Déficit habitacional		
1991	2000	2005
Renda média domiciliar	Renda média familiar	Renda média familiar
A. Reposição do estoque a – Domicílios rústicos	A. Reposição do estoque a.1 – Domicílios rústicos a.2 – Depreciação	A. Reposição do estoque a – Domicílios rústicos
B. Incremento do estoque b.1 – Domicílios improvisados b.2 – Coabitação familiar b.2.1 – Famílias conviventes secundárias b.2.2 – Cômodos alugados e cedidos (coabitação disfarçada)	B. Incremento do estoque b.1 – Domicílios improvisados b.2 – Coabitação familiar b.2.1 – Famílias conviventes secundárias b.2.2 – Cômodos alugados e cedidos (coabitação disfarçada) b.3 – Ônus excessivo com aluguel	B. Incremento do estoque b.1 – Domicílios improvisados b.2 – Coabitação familiar b.2.1 – Famílias conviventes secundárias b.2.2 – Cômodos alugados e cedidos (coabitação disfarçada) b.3 – Ônus excessivo com aluguel
Inadequação dos domicílios		
1991	2000	2004 e 2005
Renda média domiciliar	Renda média familiar	Renda média familiar
<ul style="list-style-type: none"> <li>· Densidade excessiva de moradores por dormitório</li> <li>· Ônus excessivo com aluguel</li> <li>· Inadequação da infra-estrutura</li> <li>- Carência de infra-estrutura</li> <li>- Infra-estrutura inadequada</li> <li>- Qualidade da infra-estrutura física</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Densidade excessiva de moradores por dormitório</li> <li>· Carência de serviços de infra-estrutura (energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo)</li> <li>· Inadequação fundiária urbana</li> <li>· Inadequados em função da depreciação</li> <li>· Inexistência de unidade sanitária domiciliar interna</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Densidade excessiva de moradores por dormitório</li> <li>· Carência de serviços de infra-estrutura (energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo)</li> <li>· Inadequação fundiária urbana</li> <li>· Inadequados em função da depreciação</li> <li>· Inexistência de unidade sanitária domiciliar interna</li> </ul>

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2006.

Uma vez detalhados os componentes pertinentes à metodologia de necessidades habitacionais da FJP, pode-se perceber como esta vem evoluindo e sendo atualizada ao longo do tempo. Além dessa Fundação, outros autores reconhecem que existem diferentes critérios que podem ser relevantes para dimensionar o déficit habitacional, embora alguns tenham a sua mensuração impossibilitada através das fontes estatísticas oficiais. Alves e Cavenaghi (2006) chamam a atenção para algumas limitações encontradas na metodologia da FJP. A primeira restrição observada é que, embora se reconheça no Censo Demográfico a fonte mais ampla de informação das unidades habitacionais de um país, enfatiza-se o seu limite referente às informações domiciliares. Não obstante o IBGE contabilize as informações dos domicílios particulares ou coletivos, permanentes ou improvisados e não-ocupados (vagos,

de uso ocasional ou fechados)<sup>29</sup>, só investiga as características dos particulares permanentes ocupados. Sobre os coletivos, improvisados<sup>30</sup> e não-ocupados há apenas os quantitativos totais, inexistindo, portanto, informações que compreendem as suas características externas da construção e internas de moradia.

Essa discussão sobre as restrições impostas pelas fontes estatísticas disponíveis indica a necessidade da inclusão de novos questionamentos às pesquisas que busquem detalhar as informações relativas aos quantitativos dos domicílios coletivos, não-ocupados e improvisados no Brasil e nos seus diversos subespaços geográficos. Essa medida poderia revelar a urgência no atendimento de demandas habitacionais, que atualmente estão vindo à tona sem uma precisão adequada de seu dimensionamento, como no caso da superlotação de alguns domicílios coletivos (presídios e cadeias). Há também o reconhecimento de que, caso fossem maiores as informações a respeito da causa dos domicílios não-ocupados, seria possível destinar parte deles à minimização do déficit habitacional. Quanto aos domicílios improvisados, a baixa representatividade deles decorre da forma como são pesquisados, implicando na subestimação e na dissimulação do grave quadro de um contingente expressivo de pessoas residindo em unidades inapropriadas à moradia, que deveriam integrar o cômputo da estimativa do déficit habitacional.

Outra dificuldade que afeta o dimensionamento do déficit habitacional se refere ao conceito do IBGE sobre famílias. Tal escolha metodológica vai interferir diretamente nas informações de coabitação familiar e, por conseguinte, no quantitativo do déficit de moradias. A definição de família desse Instituto compreende, além dos arranjos domiciliares de parentes (em concordância com as recomendações da ONU), todas as pessoas que vivem sozinhas e os arranjos domiciliares de não-parentes. Ademais, fracionam-se as famílias que possuem mais de uma geração de parentes, residindo em um mesmo domicílio. Com isso, os dados de família do IBGE não permitem a realização de estudos comparativos desse componente do déficit habitacional devido à falta de padronização dos dados do Brasil com os de outros países (ALVES; CAVENAGHI, 2006).

Seguindo nessa linha de análise, o IBGE considera que em todo domicílio existe pelo menos uma família, o que para a ONU, por exemplo, representa um superdimensionamento do quantitativo de famílias do país. Alves e Cavenaghi (2006) acreditam estar na coabitação a principal crítica à metodologia do déficit habitacional da FJP, pois, ao incorporar no cálculo todas as famílias conviventes, pode-se estar imputando uma falsa expectativa às pessoas que convivem em um mesmo domicílio de adquirir sua própria moradia, visto que nem todos que residem juntos têm interesse em se separar.

<sup>29</sup> A informação dos domicílios não-ocupados pode ser de suma relevância para a implementação de políticas de combate ao déficit habitacional brasileiro, visto que uma vez contabilizados essa capacidade ociosa poderia ser revertida na diminuição da carência de moradias, sem que se precisasse incrementar o estoque domiciliar existente.

<sup>30</sup> A condição para que estes domicílios sejam contabilizados pelo pesquisador censitário é que na data da pesquisa eles estejam ocupados, com fins de moradia. Os domicílios coletivos possuem moradores cujas regras de convivência se restringem à subordinação de ordem administrativa e ao cumprimento de normas de convivência, servindo como exemplos: hotéis, presídios, manicômios, pensões, conventos, asilos, quartéis etc.

A FJP admite essa superestimação, entretanto, não há uma forma mais detalhada de investigar as informações sobre coabitação familiar através das fontes de dados disponíveis. Para essa Fundação, isso constitui um componente fundamental para o reconhecimento da demanda por novas moradias, pelo fato de se acreditar que parte substancial das famílias conviventes tenha intenção de obter outro domicílio (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2006). De fato, essa parcela é de suma importância para se tentar estimar as carências habitacionais no país e se ter, em parte, noção das condições de vida a que estão submetidas determinadas famílias brasileiras.

A lacuna existente na metodologia de cálculo do déficit habitacional da FJP, provocada pela desconsideração da demanda por moradias, decorrente do crescimento populacional também deve ser ressaltada, pois o crescimento demográfico é um critério que, normalmente, integra as políticas habitacionais, sendo também relevante na formulação de programas de concessão de financiamentos para a obtenção de moradia.

#### CARACTERÍSTICAS DO DÉFICIT HABITACIONAL NA BAHIA

As estimativas do déficit habitacional utilizadas neste tópico foram elaboradas pela FJP, conforme metodologia descrita anteriormente. Na Tabela 2, pode-se observar o déficit em números absolutos em todos os espaços geográficos aqui considerados, entre os anos de 1991 e 2000. Quanto ao intervalo de tempo entre os anos de 2000 e 2005, apenas o Brasil e a Região Metropolitana de Salvador mantiveram a tendência de crescimento da carência habitacional.

No que se refere à proporção do déficit habitacional em relação ao total de domicílios permanentes, os espaços geográficos abordados neste estudo mostram também, um comportamento diferenciado. Entre 1991 e 2000, o Brasil, o Nordeste e a Bahia apresentaram um aumento percentual do déficit habitacional em relação ao número total de domicílios permanentes. Entre 2000 e 2005, apenas na RMS essa proporção se manteve praticamente estável, passando de 17,5% para 17,9%. Nos outros espaços geográficos observou-se uma queda na proporção do déficit em relação aos domicílios particulares.

Destacamos, a seguir, alguns dos fatores que contribuíram para que o déficit habitacional crescesse a uma taxa inferior entre os anos de 2000 e 2005 e até diminuísse em relação ao total de domicílios particulares permanentes quando comparamos com o observado entre os anos de 1991 e 2000. Cabe ressaltar que, apesar disso, o déficit habitacional de 2005, em termos absolutos, é bastante superior ao verificado em 1991.

Uns dos fatores se relacionam às estratégias familiares de ocupação de terrenos vazios nas cidades brasileiras para construção de casas. Mesmo com poucos recursos, “[...] sem financiamento público (ou ignorado pelas políticas públicas) e sem recursos técnicos (conhecimento técnico de engenharia e arquitetura)” (MARICATO, 2002, p. 177), a estratégia de autoconstrução empreendida pelas famílias brasileiras contribuiu para o menor ritmo de crescimento do déficit habitacional. Nesse aspecto cabe mencionar que a queda da inflação

e a ausência de crises financeiras entre os anos de 2000 e 2005 favoreceram a implementação de tais iniciativas.

<b>Tabela 2</b> <b>Déficit habitacional total e percentual em relação ao total de domicílios particulares permanentes – Brasil, Nordeste, Bahia e RMS – 1991/2005</b>					
Espaço geográfico	Ano			Tx. crescimento (%)	
	1991	2000	2005	1990 - 2000	2000 - 2005
<b>Déficit habitacional total</b>					
Brasil	5.374.380	7.222.645	7.902.699	34,4	9,4
Nordeste	2.314.933	2.851.197	2.743.147	23,2	-3,8
Bahia	474.338	683.775	657.555	44,2	-3,8
RMS	99.743	139.511	170.102	39,9	21,9
<b>Percentual em relação ao total de domicílios</b>					
Brasil	15,4	16,1	14,9	4,5	-7,5
Nordeste	25,7	25,0	20,6	-2,7	-17,6
Bahia	18,9	21,6	17,8	14,3	-17,6
RMS	17,5	17,5	17,9	0,0	2,3

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2006.

Além disso, a emergência de vários movimentos sociais urbanos relacionados à questão habitacional, pressionando as autoridades públicas, contribuiu para manter os programas habitacionais, mesmo que o volume de recursos e a extensão desses programas não consigam equacionar de forma definitiva o problema, contribuem para arrefecer o crescimento do déficit.

Acrescente-se, ainda, a dinâmica demográfica caracterizada pela redução do ritmo de crescimento da população no país. Isto é, embora a população brasileira tenha crescido em termos absolutos, entre os anos de 1991 e 2000, o ritmo desse crescimento apresentou diminuição em relação à década anterior. O censo demográfico mostra que a taxa média de crescimento geométrico do Brasil, que foi de 1,93%, entre os anos de 1980 -1991, diminuiu para 1,63%, no período 1991-2000 (LOPES, 2003).

No caso da Bahia, cabe mencionar que este é, ainda, um estado de emigração líquida, ou seja, a saída de pessoas é superior ao ingresso, embora, nas últimas décadas, o número daqueles que se desloquem para fora das fronteiras estaduais tenha diminuído. É por isso que, mesmo apresentando um crescimento vegetativo em torno de 1,35% a. a., entre 1991 e 2000, o estado cresceu, no mesmo período, 1,08% a.a, abaixo do Brasil e do Nordeste, que tiveram taxas de, respectivamente, 1,63% a.a. e 1,30% a.a. Cabe ressaltar que as taxas de crescimento vegetativo mencionadas também expressam a diminuição do ritmo de crescimento da população, uma vez que, de acordo com os dados do censo demográfico, essa taxa ficou em torno de 2,48% a.a., entre 1970-1980, passou para cerca de 2,20% a.a., entre 1980 e 1991 – ambas superiores ao verificado entre os anos de 1991 e 2000.

Note-se que o crescimento populacional da Bahia verificado na última década esteve abaixo daquele verificado nos vinte anos anteriores, que foi de 2,35% a.a., entre 1970-1980, e 2,09% a.a., entre 1980-91.

Desse modo, a saída de pessoas para outras unidades da federação e o arrefecimento do crescimento populacional do estado contribuiu para a diminuição do número de famílias que não possuíam um domicílio para morar.

Conforme se pode ver na Tabela 3, o decréscimo do déficit habitacional – em números absolutos para o Brasil e para o Nordeste e como proporção dos domicílios particulares para o Brasil, o Nordeste e a Bahia – esteve concentrado no meio rural, uma vez que a participação do déficit urbano aumentou, entre 1991 e 2005, em quase todos os espaços geográficos, à exceção da RMS. O déficit habitacional rural era mais expressivo no Nordeste e na Bahia, onde a deficiência de moradias no campo representava, em 2005, cerca de 1/3 do problema da região e do estado.

Cabe ressaltar que, de acordo com a metodologia da FJP, o componente ônus excessivo com aluguel não é computado como déficit no meio rural. Desse modo, o déficit rural se refere à coabitação e à habitação precária que, em 2005, representavam, respectivamente, 55,4% e 44,6%<sup>31</sup>. No que se refere à habitação precária, ela é composta, principalmente, pelos domicílios rústicos, isto é, aqueles com material de parede e cobertura não duráveis.

<b>Tabela 3</b> <b>Evolução do déficit habitacional segundo a situação do domicílio – Brasil, Nordeste, Bahia e RMS – 1991/2005</b>			
Espaço geográfico	Déficit de domicílios particulares permanentes segundo a situação do domicílio		
	1991	2000	2005
<b>Participação do déficit urbano (%)</b>			
Brasil	69,7	75,7	81,2
Nordeste	50,4	63,5	67,2
Bahia	56,7	65,1	69,5
RMS		98,4	98,4
<b>Participação do déficit rural (%)</b>			
Brasil	30,3	24,3	18,8
Nordeste	49,6	36,5	32,8
Bahia	43,3	34,9	30,5
RMS	...	1,6	1,6

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2006.

A diminuição do déficit rural está associada ao processo de urbanização que ainda está em curso no Brasil e, principalmente, na Bahia, uma das unidades da federação menos urbani-

<sup>31</sup> Ver Fundação João Pinheiro (2006)

zadas do país<sup>32</sup>. Acrescente-se, ainda, que o fortalecimento de movimentos sociais ligados à questão da terra, durante os anos de 1990, pode ter contribuído para a diminuição desse déficit, na medida em que a política agrária reivindicada não se restringe à aquisição das terras, propondo-se, também, um conjunto de outras políticas que visam a dar condições de acesso à educação, ao financiamento da produção e à infra-estrutura social, como energia, saneamento e moradia.

Ainda assim, o déficit habitacional na área rural nordestina e baiana continuava expressivo em 2005, quando comparado com os percentuais observados para o Brasil, situação relacionada à elevada participação da população rural entre os residentes desses dois espaços geográficos (Nordeste e Bahia) quando comparado com o percentual observado para o Brasil. Além disso, as condições socioeconômicas prevaletentes no meio rural do estado da Bahia contribuem para manter uma elevada demanda por moradia. Nesse aspecto, cabe mencionar a estrutura fundiária, o padrão de expansão agrícola e as relações de trabalho no campo, que contribuem para manter a renda da maior parte da população rural baiana em níveis extremamente baixos.

No que se refere à estrutura fundiária do estado, pode-se observar, na Tabela 4, que o índice de Gini apurado para a Bahia (0,802) no ano de 1970 já demonstrava uma elevada concentração de terras, na medida em que o valor estava bastante próximo a 1 (um), número que expressa a máxima concentração possível. No período de 1970 a 1985, houve um aumento dessa concentração em quase todas as microrregiões baianas, aparecendo como exceções o Sertão de Canudos e a Interiorana do Extremo Sul. Pode-se observar ainda que mesmo as microrregiões que teriam menor concentração de terras, como a Serra Geral da Bahia (0,701) e a Cacaueira (0,705), ainda apresentam valores elevados, demonstrando um padrão de ocupação da terra com base nas grandes propriedades.

A história conta que, no Brasil, o aumento do tamanho de propriedades se fez com a expulsão dos pequenos proprietários e até de comunidades inteiras que detinham a posse de um imóvel. A grilagem da terra com documentos falsos e o uso da violência com a contratação de pistoleiros foram os expedientes usados com tal finalidade.

Como consequência, houve a diminuição do tamanho dos minifúndios, a transformação do pequeno proprietário em trabalhador rural ou a migração. Nos dois primeiros casos, conformou-se uma população incapaz de auferir uma renda suficiente para cobrir os itens básicos de subsistência, dentre as quais se inclui a habitação.

Mesmo sem analisar as informações referentes ao Censo Agropecuário de 1996, o padrão de desenvolvimento das atividades agropecuárias do estado permite afirmar que permanecem as tendências de concentração da propriedade, isto porque várias regiões têm experimentado ciclos de modernização com base no modelo de produção caracterizado “[...] pela busca do aumento dos rendimentos físicos por hectare com menores custos, baseando-se na utilização

<sup>32</sup> De acordo com o PNAD (2005), os residentes nas áreas urbanas representavam 82,8% da população do Brasil. Para o Nordeste e a Bahia, esses valores eram de, respectivamente, 70,7% e 66,5%.

intensiva de insumos químicos, máquinas e equipamentos, na monocultura e na produção em grande escala de commodities” (COUTO FILHO, 2004, p. 835).

Cabe ressaltar que a monocultura avança expulsando os pequenos produtores. Acrescente-se, ainda, que a produção de commodities para o mercado externo se pauta na competitividade que tem no fator “disponibilidade de terras” um elemento fundamental. As plantações de eucalipto no Extremo Sul são um caso exemplar:

O aumento da concentração fundiária verificada no período de implantação do segmento de papel e celulose como principal atividade produtiva da região constitui-se numa tendência de longo prazo, presente também na expansão recente do setor, na medida que as empresas incorporam periodicamente terras ao seu patrimônio antes mesmo da necessidade de sua utilização. Isso porque a concorrência e a oscilação nos preços de exportação são enfrentados, no segmento, com a redução dos custos de produção da madeira tanto através de melhoramentos genéticos, quanto por meio de ganhos de escala o que significa novas aquisições de terras (CERQUEIRA, 2007, p.102).

A ampliação das áreas destinadas à soja no Oeste e da fruticultura irrigada no Baixo Médio São Francisco são outros exemplos da expansão agrícola com base no aumento do tamanho das propriedades. O crescimento da concentração fundiária contribuiu para a manutenção de um elevado déficit habitacional rural, uma vez que a moradia é construída na propriedade familiar e, desse modo, a perda da terra significa também a falta de um terreno onde possa vir a ser construída a casa.

O decréscimo da renda dos ocupados nas atividades agropecuárias<sup>33</sup> se constituiu, também, um fator que contribuiu para o elevado déficit habitacional no meio rural, na medida em que significou uma dificuldade maior de acesso aos materiais necessários à edificação, mantendo-se um padrão de construção sem utilização de muito dinheiro, sendo realizada com materiais retirados do próprio meio, como barro, madeira, fibras ou cipó, fato que explica a significativa quantidade de domicílios rústicos.

A diminuição da renda rural<sup>34</sup>, principalmente daqueles trabalhadores ligados às culturas agrícolas tradicionais, resultou no surgimento da pluriatividade dos ocupados na agropecuária. Isso implica dizer que uma parte dos trabalhadores rurais exerce atividades não-agrícolas em tempo parcial fora dos minifúndios, com vistas a complementar a renda familiar. Isto é, as famílias rurais baianas têm lançado mão da “diversificação das [...] atividades, inclusive não-agrícolas. [...] recorrendo a uma verdadeira ‘estratégia de sobrevivência’, da qual fazem parte as migrações temporárias, bem como a polivalência das ocupações

<sup>33</sup> De acordo com os dados da PNAD, em 1992, 9,6% dos ocupados na agricultura ganhavam entre um e dois salários mínimos (s.m.) - em 2005, esse percentual era de 8,5%. As faixas de renda de dois a cinco s.m. e de cinco a dez s.m. também registraram decréscimos. Em 1992, representavam, respectivamente, 2,8% e 0,6% dos ocupados, em 2005, passaram a responder por, respectivamente, 1,5% e 0,4% dos trabalhadores.

<sup>34</sup> O decréscimo da renda dos pequenos proprietários é reflexo da diminuição dos preços de mercado das culturas tradicionais e da diminuição da produtividade da terra. Nesse caso, a utilização ininterrupta, ao longo de vários anos, sem nenhum tratamento de correção ou de recomposição do solo, são os fatores responsáveis pelo esgotamento dos minifúndios.



que essas lhe impõem” (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1999, p. 10)<sup>35</sup>.

**Tabela 4**

**Índice de Gini referente a desigualdade da distribuição da posse da terra – Estado da Bahia e suas microrregiões homogêneas – 1970/1985**

Microrregiões homogêneas	Índice de Gini			
	1970	1975	1980	1985
Bahia	0,802	0,812	0,826	0,841
Chapadões do Alto Rio Grande	0,856	0,881	0,913	0,918
Chapadões do Rio Corrente	0,718	0,757	0,819	0,862
Baixo Médio São Francisco	0,914	0,900	0,899	0,904
Médio São Francisco	0,811	0,873	0,820	0,847
Chapada Diamantina Setentrional	0,721	0,750	0,789	0,810
Chapada Diamantina Meridional	0,824	0,810	0,793	0,834
Serra Geral da Bahia	0,651	0,657	0,679	0,701
Senhor do Bonfim	0,798	0,807	0,806	0,819
Corredeiras do São Francisco	0,744	0,810	0,788	0,829
Piemonte da Diamantina	0,766	0,765	0,794	0,808
Sertão de Canudos	0,802	0,805	0,804	0,803
Serrinha	0,736	0,736	0,758	0,763
Feira de Santana	0,812	0,813	0,818	0,830
Jequié	0,787	0,774	0,791	0,807
Planalto de Conquista	0,659	0,653	0,690	0,733
Pastoril de Itapetinga	0,697	0,696	0,706	0,736
Sertão de Paulo Afonso	0,804	0,790	0,813	0,828
Agreste de Alagoinhas	0,754	0,763	0,789	0,810
Litoral Norte Baiano	0,858	0,847	0,875	0,887
Recôncavo Baiano	0,821	0,806	0,829	0,831
Salvador	0,861	0,892	0,891	0,894
Tabuleiros de Valença	0,696	0,696	0,703	0,723
Encosta do Planalto de Conquista	0,749	0,750	0,821	0,834
Cacaueira	0,672	0,655	0,701	0,705
Interiorana do Extremo Sul da Bahia	0,623	0,634	0,728	0,716
Litorânea do Extremo Sul da Bahia	0,640	0,684	0,764	0,786

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985 *apud* Silva e Mendes 1998.

<sup>35</sup> Cabe ressaltar que tal fenômeno apresenta diferenças regionais significativas, uma vez que o conjunto de ocupações onde os trabalhadores podem se inserir depende da diversificação da economia da região. Desse modo, as funções desempenhadas, assim como a oportunidade de trabalhar numa ocupação não-agrícola com vistas a complementar a renda agrícola irão depender do perfil econômico e desenvolvimento do meio rural do município ou região na qual o trabalhador vive.

Os trabalhos auxiliares desenvolvidos “normalmente são atividades menos rentáveis e de baixa qualificação, além de precárias, no que diz respeito às condições de trabalho e ao cumprimento da legislação trabalhista” (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1999, p. 18), o que significa que mesmo a inserção ocupacional não-agrícola tem pouca capacidade de reverter a situação de pobreza desses ocupados.

Quanto às relações de trabalho no meio rural baiano, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2005, demonstram que cerca de 47,0% dos ocupados baianos que desenvolvem atividade agrícola têm um rendimento mensal de até um salário mínimo (sm). No Brasil, essa proporção cai para 34,4%. Acrescente-se, ainda, que dentre os empregados agrícolas baianos, aproximadamente, 82,0% não possuem carteira assinada, o que significa não ter acesso a direitos trabalhistas, como férias remuneradas e décimo terceiro salário. No Brasil, essa proporção era de cerca de 68,0%.

Observa-se, portanto, que a renda auferida pela maioria dos ocupados na agropecuária – aqueles inseridos nas atividades de subsistência ou os empregados nas áreas modernas – impede a melhoria das condições de vida da população rural do estado, contribuindo para o elevado tamanho do déficit habitacional.

No que se refere ao déficit habitacional urbano – assim como no meio rural – pode-se afirmar que está em profunda relação com a renda. Conforme os dados da Tabela 5, foi nas famílias com até três sm que se concentrou a maior parte daqueles que não tinham acesso à moradia. Note-se que, ainda de acordo com as informações presentes na referida tabela, houve um aumento da demanda por esse bem entre as famílias de menor renda em todos os espaços geográficos aqui considerados.

No Nordeste, na Bahia e na RMS o estrato de renda de até três sm passou a responder por cerca de 95% do déficit habitacional urbano em 2005. Nos outros dois estratos de renda considerados – mais de três a cinco sm e mais de cinco sm – houve a diminuição das famílias que não tinham lugar onde morar<sup>36</sup>, sendo que na Bahia se encontra o menor percentual (1,7%).

**Tabela 5**

**Déficit habitacional urbano por faixas de renda média familiar mensal – Brasil, Nordeste, Bahia e RMS – 1991/2005**

Espaço geográfico	2000			2005		
	até 3 sm	mais de 3 a 5 sm	mais de 5 sm	até 3 sm	mais de 3 a 5 sm	mais de 5 sm
Brasil	82,5	9,4	8,1	90,3	6,0	3,7
Nordeste	91,3	5,5	3,2	94,7	3,3	2,0
Bahia	89,7	6,9	3,4	95,1	3,2	1,7
RMS	88,0	6,6	5,4	94,7	3,1	2,2

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2006.

<sup>36</sup> De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2005, 53,3% das famílias residentes no Brasil tinham um rendimento médio mensal familiar de até três sm. Para o Nordeste, a Bahia e a RMS tais proporções foram, respectivamente: 72,7%; 71,8% e 58,7%. Desse modo, a participação das famílias com até três sm no déficit habitacional é superior à proporção dessas famílias que residem nos espaços geográficos aqui considerados.

O perfil da distribuição de renda e o modelo de desenvolvimento econômico de um país ou região estão intimamente ligados. Para que se tenha uma melhor distribuição de renda é necessário que o avanço na acumulação capitalista engendre modificações nas estruturas arcaicas. Isto é, que o modo de produção capitalista penetre nas formas de organização pré-capitalistas promovendo alterações nos processos de trabalho e nas relações sociais. Esse processo deve criar a escassez relativa de mão-de-obra, abrindo espaço para o aumento dos salários reais e modificando a distribuição de renda e a destinação do excedente (FURTADO, 1984).

No processo de industrialização da Bahia, o uso de tecnologia e os processos de trabalho utilizados eram incompatíveis com a geração de empregos para um conjunto amplo da força de trabalho. Por isso, os investimentos ficaram circunscritos aos locais onde foram realizados e não engendram efeitos multiplicadores capazes de modificar as estruturas arcaicas existentes.

Isso ocorreu porque a industrialização da Bahia foi direcionada, dentro do processo geral de industrialização do país, para a substituição de importações de bens intermediários, visando resolver os desequilíbrios da conta de Transações Correntes do Balanço de Pagamentos.

Procurou-se construir no estado, dada à disponibilidade das matérias-primas, um sistema produtivo auxiliar ao já existente e especializado na produção dos insumos usados pelas empresas situadas no sudeste do país. Organizou-se, assim, uma indústria com estrutura complementar àquela situada na Região Sudeste, especialmente, em São Paulo. Um dos resultados do processo de integração produtiva é que a estrutura industrial que se instala no Nordeste (e na Bahia) não apresenta vínculos com a demanda interna e nem com as indústrias tradicionais. Nas palavras de Guimarães Neto,

a “nova indústria” nordestina estabelece de fato uma “rede de relações” que passa a privilegiar as ligações com fornecedores extra-regionais de insumos, vinculando-se, por vezes, muito mais com atividades econômicas de fora da região do que com a estrutura produtiva nordestina (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 169).

Esse padrão de organização impediu a difusão, para o conjunto do estado, dos efeitos do processo de industrialização em termos de geração de emprego e renda. Mesmo na RMS, onde se concentrou a indústria baiana, os baixos encadeamentos produtivos locais e a intensividade em capital significaram poucas opções de emprego.

Os efeitos da geração de postos de trabalho se fizeram sentir mais no Comércio e nos Serviços, com a estruturação dos órgãos e empresas públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal e com a organização dos serviços auxiliares à produção industrial. Entretanto, a quantidade de vagas abertas não foi suficiente para contemplar toda a População Economicamente Ativa (PEA) – tanto a oriunda da RMS quanto a que chegava de outras partes da Bahia –, mantendo uma parte dos trabalhadores desempregados, o que contribuiu para que os salários se mantivessem inferiores à média nacional.

Acrescente-se ainda que parte expressiva das ocupações nos Serviços e no Comércio está voltada para o atendimento de uma população de baixo poder aquisitivo. Isso significa que

tais atividades estão caracterizadas pela informalidade e pelo baixo nível de qualificação exigido, o que implica rendimentos quase ao nível de subsistência, o que mantém a moradia como um bem inacessível para boa parte da população, mesmo considerando a renda familiar e não a individual.

Entre os anos de 1994 e 2005, houve um declínio ainda maior da renda do trabalho por causa do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil desde então, centrado na maior internacionalização produtiva via inserção na globalização<sup>37</sup>.

De acordo com Laplane e Sarti (1997), um dos rebatimentos desse modelo sobre a indústria foi a diminuição dos encadeamentos produtivos com aumento do coeficiente de importações, ou seja, as empresas instaladas no Brasil, de origem nacional ou estrangeira, elevaram a participação de insumos estrangeiros na composição de seus produtos finais, desverticalizando a produção. Como resultado, obteve-se a “[...] fragilização dos encadeamentos produtivos e tecnológicos [...] [que significou] perda do poder multiplicador e indutor da indústria, cuja taxa de crescimento tem sido inferior à dos demais setores de atividade” (LAPLANE; SARTI, 1997, p.151).

No que se refere ao setor de serviços, do ponto de vista da ocupação, observam-se dois processos distintos: de um lado, a perda de postos de trabalho devido à reestruturação produtiva, particularmente no setor financeiro e nos segmentos privatizados com a implantação dos Programas de Demissão Voluntária (PDV's)<sup>38</sup>, como o de telecomunicações (Empresa Telefônica do Estado da Bahia – Telebahia) e da distribuição de energia (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba).

De outro lado, o setor convive com o aumento da ocupação a partir da externalização de atividades anteriormente desenvolvidas na indústria através das subcontratação de trabalhadores autônomos e de empresas fornecedoras<sup>39</sup> e a partir do surgimento dos chamados serviços empresariais. O fato é que a expansão da ocupação no setor não foi capaz de absorver a mão-de-obra demitida da indústria.

Tal processo de reestruturação produtiva teve reflexos negativos sobre o mercado de trabalho, configurando uma situação de desemprego estrutural que, em um cenário de perda de poder dos sindicatos, resultou na queda do valor dos salários recebidos pelos trabalhadores – apesar do aumento da produtividade da economia do país. Desse modo, a partir de 1994,

<sup>37</sup> Embora o governo Collor tivesse promovido a abertura comercial da economia brasileira, somente com o Plano Real veio um projeto que redefinia o papel do mercado interno no crescimento econômico. De acordo com os formuladores do referido plano, o crescimento brasileiro deveria estar ancorado na dinâmica da economia externa, uma vez que os capitais internacionais seriam os responsáveis pela reestruturação produtiva do país com base nas novas tecnologias. A partir desse pressuposto, promoveu-se a abertura comercial e financeira do Brasil com vistas a integrar o país na economia mundial. Para maiores detalhes sobre esse projeto, ver Franco (1998).

<sup>38</sup> “Entre 1994 e 1998, período em que aconteceram as principais modificações no setor rumo à desregulamentação, foram eliminados mais de 3.000 postos de trabalho no setor, cerca de 44,12% do total existente em 1994” (SIMÕES et al, 2003, p. 149).

<sup>39</sup> Diversas modalidades de terceirização, dentre as quais “[...] destacam-se as cooperativas [...] a empresa filhote (empresas administradas por ex-funcionários, que preferem montar seu próprio negócio) [...] empresa manufaturadora [...] integrador [...] sistematistas” (DRUCK; BORGES, 2002, p.117-118).

inicia-se um período marcado pelo aumento da dificuldade das famílias em comprometerem parte da renda com aquisição ou aluguel de um imóvel.

Além do componente renda, outros fatores também interferem no déficit habitacional urbano, cabendo mencionar a estrutura fundiária<sup>40</sup>, os interesses dos agentes do mercado imobiliário, as definições dos usos do solo e o papel e as ações que o Estado desempenha no mercado imobiliário.

No que se refere à evolução da estrutura fundiária<sup>41</sup> na Bahia, a transição de um regime baseado na enfiteuse<sup>42</sup> para relações propriamente capitalistas foi realizada, mantendo-se a concentração da propriedade. Decorrente dessa forma de controle de terra, ocorreu um amplo processo especulativo, o que produziu um acesso restrito ao solo, especialmente, para as pessoas dos estratos de renda inferiores.

No que se refere ao papel do Estado, observa-se a inadequação das políticas habitacionais no Brasil para as famílias que se situam nos menores estratos de rendimento. De acordo com Cardoso (2002), a política habitacional implementada via BNH, na medida em que se pautava por critérios econômicos, tal como a correção real dos débitos, inviabilizava a participação dos setores de baixa renda, posto que os mecanismos de correção dos seus rendimentos não permitia a recomposição total das perdas salariais. Para aqueles inseridos no segmento informal da economia, a variação dos rendimentos é o maior entrave para cumprir os compromissos financeiros assumidos, em especial aqueles ligados à habitação que representam uma proporção elevada da renda familiar.

Também de acordo com Cardoso (2002), os programas alternativos ao financiamento da habitação através do BNH, editados ainda nos anos de 1970, como a autoconstrução e remoção de favelas, não foram bem sucedidos no objetivo de resolver ou minimizar o déficit habitacional entre os estratos de menor renda. Tal fracasso esteve associado à questão da acessibilidade, isto é, várias famílias, ao terem deslocado seu local de habitação para áreas distantes do seu trabalho e de sua rede de subsistência, importante na complementação da renda familiar, aumentaram seus custos (de tempo e financeiro) de deslocamento, inviabilizando sua migração (CARDOSO, 2002).

A execução de políticas habitacionais voltadas para a população de baixa renda, conforme citado anteriormente, tem esbarrado na política macroeconômica nacional e na lógica de ajuste fiscal implementada nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Nesse caso, as crescentes reduções dos gastos sociais, comprometendo parte cada vez mais expressiva do orçamento com o pagamento da dívida pública, significam restrição aos programas

<sup>40</sup> De acordo com Maricato (2002), os dados sobre a estrutura fundiária das cidades brasileiras carecem de rigor nos seus levantamentos. Mesmo o processo de configuração dessas estruturas ainda está por ser mais detalhado. Por isso, far-se-á, aqui, apenas algumas considerações mais gerais.

<sup>41</sup> Refere-se à estrutura jurídica de propriedade, posse e arrendamento das terras.

<sup>42</sup> "Esse instrumento jurídico de parcelamento da terra, instituído no Brasil no período colonial, consiste no direito real por parte do enfiteuta de cultivar e utilizar amplamente, em perpétuo, o imóvel alheio (domínio útil), mediante uma pensão, sem destruir-lhe a substância (domínio pleno ou direto) que permanece com o titular". (SOUZA, 1990, p. 17).

habitacionais voltados para os segmentos sociais de menor renda, baseados na concessão de subsídios governamentais.

No que se refere à composição do déficit habitacional, a Tabela 6 demonstra o peso de cada um dos itens considerados pela metodologia da FJP. De acordo com tais informações, o componente habitação precária diminuiu sua participação na conformação do déficit habitacional ao longo dos anos que cobrem o período de 1991 a 2005. Em sentido contrário, no mesmo período, o componente ônus excessivo com aluguel aumentou sua participação no déficit habitacional em todos os espaços geográficos aqui considerados. No caso da coabitação, observou-se um aumento da proporção desse item na composição do déficit no Nordeste e na Bahia e um decréscimo no Brasil e na RMS, entre os anos de 1991 e 2005.

A habitação precária, conforme definida na metodologia da PNAD, é um tipo de construção bastante característico do meio rural brasileiro. É por isso, inclusive, que a RMS apresentava, em 2005, a menor participação desse componente no déficit, cerca de 8,2%. É provável que o processo de urbanização que teve lugar no país tenha contribuído para a diminuição da proporção de domicílios rústicos ou improvisados, entre 1991 e 2005 e, portanto, da participação daquele item no déficit habitacional.

Pela Tabela 6, pode-se verificar que a Coabitação respondia, em 2005, por mais da metade do déficit habitacional em todos os espaços aqui considerados, sendo que, na Bahia e na RMS, essa participação era maior, superando 60% das suas carências totais de moradia.

A explicação para essa participação se encontra no papel que a família desempenha num contexto de crise econômica. De acordo com Carvalho (2005), a família é um espaço de proteção social e de solidariedade entre seus membros. O recurso ao trabalho de diversos dos seus integrantes se encaixa nas estratégias de sobrevivência que buscam compensar a diminuição dos rendimentos “[...] através de uma série de práticas, [onde] várias rendas são obtidas, reunidas em orçamento comum, e despendidas segundo critérios estabelecidos pela unidade familiar” (CARVALHO, 2005, p. 22).

Cabe destacar o crescente obstáculo para se colocar em prática as estratégias de sobrevivência familiares, na medida em que as dificuldades de inserção ocupacional são maiores. A estratégia de promover uma maior ligação entre a economia brasileira e a economia internacional significou um descasamento entre crescimento do PIB e o aumento do emprego. Isso quer dizer que as fases de crescimento da economia não correspondem a um aumento na mesma proporção de empregos, fato que se reflete nas altas taxas de desemprego vigentes no país.

Nesse papel da família de amortecedora da ausência de políticas sociais e das dificuldades financeiras dos seus integrantes é que se insere a Coabitação. A elevada participação desse componente no déficit habitacional reflete a presença dos filhos desempregados, que já tendo constituído novas famílias, retornaram à casa dos pais. Ou ainda, expressa o crescimento dos domicílios chefiados por mulheres, que, em geral, apresentam uma inserção mais precária no mercado de trabalho, não conseguindo, portanto, arcar sozinhas com as despesas de manutenção da moradia e, por isso, permanecem na casa dos familiares.

**Tabela 6**  
**Componentes do déficit habitacional – Brasil, Nordeste, Bahia e RMS – 1991/2005**

Componentes do déficit habitacional	Brasil			Nordeste			Bahia			RMS		
	1991	2000	2005	1991	2000	2005	1991	2000	2005	1991	2000	2005
Coabitação	58,2	57,1	56,8	40,1	47,1	56,1	52,9	52,1	62,6	65,7	70,1	63,6
Ônus excessivo com aluguel	7,2	18,5	23,5	3,7	11,9	13,8	5	11,8	14,5	10,3	22,1	28,2
Habitação precária	34,6	24,4	9,7	56,2	41	30,1	42,1	36,1	22,9	23,9	7,8	8,2

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2006.

Pela Tabela 6, pode-se perceber que o componente ônus excessivo com aluguel aumentou em todos os espaços geográficos considerados entre 1991 e 2005. Dois elementos contribuíram para o aumento da participação da despesa com moradia no orçamento familiar: um se refere ao comportamento dos aluguéis residenciais e o outro à queda da renda dos trabalhadores.

Conforme a Tabela 7, durante a segunda metade dos anos de 1990, a variação percentual dos preços dos aluguéis residenciais, no Brasil e na RMS, foi superior à variação de preços registrada para a economia como um todo. Somente a partir de 1999 essa tendência se reverteu. Entretanto, em 2005, o reajuste no valor dos aluguéis na RMS foi próximo à inflação registrada no período. Observa-se, portanto, que o mercado de aluguéis apresentou uma capacidade maior de recomposição das perdas inflacionárias do que o verificado no mercado de trabalho. Cabe ressaltar que, a queda da renda dos ocupados deve ter se constituído como um empecilho para aumentos superiores nos valores dos aluguéis dos imóveis, na medida em que tais acréscimos poderiam resultar em aumento da inadimplência.

**Tabela 7**  
**Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado no ano por geral, grupo, subgrupo, item e subitem – Brasil e Região Metropolitana de Salvador – 1995/2005**

Brasil e Região Metropolitana	Geral, grupo, subgrupo, item e subitem	INPC – Percentual acumulado no ano					
		12/95	12/97	12/99	12/01	12/03	12/05
Brasil	Índice geral	22,0	4,3	8,4	9,4	10,4	5,1
	Habitação	66,3	8,5	6,2	12,6	12,6	6,7
	Encargos e manutenção	72,7	7,9	1,9	5,8	10,4	6,7
	Aluguel e taxas	86,8	8,6	0,2	5,0	9,4	7,0
	Aluguel residencial	95,8	8,5	-2,6	1,2	3,9	2,8
RMS	Índice geral	20,2	2,4	7,3	11,6	11,9	5,6
	Habitação	53,4	5,0	5,9	13,1	11,8	7,5
	Encargos e manutenção	59,6	3,6	1,4	7,3	10,0	5,8
	Aluguel e taxas	72,1	4,1	-0,4	5,1	7,5	6,8
	Aluguel residencial	87,8	3,1	-2,2	3,3	5,1	4,9

Fonte: IBGE. Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Nota: Com a atualização das Estruturas de Ponderação, obtidas a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 1995-1996, foram introduzidos aperfeiçoamentos na classificação dos produtos e serviços que compõem as estruturas. Com isso foram criadas novas tabelas, a partir de agosto de 1999, contendo os dados com as estruturas atualizadas. Os dados anteriores estão contidos em outras tabelas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das atribuições dos Estados Nacionais modernos é a promoção da distribuição de renda e do acesso aos bens e serviços básicos e essenciais à realização de uma vida digna e do pleno exercício da cidadania. O reconhecimento dessa função deriva da lógica que orienta o funcionamento dos mercados, baseado nos critérios de lucratividade, na prática da competição, da seleção e da segmentação, o que impede o atendimento das necessidades de toda a população. De acordo com Boron (1999, p.24)

o mercado opera sobre a base da competição e da “sobrevivência dos mais aptos”, e não está em seus planos promover o acesso universal da população a todos os bens que são trocados em seu âmbito. O mercado é, na realidade, um âmbito de confrontações impiedosas [...] na qual há ganhadores, que são fortemente recompensados, e perdedores, que são correspondentemente castigados.

No que se refere ao Estado brasileiro, a intervenção na área habitacional foi direcionada para resolver os obstáculos à expansão do setor, a saber: criação e centralização de capital com vistas a financiar a construção das moradias, bem como a constituição de uma demanda solvente. A política federal de habitação ligada à criação do BNH procurou organizar uma massa de capitais, utilizando os recursos do FGTS, destinados a financiar a construção de moradias, além de constituir mecanismos de financiamento de longo prazo, criando um mercado consumidor com condições de pagar os financiamentos habitacionais.

Acrescente-se, ainda, que a atuação do Estado garantiu um acesso restrito à posse e propriedade do solo, ao mesmo tempo em que destruiu o regime de propriedade da terra que impedia a acumulação de terrenos nas mãos do segmento imobiliário. Nesse aspecto cabe mencionar a experiência de Salvador, onde, de acordo com Borges (1982, p. 155), houve a promulgação da lei da reforma urbana que

criou as condições necessárias à valorização do solo urbano e ao seu uso pelo capital, à medida que, ao transferir para a propriedade privada grande parte do patrimônio fundiário do município, possibilitou a transformação destas glebas de terra em mercadoria que entrou no circuito de valorização do capital imobiliário.

É provável que esse tipo de intervenção tenha sido particularmente importante em cidades como Salvador que, por estarem fora do centro dinâmico da economia brasileira – que se deslocara para o Sudeste – mantiveram relações de propriedade da terra baseada no estatuto jurídico promulgado ainda no período colonial, o qual instituiu um regime de parcelamento da terra com base na enfiteuse.

Observa-se, portanto, que a intervenção estatal no segmento habitacional deixou de lado as medidas necessárias à universalização do bem moradia, destinadas a atender aos segmentos de menor renda dentro da sociedade, que se relacionavam com uma atuação no sentido de promover a desconcentração fundiária urbana e instituir programas de financiamentos destinados a esse segmento da população brasileira, que não estivessem



assentados nos critérios econômicos de eficiência e de lucratividade, mas sim baseados no interesse e bem estar social.

Quando se verificam os diversos períodos políticos e administrações, que caracterizaram os tipos de políticas e programas habitacionais e definiram a lógica de funcionamento do BNH e do antigo SFH, percebe-se que, mais recentemente, eles foram substituídos por uma nova atuação política, baseada na redemocratização do país, com base na nova Constituição Federal. Segundo a Constituição de 1988, a responsabilidade da política habitacional passa a ser dividida entre a União, estados e municípios. Devido à mudança ideológica e de interesses dos sucessivos governos a partir dos anos 1980, a política de habitação é repensada e passa por diversos rearranjos institucionais, com diferentes atribuições nas três esferas de governo. Como resultado desse processo a CEF assume o papel do BNH, após a sua extinção, e passa a ser a instituição central do novo sistema financeiro de habitação.

No âmbito estadual e municipal há uma tentativa de compatibilizar e integrar a gestão das políticas e programas habitacionais com o plano federal. De fato, a sustentabilidade econômica e financeira dos projetos guarda uma forte dependência dos recursos da União, apesar de receber auxílio monetário de acordos com organismos ou bancos multilaterais. Contudo, é necessário ressaltar que a sustentabilidade do sistema de financiamento da moradia, na maioria dos estados e municípios onde os níveis de rendimentos são baixos, devido à precariedade e informalidade presentes no mercado de trabalho, continua sendo um desafio para os formuladores da política pública de habitação. Essa questão se torna mais relevante ainda no atual cenário, em que é feita uma focalização dos beneficiários da política, em um segmento que possui rendimentos de até três salários mínimos, o que amplia a necessidade de um forte subsídio governamental para que essas pessoas consigam ter acesso à moradia, sem precisar assumir prestações mensais que impliquem em uma inadimplência que possa ameaçar as instituições financiadoras, comprometendo o próprio SFH, mas não tocam no problema central que são os sucessivos cortes orçamentários de verbas destinadas a tais programas.

No que concerne especificamente aos municípios, a responsabilidade pelos programas habitacionais deve considerar a existência de diferentes níveis de desenvolvimento institucional, de capacitação do corpo técnico e os diversos graus de articulação entre os atores sociais existentes.

No entanto, a reestruturação da atuação governamental na área habitacional produziu diversos efeitos que vêm dificultando o combate ao déficit de moradias, que atinge grande parte da população em todo o país, a saber: “[...] dispersão das políticas de habitação e saneamento, através de programas habitacionais de curta duração [...]”, desarticulação da política habitacional, que se torna subordinada a vários ministérios, alterações na distribuição das competências dos agentes promotores do FGTS, com a transferência da função de agente gestor da CEF para o MAS, em 1990, ficando a Caixa apenas como um dos agentes financeiros e operador do Fundo (COELHO, 2002, p. 26). Acrescente-se que as modificações

na distribuição das competências foram e permanecem freqüentes em todos os governos mais recentes, com criações de ministérios, secretarias e outros órgãos aos quais é atribuída a responsabilidade pela execução, acompanhamento, avaliação e operação das políticas habitacionais. Assim, a lógica passa a ser a descentralização e desarticulação dos mecanismos de funcionamento do SNH.

Outra dificuldade para a diminuição do déficit de moradias encontra-se no fato de que a maioria dos programas existentes era destinada à população que pertencia às faixas de renda de maior poder aquisitivo, pouco representativas no déficit. Isso continuava a acontecer, embora o tipo de política habitacional tenha sido renovado pelo processo de mudanças praticado no país durante o pós-regime militar. Mesmo com algumas modificações, as políticas habitacionais do governo FHC foram pouco eficientes em minimizar o déficit. Como exemplos, podem ser citadas: a substituição das políticas de remoção da população de assentamentos pela permanência em suas residências e urbanização das suas casas e da área do entorno e a destinação de financiamento direto ao mutuário final em oposição aos programas de financiamento voltados para a produção.

A crítica à política federal de habitação e aos seus programas voltados mais para a classe média é incorporada pelo governo Lula e este privilegia o segmento da população que possui os menores rendimentos, através da política de habitação de interesse social. Não obstante, esta política ainda não conseguiu ter impactos significativos na efetiva redução do déficit de moradias que, entretanto, vem registrando um arrefecimento de seu crescimento tanto em números absolutos quanto uma queda em relação ao total dos domicílios particulares permanentes. Sem dúvida, o ajuste fiscal que afeta as três esferas da administração pública e os constantes cortes das verbas destinadas à política habitacional têm dificultado a consecução dos objetivos firmados nos programas públicos.

Passando-se aos desdobramentos quantitativos do déficit habitacional, considerando o que foi exposto a respeito da descentralização e desarticulação das políticas públicas relacionadas à área de habitação durante as duas últimas décadas do século XX e da ausência de recursos destinados a habitação, conclui-se que estes são dois dos elementos que justificam o crescimento do déficit habitacional absoluto e o aumento da participação do déficit, em relação ao total dos domicílios particulares permanentes verificados entre os anos de 1991 e 2000, para todos os espaços geográficos considerados neste estudo. Conforme mostraram os dados da FJP, a Bahia e a RMS apresentaram a maior taxa de crescimento no período com, respectivamente, 44,2% e 39,9%.

Quanto aos anos entre 2000 e 2005, os dados da FJP demonstraram o arrefecimento da taxa de crescimento do déficit habitacional em números absolutos e a queda de sua participação em relação ao total dos domicílios particulares permanentes em todos os espaços geográficos aqui considerados. Cabe ressaltar que, de acordo com tais informações, a RMS apresentou a maior taxa de crescimento do déficit de moradias em número de domicílios, cerca de 22,0%, e foi a única a apresentar uma variação positiva de 2,3% na sua participação em relação ao total de domicílios.

A tendência de diminuição do ritmo de crescimento da carência de moradias está relacionada, também, à diminuição do crescimento populacional verificado em todo território nacional. Além disso, a queda da inflação e a ausência de crises financeiras – que foram recorrentes ao longo da segunda metade dos anos de 1990 – entre 2000 e 2005 permitiram a continuidade do processo de autoconstrução das famílias. Acrescentando-se, ainda, a emergência de diversos movimentos sociais urbanos pressionando os governos para investirem na construção de moradias.

Por sua vez, a diminuição do déficit habitacional rural está associada ao processo de urbanização ainda em curso no Brasil e em muitas das unidades da federação com particular destaque para a Bahia. Desse modo, a emigração para as cidades da população que vive na zona rural foi o principal fator que contribuiu para a diminuição da carência de moradias do meio rural.

Segundo Coelho (2002), o problema do déficit habitacional é de difícil resolução, já que a demanda não solvável, isto é, o contingente de pessoas que não tem capacidade de endividar-se para conseguir uma moradia, é inerente à economia de mercado. Concomitantemente, sempre existirá uma demanda monetária, dotada de solvabilidade e um número compatível de habitações ofertadas para atendê-la, posto que o funcionamento do setor de habitação está subordinado ao processo de acumulação e exploração capitalista. Visto sob esse ponto de vista, o déficit de moradias é um conceito artificial, criado para mascarar uma produção contínua de pessoas desprovidas de um nível de renda suficiente para adquirir uma moradia no mercado, porque o problema do déficit poderá desaparecer se essas pessoas alcançarem as condições para comprar a moradia..

As informações da FJP confirmam a íntima relação entre o déficit habitacional e a renda da população e demonstram que no período entre 2000 e 2005 houve um aumento na participação das famílias com rendimentos de até três sm no déficit de moradia em todos os espaços geográficos considerados. Em 2000, essa proporção era de 82,5%, no Brasil, e atingia 91,3%, no Nordeste; em 2005, essa participação atinge 90,3%, no Brasil, e 95,1% na Bahia.

As maiores dificuldades que as famílias com renda média mensal de até três sm enfrentam para terem acesso ao bem moradia justificam-se pela queda geral do rendimento dos ocupados. No meio rural, o decréscimo da renda do trabalho se expressa pelo aumento da concentração fundiária, pelo esgotamento dos minifúndios, pela diminuição dos preços dos produtos tradicionais. Além disso, as relações de trabalho assalariado do meio rural são caracterizadas pela ausência do vínculo formal de trabalho e por rendimentos situados em torno do salário mínimo vigente, o que impede plena satisfação das necessidades básicas, dentre as quais está a habitação.

No que se refere aos trabalhadores urbanos, o crescimento do desemprego, da informalidade e a queda dos rendimentos caracterizam uma situação de instabilidade e de precariedade da inserção ocupacional que impede o comprometimento da família com as despesas relacionadas à manutenção da moradia.

Dentre os componentes do déficit habitacional, a coabitação foi aquela que se manteve como a principal causa do déficit entre 1991 e 2005. Em 1991, a RMS e o Brasil apresentaram as maiores participações com, respectivamente, 65,7% e 58,2%. Em 2005, esses valores eram de 63,6% e 56,8%, sendo que a RMS apresentava o maior percentual desse componente quando comparada com o Brasil, o Nordeste e a Bahia.

A importância de tal componente está associada ao papel de proteção social que a família desempenha, particularmente em países como o Brasil, que vivem prolongados períodos de crise ou que possuem uma pequena rede de proteção estatal com a qual as pessoas possam contar nos momentos de dificuldade.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. Déficit habitacional, famílias conviventes e condições de moradia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 2., 2006, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- AZEVEDO, Sérgio. Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências. In: *Habitação social nas metrópoles brasileiras – uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX*. Porto Alegre, 2007. p. 13-41.
- BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. *Política Estadual de Habitação de Interesse Social* – PEHIS. Salvador: SEDUR, 2006. 214 p.
- BORGES, Ângela Maria Carvalho. Expansão capitalista e habitação popular. 1982. 307 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.
- BORON, Atílio. Os “novos Leviatãs” e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, Emir; GENILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* Petrópolis: Vozes, 1999.
- CARDOSO, Aduino Lúcio. Política habitacional: a descentralização perversa. *Cadernos do IPPUR*. Rio de Janeiro, v. 15/16, n. 2, p. 105-122, ago./dez. 2001- Jan./jul. 2002.
- CARVALHO, Inaiá. Família e proteção social. In: CÔRTEZ, Clélia Néri; ARAÚJO, Maria do Carmo; TARQUI, Jorge Zegarra (Orgs.). *Família, relações socioculturais e políticas públicas*. Salvador: UCSAL/CEPEX, 2005. p. 21-32.
- CERQUEIRA, Daniela Franco. *Incentivos fiscais e investimentos na indústria de transformação no estado da Bahia (1994-2004): internacionalização produtiva e subdesenvolvimento*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- COELHO, Will Robson. *O déficit das moradias: instrumento para avaliação e aplicação de programas habitacionais*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2002.
- COUTO FILHO, Vitor Athayde. Agropecuária baiana: transformações e impactos. *Bahia Análise & Dados: agro baiano*, Salvador, v. 13, n. 4, p. 835-849, mar. 2004.
- DRUCK, Graça; BORGES, Ângela. Terceirização: balanço de uma década. *Caderno CRH*, Salvador: CRH, n. 37, p. 111-139, jul./dez. 2002.
- FRANCO, Gustavo. A inserção externa e o desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 18, n. 3 (71), jul./set. 1998.

- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (MG). *Déficit habitacional no Brasil 2000*. FJP; CEI: Belo Horizonte, 2001. 200 p.
- \_\_\_\_\_. *Déficit habitacional no Brasil 2005*. Fundação FJP; CEI: Belo Horizonte, 2006. 120 p.
- FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques; PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho. Introdução. In: *Política de habitação popular e trabalho social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 13-35.
- GONÇALVES, Robson R. *O déficit habitacional brasileiro: um mapeamento por unidades da federação e por níveis de renda domiciliar*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. 21 p. (Texto para discussão, n. 559).
- GUIMARÃES, Eduardo Cotrim. Espaços urbanos da habitação: globalização e identidade. In: *Política de habitação popular e trabalho social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 59-75.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução a formação econômica do Nordeste*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989.
- IBGE. *Metodologia do censo agropecuário*. Rio de Janeiro, 1984. 247 p. (Série Relatórios Metodológicos, 5).
- LAPLANE, Mariano F.; SARTI, Fernando. Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90. *Economia e Sociedade*, n. 8, p. 143-181, jun. 1997.
- LOPES, Diva Maria Ferlin. A Bahia, no Nordeste e no Brasil: aspectos sociodemográficos 1980-2000. In: *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*. Salvador: SEI, 2003. v.1. p. 97-107.
- MARICATO, Ermínia. Dimensões da tragédia urbana. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2002. p. 175-180. (Série estudos e pesquisas, 63).
- OLIVEIRA, Anderson Gomes. *A periferia de Salvador: avaliação da qualidade de vida em áreas de intervenção habitacional para pessoas de baixa renda*. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho. Cidade, globalização e condições de vida em favelas no Rio de Janeiro. In: *Política de habitação popular e trabalho social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 77-114.
- REGINENSI, Catherine. Habitação, participação e sustentabilidade: abordagem comparativa Guiana Francesa e Brasil. In: *Política de habitação popular e trabalho social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- ROLNIK, Raquel. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país – avanços e desafios. In: *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Rio de Janeiro, 2006. p. 201-212.
- SANTOS, Cláudio Hamilton M. *Políticas federais de habitação no Brasil: 1964/1998*. Brasília: IPEA, 1999. 29 p. (Texto para discussão, n. 654).
- SILVA, Domingos Nascimento; MENEZES, Luiz Gonzaga. Variação da estrutura fundiária do Estado da Bahia. *Bahia Agrícola*, Salvador, v. 2, n. 3. 1998.
- SIMÕES, Ana Margareth et al. Reestruturação e privatização das telecomunicações: uma análise dos impactos sobre o perfil e o nível de emprego do setor do Estado da Bahia: In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Emprego e desemprego*. Salvador: SEI, 2003. p. 141-159. (Série estudos e pesquisas, 62).
- SOUZA, Ângela Maria Gordilho. *Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador, 1946-1989*. 1990. 315 f. Dissertação (Mestre em Ciências (M.Sc.) em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.
- SOUZA, Edgar Bastos de (Org.). *As políticas federais de desenvolvimento urbano no biênio 1989/1990*. Brasília: IPEA, 1992. 68 p. (Texto para discussão, n. 282).

SOUZA, Edgar Bastos de et al. *Avaliação das políticas federais de desenvolvimento urbano, habitação e saneamento em 1991*. Brasília: IPEA, 1993. 59 p. (Texto para discussão, n. 304).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Novos mundos rurais baianos*. Salvador: SEI, 1999. 86 p. (Série estudos e pesquisas, 42).

## MORADIA NA BAHIA: COMPARAÇÕES E REFLEXÕES

Patricia Chame Dias \*

A moradia é requisito básico de sobrevivência, produção e de reprodução social. Inserindo-se no imaginário e nas práticas cotidianas como o lugar do homem no mundo, a moradia é um direito básico de cidadania e, no Brasil, também, um direito social garantido constitucionalmente. Sendo assim, o provimento e a adequação das condições da habitação são de responsabilidade do Estado, a quem compete, ainda, estabelecer toda a estrutura legal e física que possibilita e determina as condições de implantação dos empreendimentos residenciais, sejam de origem pública ou produto do mercado privado. Depreende-se que, se é papel do Estado conceder licenças, instalar e manter vias de deslocamento, infra-estruturas e serviços públicos, a qualidade da moradia é profundamente articulada à lógica que rege as políticas públicas (MARCUSE, 2004) e, no capitalismo, tal lógica tem um sentido definido, sobretudo, a partir dos interesses dos agentes dominantes. Por isso mesmo, a tendência é que os investimentos públicos sejam direcionados para locais já apropriados e valorizados pela elite que, com isso, mantêm-se em posição vantajosa frente aos demais. Ao seguir essa propensão, o Estado atua de forma distinta nas várias porções do espaço, o que reflete e contribui para perpetuar a assimetria das estruturas espaciais, criando, por essa via, mais uma condição para a reprodução das desigualdades sociais (CORRÊA, 1998; SANTOS, 2002).

Entende-se, desse modo, que a moradia é um produto social cujo valor e qualidade – ou melhor, a qualidade que pode proporcionar à vida de seus moradores – depende tanto das suas características quanto da estrutura<sup>1</sup> do lugar onde se situa. Em outros termos, se é fato que os aspectos do imóvel contribuem para a sensação de bem-estar e para possibilitar uma vida mais saudável, a qualidade da moradia é definida não só por sua função de habitação, do abrigo das intempéries, mas também, pelo conjunto de equipamentos, serviços e amenidades que a partir dela se pode ter acesso (CARDOSO, 2007). É nesse sentido que se considera que a condição da moradia está profundamente associada às intervenções públicas. Portanto, ao analisar essa condição, em última instância, o que se focaliza são as políticas públicas – tanto as especificamente voltadas à questão da habitação, quanto aquelas que indiretamente interferem na qualidade da moradia.

\* Mestre em Geografia pela UFBA. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo do Estado da Bahia. Trabalha na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. [patriciadias@sei.ba.gov.br](mailto:patriciadias@sei.ba.gov.br)

<sup>1</sup> O termo estrutura aqui se refere à categoria analítica proposta por Santos (1988, p. 17 e 50). Para esse estudioso, “a estrutura espacial é algo assim: uma combinação de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de produção específica, de uma estrutura de renda específica, de uma estrutura de consumo específica e de um arranjo específico de técnicas produtivas e organizadas utilizadas por aquelas estruturas e que definem as relações e os recursos presentes”. Complementa afirmando que a “estrutura implica a inter-relação de todas as partes com o todo; o modo de organização ou construção”.

Com base nesse entendimento, neste trabalho pretende-se discutir as condições objetivas de moradia na Bahia. Para isso, foram utilizadas informações sobre as características físicas dos domicílios e sobre a presença de serviços de saneamento básico. Seleccionados, considerando-se o mínimo de funções que uma habitação deve cumprir, tais aspectos integram o conjunto dos chamados elementos objetivos – aferíveis por meio de indicadores<sup>2</sup> – que possibilitam a avaliação da qualidade da moradia. Para discutir tais questões, trabalhou-se com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dos anos de 1995 e de 2005. Acrescenta-se que os dados levantados para a Bahia foram comparados com os do Nordeste, do Brasil e com os da sua Região Metropolitana de Salvador (RMS). Desse modo, procurou-se verificar as alterações ocorridas nas condições de moradia da Bahia ao longo da referida década, como também comparar a situação vivenciada nesse estado com a experimentada em outras escalas geográficas.

## CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS PRELIMINARES

Antes de adentrar no levantamento e discussão dos dados, julgou-se necessário tecer algumas considerações visando a justificar as opções metodológicas e as reflexões elaboradas neste texto:

1. A noção de qualidade de moradia é variável conforme o local e o tempo em que seja construída. Por se tratar de um juízo de valor, seu estabelecimento pressupõe comparações e visões de mundo. Desse modo, a noção de melhor ou de pior qualidade da moradia se altera no tempo, no espaço, de acordo com as ideologias preponderantes num dado momento, conforme a idade e a posição socioeconômica daquele que a avalia. Assim, ainda que se possa quantificar uma série de aspectos que contribuem para que uma moradia seja considerada adequada, a percepção de sua qualidade depende, também, de elementos subjetivos, tais como a história de vida, as expectativas dos sujeitos frente à sociedade e a forma como o conjunto social valora seu lugar.

Todavia, partindo-se da convicção de que a habitação deve cumprir, ao menos, a função de isolamento dos meios natural e social, proporcionando segurança, privacidade, comodidade e bem-estar a seus ocupantes, há alguns elementos que são consensuais na construção da idéia de qualidade de moradia. Podem ser citados como exemplo disso: a posse do imóvel a preços compatíveis com a renda<sup>3</sup>, as condições mínimas de habitabilidade (associada à qualidade estrutural do imóvel), a presença de serviços de saneamento básico e infra-estruturas e boa localização, entendida como acessibilidade aos locais de trabalho e aos serviços e equipamentos públicos (IPEA, 2005).

<sup>2</sup> Entende-se que os indicadores sociais constituem-se em “[...] uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para a formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma” (JANNUZZI, 2002, p. 54).

<sup>3</sup> Note-se que, para Santos (2002), o direito de morar vem sendo confundido com o direito à propriedade. Essa situação, conforme o autor, contribuiu para consolidar uma visão imobiliária e segregacionista da questão. Os mais pobres, por conta da valorização do solo das áreas centrais, vão sendo levados para as áreas periféricas e precárias e cuja acessibilidade aos serviços públicos e mercado de trabalho é restrita.



A Organização das Nações Unidas (ONU) trabalha com a idéia de que para uma moradia ser considerada adequada deve, ao menos, preservar o direito de viver com segurança, paz e dignidade. Esse organismo adotou o conceito de Direito à Moradia Adequada, estabelecido a partir de sete componentes essenciais:

*Segurança jurídica da posse* – para garantir a moradia contra despejos e deslocamentos forçados e outros tipos de ameaças à posse;

*Disponibilidade de serviços e infra-estrutura* – a moradia será sempre mais adequada, quanto mais fácil seja o acesso à água potável, energia, saneamento básico e tratamento de resíduos, transporte e iluminação pública;

*Custo acessível da moradia* – a moradia será sempre mais adequada, quanto mais os gastos com a moradia sejam proporcionais à renda, asseguradas as demais exigências para uma Moradia Adequada;

*Habitabilidade* – a moradia será sempre mais adequada, quanto mais ofereça condições físicas e de salubridade adequadas;

*Acessibilidade* – as políticas habitacionais visarão sempre mais à Moradia Adequada para todos, quanto mais contemplem os grupos mais vulneráveis;

*Localização* – a moradia será sempre mais adequada, quanto mais adequadamente esteja inserida na cidade, com acesso adequado às opções de emprego, transporte público eficiente, serviços de saúde, escolas, cultura e lazer;

*Adequação cultural* – a moradia será sempre mais adequada, quanto mais respeite a diversidade cultural e os padrões habitacionais oriundos dos usos e costumes das comunidades e grupos sociais (SALES JÚNIOR; CARDOSO, 2005, p. 22).

Dado o escopo deste trabalho, na tentativa de estudar as condições de moradia na Bahia, optou-se por abordar, dentre os componentes apresentados pela ONU, aqueles que representassem os requisitos mínimos fundamentais para a garantia de condições de abrigo, proteção e de bem-estar<sup>4</sup>: disponibilidade de serviços e infra-estruturas e habitabilidade. Moraes, Guia e Paula (2006) consideraram que a *disponibilidade de serviços, equipamentos e infra-estruturas* poderia ser mensurada aferindo-se o tipo de fogão – a gás ou elétrico –, o acesso à iluminação elétrica<sup>5</sup> e a serviços de saneamento básico. Quanto às *condições de habitabilidade*, conforme esses autores, seriam verificáveis pela análise do adensamento excessivo, dos tipos de materiais utilizados nas paredes e tetos e da existência de banheiro de uso exclusivo no domicílio.

Para a realização deste texto, dado o objetivo proposto e os estudos anteriormente mencionados, selecionaram-se como indicadores o material das paredes e do teto, itens que contribuem para avaliar a condição de habitabilidade, e o acesso a serviços de saneamento básico.

<sup>4</sup> Obviamente que o direito de acesso à moradia, em tese, é uma condição que antecede às demais. Todavia, o fato é que, especialmente nas grandes cidades, esse direito é negado a uma parcela significativa da população, o que não a impede de ter um lugar para morar: fala-se, então, das áreas de ocupação irregular ou informais, de moradias precárias, dos domicílios improvisados. Para os que residem em tais locais, contudo, mesmo que reconheçam suas deficiências, trata-se do lugar de sua casa, o lugar a partir do qual se relacionam com o mundo.

<sup>5</sup> Ver texto de Lopes e Lima, presente nesta publicação.

2. Os dados da PNAD não permitem inferências sobre o estado de conservação do domicílio, nem sobre a qualidade na prestação de serviços de saneamento. Desse modo, por essa pesquisa é possível saber o número de residências em que se empregou um ou outro tipo de material na sua edificação, assim como a quantidade daquelas que possuem saneamento básico, mas, não há questões que investiguem de forma direta a qualidade desses materiais ou da prestação desses serviços. Para isso, em estudos que enfocam escalas espaciais mais amplas, têm-se adotado diferentes metodologias, em que se combinam microdados da PNAD ou do Censo, ou ainda se utilizam informações obtidas por outras fontes, como a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF)<sup>6</sup>.

3. A análise das condições de moradia se insere na pauta dos estudos feitos para as maiores aglomerações urbanas, já que é nessas áreas que os problemas decorrentes da ausência de sua adequação, em especial referentes ao saneamento, repercutem mais intensamente no dia-a-dia de seus moradores e da maioria da sociedade. Por isso mesmo, seus habitantes tendem a pressionar de forma mais sistemática as autoridades com o objetivo de suprir as carências desses serviços.

Não se pode desconsiderar, contudo, que embora o contingente das áreas urbanas venha se ampliando de forma acelerada nas mais diferentes partes do país, inclusive na Bahia, permanece elevada a quantidade de pessoas que residem no meio rural<sup>7</sup>, tal como se verifica na Tabela 1. Ainda que tenha havido redução da proporção de domicílios e de pessoas nas áreas rurais nas unidades geográficas em foco – desde 1995, na PNAD levantaram-se informações apenas para as áreas urbanas da RMS –, no rural estavam ainda 31,1% das moradias e 33,5% do total de moradores da Bahia em 2005<sup>8</sup>. Esse percentual foi superior ao registrado no Nordeste (26,9% das residências e 29,3% de seus habitantes) e o dobro do registrado no país (15,5% domicílios e 17,2% dos moradores).

Comparando-se os dados de 1995 e de 2005, observa-se que as proporções referentes às áreas rurais diminuíram, contudo, permaneceram significativas, especialmente quando se considera o conjunto baiano.

Acrescente-se que, de forma geral, as condições de moradia do meio rural, em especial no que tange ao acesso aos serviços públicos, são reconhecidamente bastante precárias e, mesmo assim, relativamente pouco estudadas. Nesse sentido, ao optar-se por desagregar as informações levantadas por situação de domicílio (urbano e rural) pretendeu-se verificar a intensidade das diferenças na prestação dos serviços de saneamento entre essas áreas. Sabe-

<sup>6</sup> Na última POF, realizada em 2002-2003, encontram-se informações qualitativas sobre as condições de moradia. Tais dados correspondem à avaliação que os indivíduos fazem das condições do seu domicílio e da qualidade dos serviços públicos, dentre outros que se referem à condição de vida.

<sup>7</sup> Sem perder de vista a discussão existente sobre a dificuldade e, em alguns casos, a impossibilidade de diferenciar o urbano do rural, as especificidades do processo de urbanização da Bahia e, sobretudo, as intensas alterações de limites entre urbano e rural ocorridas nos anos 1990 nesse estado (LOPES; DIAS, 2003), para a questão do saneamento é pertinente identificar as diferenças entre essas duas áreas. Essa pertinência está associada ao fato de que as políticas voltadas a esse serviço privilegiam, historicamente, o meio urbano dada a densidade de pessoas e de domicílios, o que gera maior demanda e facilita a distribuição (relação custo/benefício) desse serviço.

<sup>8</sup> Em 2005, havia mais de 4.627 mil pessoas morando nas áreas rurais, em um total de 1.148 mil domicílios.

se que as conseqüências da inexistência e/ou da má qualidade da prestação desses serviços no cotidiano da população que vive no meio rural são menos evidentes do que o observado nas áreas urbanas. Entretanto, sabe-se também que sejam moradores do meio rural ou do urbano, todos têm direito a esses serviços que, sendo adequados, tornam-se importantes elementos de prevenção de uma série de enfermidades.

Tabela 1

Total relativo de domicílios particulares permanentes e de moradores de domicílios particulares permanentes urbanos e rurais – Brasil, Nordeste, Bahia e RMS – 1995/2005

Unidade geográfica	Total de domicílios			Total de moradores		
	Total	Urbanos	Rurais	Total	Urbanos	Rurais
<b>1995</b>						
Brasil	100,0	80,8	19,2	100,0	78,9	21,1
Nordeste	100,0	64,6	35,4	100,0	62,8	37,2
Bahia	100,0	62,9	37,1	100,0	61,9	38,1
RMS	100,0	100,0	-	100,0	100,0	-
<b>2005</b>						
Brasil	100,0	84,5	15,5	100,0	82,8	17,2
Nordeste	100,0	73,1	26,9	100,0	70,7	29,3
Bahia	100,0	68,9	31,1	100,0	66,5	33,5
RMS	100,0	100,0	-	100,0	100,0	-

Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005.

## SOBRE A HABITABILIDADE: A ESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS

Para a análise das condições de habitabilidade, optou-se por verificar o material da parede e da cobertura, requisitos fundamentais para que o domicílio cumpra a função de abrigo e para que se tenha noção da delimitação do espaço de moradia, permitindo que os moradores se isolem do seu entorno. Sabe-se, porém, que devido à precariedade da renda de uma grande parcela da população brasileira (e a baiana não foge a essa regra), uma ampla variedade de materiais – alguns dos quais incapazes de oferecer a segurança e higiene mínimas aos residentes – vêm sendo empregados na construção dos domicílios. Por isso, além de levantar o tipo de material aplicado, observou-se sua adequação. Sendo assim, concordando com outros autores, a exemplo de Oliveira e Saboia, 2007; Fundação João Pinheiro, 2006, considerou-se como aceitável/adequado para a estrutura das paredes, o uso de alvenaria e madeira aparelhada, enquanto que para a cobertura essa condição foi atribuída à telha (de barro, de cimento ou de amianto), laje e madeira aparelhada<sup>9</sup>.

Deve-se acrescentar que paredes de taipa, palha, assim como coberturas de zinco, madeira aproveitada, palha ou qualquer de outro material que não esteja no grupo dos adequados,

<sup>9</sup> Madeira aparelhada é aquela aplainada, preparada para uma obra.

indicam domicílios rústicos<sup>10</sup> – tipo de habitação caracterizada pela precariedade. Ademais, teoricamente considera-se que a presença de um material inadequado, seja na parede ou na cobertura, repercute em desconforto para os moradores dos domicílios e apresenta risco para as condições de segurança e saúde (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (MG), 2006).

## Material das paredes

Em mais de 90% do total das *residências urbanas* da Bahia, do Nordeste, do Brasil e da RMS fazia-se uso de materiais adequados nas paredes dos domicílios, tanto em 1995 e quanto em 2005, com predominância para a alvenaria. Em 1995, os valores dos que tinham esse tipo de revestimento oscilaram entre 87,9% (no Brasil) e 95,7% (na RMS). No ano de 2005, 92,0% dos domicílios urbanos do Brasil, 97,0% dos do Nordeste, 97,3% dos da Bahia e 98,2% das residências da RMS possuíam alvenaria nas paredes (Tabela 2).

Entre 1995 e 2005, portanto, o uso da alvenaria aumentou em todas as escalas analisadas, diminuindo, conseqüentemente, a proporção dos domicílios que apresentavam madeira aparelhada ou tipos inadequados de revestimentos (taipa, madeira aproveitada e palha).

**Tabela 2**

**Total relativo de domicílios particulares permanentes urbanos por material das paredes  
Brasil, Nordeste, Bahia e RMS – 1995/2005**

Unidade geográfica	Material predominante na parede dos domicílios urbanos								
	Adequado			Inadequado					Total
	Total	Alvenaria	Madeira aparelhada	Total	Taipa não revestida	Madeira aproveitada	Palha	Outro material	
1995									
Brasil	97,6	87,9	9,7	2,4	1,4	0,9	0,0	0,0	100,0
Nordeste	93,6	92,0	1,6	6,4	5,3	0,9	0,1	0,1	100,0
Bahia	95,7	91,8	3,9	4,3	2,6	1,4	0,0	0,2	100,0
RMS	96,7	95,7	1,0	3,3	2,0	1,2	0,0	0,1	100,0
2005									
Brasil	98,8	92,0	6,8	1,2	0,5	0,6	0,0	0,1	100,0
Nordeste	97,5	97,0	0,5	2,4	1,9	0,5	0,0	0,1	100,0
Bahia	98,2	97,3	0,9	1,8	0,5	1,3	0,0	0,1	100,0
RMS	98,7	98,2	0,5	1,3	0,5	0,7	0,0	0,1	100,0

Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005.

Deve-se observar que nos dois anos em enfoque, registrou-se, no Nordeste, maior proporção de moradias urbanas onde foram usados materiais inadequados nas paredes (6,4% do total, em 1995, e 2,4%, em 2005). Vale acrescentar que, embora o valor relativo seja pouco significativo, a taipa não revestida (mistura de barro e cascalho) constituiu-se, no período, no segundo material mais utilizado nessa região.

<sup>10</sup> Para maiores esclarecimentos, ver o texto de Cerqueira e Rodrigues, nesta publicação.

No *meio rural*, o percentual de moradias onde havia revestimento adequado era um pouco inferior ao registrado no meio urbano. Ainda assim, em 1995, na grande maioria dos domicílios existentes nas áreas rurais da Bahia (88,5%), do Nordeste (75,2%) e do Brasil (85,6%) encontraram-se paredes compostas por materiais adequados, prevalecendo, dentre esses, assim como no urbano, a alvenaria, que aparecia em 83,6% das residências baianas, valor que superou o aferido no Nordeste (73,2%) e o obtido no Brasil (69,5%). A madeira aparelhada ocupava o segundo lugar no Brasil (16,1%), enquanto que no Nordeste e na Bahia, a taipa não revestida (revestimento considerado inadequado) ocupou essa posição (com 23,0% e 10,8% do total rural, respectivamente). Nesse mesmo ano, 1995, a taipa encontrada em 12,8% dos domicílios existentes no Brasil (Tabela 3)<sup>11</sup>.

Desse modo, nas três unidades geográficas, ainda era significativa a proporção de residências rurais onde a parede era composta de barro-ambiente propício, por exemplo, à proliferação do barbeiro, hospedeiro do transmissor da Doença de Chagas.

Tabela 3 Total relativo de domicílios particulares permanentes rurais por material das paredes Brasil, Nordeste, Bahia – 1995/2005									
Unidade geográfica	Material predominante na parede dos domicílios rurais								Total
	Adequado			Inadequado					
	Total	Alvenaria	Madeira aparelhada	Total	Taipa não revestida	Madeira aproveitada	Palha	Outro material	
1995									
Brasil	85,6	69,5	16,1	14,4	12,8	0,6	0,8	0,2	100,0
Nordeste	75,2	73,2	2,0	24,8	23,0	0,4	1,4	-	100,0
Bahia	88,5	83,6	4,8	11,5	10,8	0,7	-	-	100,0
2005									
Brasil	91,0	73,0	18,1	9,0	6,6	1,4	0,6	0,3	100,0
Nordeste	85,8	85,1	0,7	14,2	12,4	0,7	1,0	0,1	100,0
Bahia	93,4	92,7	0,7	6,6	4,9	1,7	-	0,0	100,0

Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005.

Uma década depois, em 2005, no Brasil e na Bahia, em mais de 90% das moradias rurais as paredes eram compostas por materiais adequados (Tabela 3). No Nordeste, essa proporção se revelou um pouco abaixo das obtidas nas demais escalas (85,8%). Além disso, ainda que os valores estivessem bem abaixo dos verificados em 1995, nas áreas rurais nordestinas e baianas, a taipa não revestida continuava a ser o segundo tipo de revestimento mais presente (12,4% e 4,9%, respectivamente). No Brasil, a madeira aparelhada permaneceu como a segunda opção.

<sup>11</sup> Ressalta-se que nas PNADs de 1995 e de 2005, para a RMS foram levantados dados apenas para o meio urbano, o que justifica não haver informações sobre o meio rural.

Para os anos de 1995 e de 2005, a comparação dos dados sobre o tipo de parede das moradias urbanas e rurais da Bahia não revelou diferenças mais significativas. Houve um grande predomínio do uso de materiais adequados, particularmente da alvenaria.

### Tipos de coberturas

No *meio urbano*, no ano de 1995, em cerca de 98% dos domicílios havia materiais adequados nas coberturas, com a telha sendo utilizada em 76,6% das moradias do Brasil, em 86,4% das do Nordeste, em 79,1% das da Bahia, e em 53,9% das residências urbanas da RMS. Em segundo lugar, nas quatro escalas espaciais, estava a laje de concreto (Tabela 4). É interessante observar que, na RMS, o percentual de moradias com telha foi o menor dentre as unidades geográficas estudadas, o que foi compensando pela elevada quantidade daquelas onde havia laje (44,5%), valor que, em muito, superava o registrado nas demais áreas.

**Tabela 4**

**Total relativo de domicílios particulares permanentes urbanos por material da cobertura  
Brasil, Nordeste, Bahia e RMS – 1995/2005**

Unidade geográfica	Material predominante na cobertura dos domicílios urbanos									Total
	Adequado				Inadequado					
	Total	Telha	Laje de concreto	Madeira aparelhada	Total	Zinco	Madeira aproveitada	Palha	Outro material	
1995										
Brasil	98,0	76,6	21,2	0,2	2,0	1,2	0,1	0,6	0,1	100,0
Nordeste	97,7	86,4	11,2	0,1	2,3	0,4	0,1	1,7	0,0	100,0
Bahia	98,6	79,1	19,4	0,1	1,4	1,1	0,1	0,0	0,2	100,0
RMS	98,6	53,9	44,5	0,2	1,4	1,0	0,2	0,0	0,2	100,0
2005										
Brasil	99,0	74,3	24,4	0,3	1,0	0,8	0,0	0,1	0,1	100,0
Nordeste	99,0	85,5	13,5	0,1	1,0	0,4	0,0	0,5	0,1	100,0
Bahia	98,9	74,8	24,0	0,1	1,1	0,9	0,1	-	0,1	100,0
RMS	98,6	45,3	53,0	0,3	1,4	1,1	0,1	0,0	0,2	100,0

Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005.

Esse padrão repetiu-se em 2005. Entretanto, em todas as unidades geográficas ocorreu uma pequena redução do número relativo de residências onde havia algum tipo de telha, tendo aumentado a proporção daquelas com laje de concreto – tipo de cobertura considerada mais adequada pela segurança e conforto que proporciona aos moradores do domicílio, é, também, o mais oneroso dentre os pesquisados. Na Bahia, em 24,0% dos domicílios havia laje (enquanto que em 74,8% usava-se algum tipo de telha), valores bastante semelhantes ao registrado no Brasil (24,4% com laje; 74,3% com telha). O Nordeste, comparado aos dois

espaços, possuía maior percentual de domicílios com cobertura de telha (85,5%), e 13,5%, tinham laje de concreto.

Na RMS, diferindo do observado nos demais espaços, em 2005, a quantidade de residências com laje de concreto (53,0%) superava a daquelas onde a cobertura era feita por algum tipo de telha (45,3%). Ressalta-se, ainda, que a proporção de moradias dessa área em que havia laje, mais uma vez, estava bem acima do registrado para o Brasil, Nordeste e Bahia.

Nas *áreas rurais*, assim como nas urbanas, a telha (de barro, cimento ou amianto) era o tipo de cobertura dominante, sendo adotada em, pouco menos que 90% das moradias nordestinas e brasileiras no ano de 1995. Nesse mesmo ano, a laje de concreto era empregada em somente 2,0% das residências rurais do país e em 0,5% das nordestinas. Na Bahia, o percentual das habitações que tinham cobertura de telha era de 97,6%, em apenas 0,3% dos domicílios havia laje de concreto (Tabela 5).

Considerando as áreas rurais dos três espaços analisados, em 1995, no Nordeste se registrava o maior percentual de moradias onde havia tipos inadequados de cobertura (11,3% do total, sendo que, em 10,5%, usava-se palha). De todo modo, nesse ano, no meio rural, a proporção de moradias com tipos de cobertura considerados adequados já se apresentava amplamente superior a daquelas com uso de materiais inadequados.

**Tabela 5**  
**Total relativo de domicílios particulares permanentes rurais por material da cobertura**  
**Brasil, Nordeste e Bahia – 1995/2000**

Unidade geográfica	Material predominante na cobertura dos domicílios rurais									Total
	Adequado				Inadequado					
	Total	Telha	Laje de concreto	Madeira aparelhada	Total	Zinco	Madeira aproveitada	Palha	Outro material	
1995										
Brasil	91,7	89,3	2,0	0,4	8,3	1,2	0,2	6,7	0,2	100,0
Nordeste	88,7	87,9	0,5	0,3	11,3	0,4	0,3	10,5	0,1	100,0
Bahia	98,0	97,6	0,3	0,1	2,0	0,9	0,0	0,8	0,2	100,0
2005										
Brasil	93,9	90,3	2,7	1,0	6,1	1,9	0,1	3,9	0,1	100,0
Nordeste	94,0	93,4	0,3	0,3	6,0	0,2	0,0	5,6	0,1	100,0
Bahia	99,3	99,0	0,3	0,1	0,7	0,3	0,1	0,3	0,0	100,0

Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005.

No ano de 2005, em praticamente todos os domicílios rurais da Bahia existia algum tipo de telha (99,0%). No Brasil e no Nordeste, os percentuais eram um pouco menores, mas, do mesmo modo elevados (90,3% e 93,4%, respectivamente). A quantidade relativa dos que

apresentavam laje e madeira aparelhada era diminuta, portanto, a alta proporção de com tipos adequados de cobertura se devia, essencialmente, ao grande percentual das moradias que contavam com algum tipo de telha (Tabela 5).

Observa-se que, no meio rural das três escalas em enfoque, o percentual de moradias com tipos de cobertura inadequados diminuiu entre 1995 e 2005. Nesse último ano, em 6,0% das residências do país e do Nordeste e em apenas em 0,7% das da Bahia adotava-se algum dos materiais que compõem esse conjunto.

Conforme os dados das Tabelas 4 e 5, portanto, pode-se afirmar que os tipos de coberturas considerados adequados eram amplamente dominantes no Brasil, no Nordeste e na Bahia, tanto no meio urbano quanto no rural.

É importante observar que a existência de materiais definidos como adequados não indica, necessariamente, que estejam em bom estado de conservação, implicando em boas condições de habitabilidade. Assim, as distintas possibilidades de edificação e conservação dos domicílios (Fotos 1, 2 e 3) proporcionam níveis diferenciados de conforto e salubridade aos seus moradores.



Foto 1 – Boca do Rio, Salvador – RMS – 2008





Foto 2 – Sede de Novo Triunfo, Nordeste da Bahia – 2005



Foto 3 – Stella Mares, Salvador – RMS – 2008

## SOBRE A DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS: O SANEAMENTO BÁSICO

O saneamento se constitui em um dos determinantes da condição de moradia, na medida em que sua ausência tem reflexos diretos no cotidiano, implicando maior vulnerabilidade da população (especialmente de crianças e idosos) a determinadas doenças, à poluição e à degradação ambiental (IPEA, 2005). Ademais, como observou Moura (1990), “[...] a disponibilidade de serviços básicos de saneamento é uma das premissas universais de natureza socioeconômica para o exercício da cidadania plena”. Trata-se, assim, de um serviço estratégico para os governos visto que sua ausência, além de incidir na qualidade de vida dos cidadãos, representa uma limitação ao exercício pleno de direitos sociais e políticos fundamentais.

É importante acrescentar que, em janeiro de 2007, com a Lei nº 11.445, ficaram estabelecidas as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento. Nesse documento, definiu-se como saneamento básico o conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

- a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
- b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
- c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
- d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas [...] (BRASIL, 2007).

Para as reflexões pretendidas neste trabalho, cabe destacar que o primeiro princípio fundamental da Lei nº 11.445 refere-se à universalização do acesso aos serviços de saneamento. Ressalta-se ainda tal lei estabeleceu que esses serviços devem ser prestados em articulação com outras políticas públicas, em especial, as que são voltadas ao desenvolvimento urbano e regional, à habitação, ao combate e erradicação da pobreza, à proteção ambiental e promoção da saúde.

Entendendo-se que saneamento básico é o conjunto de serviços essenciais a uma sociedade, cujo estudo denota o acesso da população a serviços públicos fundamentais, e considerando o disposto na atual lei que define as diretrizes para a política de saneamento e os dados disponibilizados pela PNAD<sup>12</sup>, neste texto tratou-se das formas de abastecimento de água, dos tipos de esgotamento sanitário, das formas de coleta de lixo.

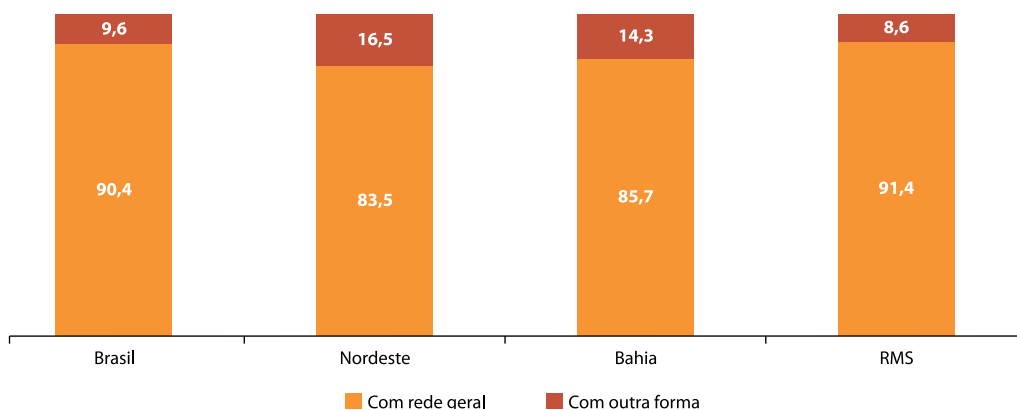
<sup>12</sup> Nas PNADs dos anos em referência não havia perguntas sobre drenagem.

## Abastecimento de água

O estudo sobre as formas de abastecimento de água deve ser feito sob duas perspectivas: quanto à procedência e quanto à forma de sua distribuição no domicílio<sup>13</sup>. Com relação à procedência, sua importância decorre do fato de que a água oriunda da rede geral, por ser tratada, torna-se mais apropriada para o consumo humano. Sobre a forma de distribuição no domicílio, a relevância de verificar a presença ou ausência de canalização interna está associada ao fato de que a existência de, ao menos, um ponto de distribuição de água no interior da moradia possibilita melhores condições de higiene pessoal, domiciliar e no trato dos alimentos. Ambos os aspectos, portanto, contribuem para que a população tenha uma vida saudável.

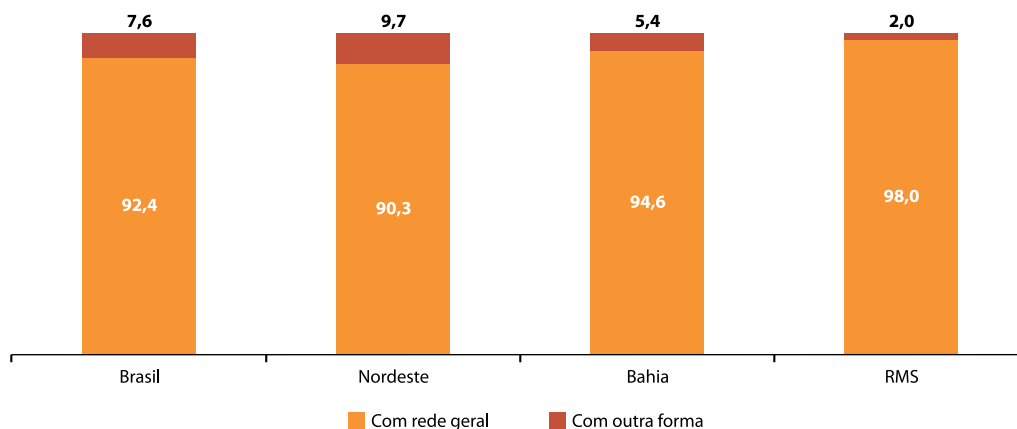
### Procedência da água

A maioria absoluta dos domicílios das *áreas urbanas* das unidades geográficas estudadas, desde 1995, obtinha água da rede geral. Na Bahia, 85,7% apresentava essa condição, situação próxima à do Nordeste (83,5%) e pouco inferior à verificada no Brasil (90,4%) e na RMS (91,4%). Evidenciou-se que o acesso à água tratada foi ampliado ao longo do tempo e alcançava, em 2005, os moradores de mais de 90% do total de domicílios urbanos, nas quatro áreas em análise, sendo que na RMS evidenciou-se a maior cobertura: 98% do total (Gráficos 1 e 2).



**Gráfico 1 – Total relativo de domicílios particulares permanentes urbanos por forma de procedência da água Brasil, Nordeste, Bahia e RMS – 1995**

<sup>13</sup> Na PNAD, os dados sobre formas de abastecimento de água são organizados quanto à existência de canalização, classificando-se os domicílios em com canalização interna (para aqueles que tivessem canalização em, pelo menos, um dos cômodos) e sem canalização interna (quando não houvesse canalização de água em nenhum dos cômodos do domicílio). Quanto à proveniência, os resultados da pesquisa foram classificados em rede geral (quando o domicílio era servido de água proveniente de uma rede geral de distribuição, tendo ou não canalização interna) e outra forma (quando a água que abastece o domicílio provinha de poço ou nascente, reservatório, carro-pipa, coleta de chuva ou outra não descrita anteriormente).



Fonte: IBGE, PNAD de 2005.

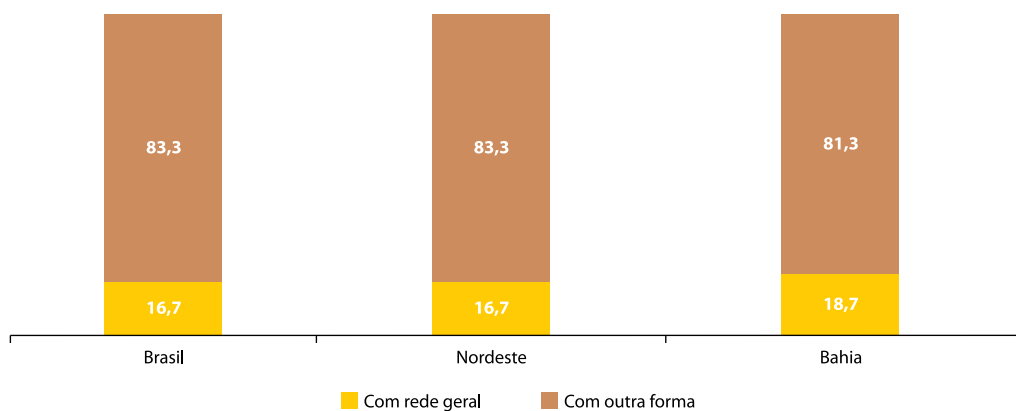
**Gráfico 2 – Total relativo de domicílios particulares permanentes urbanos por forma de procedência da água Brasil, Nordeste, Bahia e RMS – 2005**

No *meio rural*, a rede de distribuição de água atendia a uma proporção de domicílios bem abaixo da que foi aferida no urbano: com acesso à água tratada, não estavam sequer 20% do total das moradias de nenhuma das três unidades geográficas analisadas<sup>14</sup> (Gráfico 3). Na Bahia, em 18,7% das residências rurais tinha-se acesso à água procedente da rede geral, situação ligeiramente melhor do que a identificada no Brasil e no Nordeste (em ambos, a rede abrangia cerca de 17% do total rural). Assim, em 1995, na grande maioria dos domicílios rurais da Bahia, do Nordeste e do Brasil utilizava-se água proveniente de poço ou nascente, reservatório, chuva, carro-pipa etc.

Entre 1995 e 2005, houve um crescimento relevante da proporção de domicílios rurais com acesso à água tratada, superior a 10 pontos percentuais nas três unidades geográficas. Todavia, como o número relativo daqueles atendidos em 1995 era bastante restrito, mesmo com esse crescimento, a rede geral estava acessível a 31,6% das moradias rurais da Bahia em 2005 (Gráfico 4). Esse percentual era um pouco maior do que o registrado no Nordeste (29% do total) e no país (26,9%).

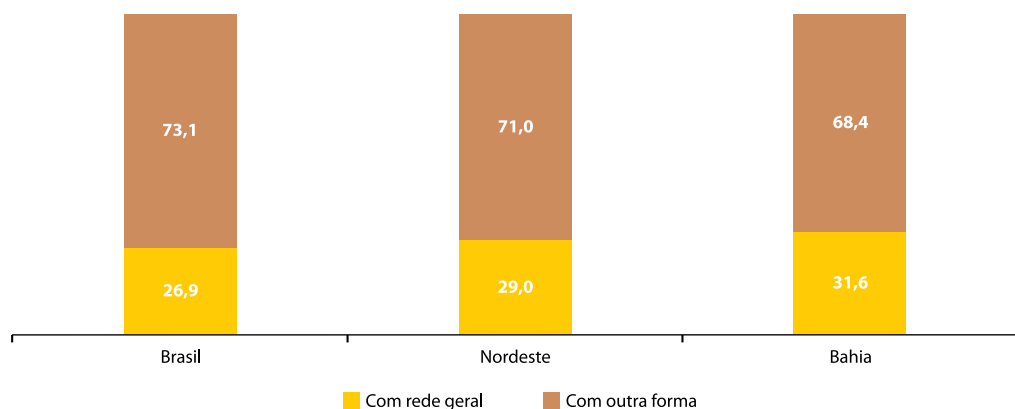
Em outros termos, nos três espaços estudados, para, aproximadamente, 70% das residências do meio rural, a água era procedente de outra fonte que não a rede geral em 2005. Nesse ano, nas áreas urbanas, esse problema atingia a uma pequena proporção de moradias em todas as unidades geográficas pesquisadas.

<sup>14</sup> Ressalta-se, novamente, que nas PNADs de 1995 e 2005, os dados da RMS referem-se apenas ao urbano.



Fonte: IBGE, PNAD de 1995.

**Gráfico 3 – Total relativo de domicílios particulares permanentes rurais por forma de procedência da água Brasil, Nordeste, Bahia – 1995**



Fonte: IBGE, PNAD de 2005.

**Gráfico 4 – Total relativo de domicílios particulares permanentes rurais por forma de procedência da água Brasil, Nordeste, Bahia – 2005**

### *Formas de distribuição da água*

Em 1995, havia canalização interna (isto é, ao menos um ponto de distribuição de água no interior das habitações) na maioria das residências que estavam situadas no *meio urbano* das quatro unidades geográficas. O Brasil e a RMS registraram as mais elevadas proporções de domicílios nessa condição (89,6% e 85,8%, respectivamente), a maior parte das quais com acesso à água proveniente da rede geral. Em apenas, 4,1% das residências brasileiras com canalização recebia-se água de outra fonte, o que acontecia em 1,3% das moradias situadas na região metropolitana baiana (Tabela 6). Ainda em 1995, no Brasil, 10,4% das moradias urbanas estavam

sem canalização interna – 4,9% com água oriunda da rede geral e 5,5% com água proveniente de outras fontes. Na RMS, em 14,2% dos domicílios não se dispunha de canalização interna, dos quais 7,3% registravam abastecimento por fontes outras que não a rede geral.

Ainda em 1995, na Bahia e no Nordeste, havia, ao menos, um ponto de distribuição de água em mais de 78,5% e em 75,8% dos domicílios urbanos, respectivamente. Em aproximadamente 2% das moradias dessas áreas, a água disponível não procedia da rede geral. Note-se que em 24,2% do total urbano do Nordeste e em 21,5% do total da Bahia, não havia canalização interna. Acrescente-se que, dessas, em 14,6% das moradias nordestinas e em 12,2% das baianas, a água era oriunda de poços, nascentes, carro-pipa, chuva etc, mas não da rede geral (Tabela 6).

Tabela 6							
Total relativo de domicílios particulares permanentes urbanos por formas de abastecimento de água – Brasil, Nordeste, Bahia e RMS – 1995/2005							
Unidade geográfica	Formas de abastecimento de água nos domicílios urbanos						Total
	Com canalização interna			Sem canalização interna			
	Total	Com rede geral	Com outra forma	Total	Com rede geral	Com outra forma	
1995							
Brasil	89,6	85,4	4,1	10,4	4,9	5,5	100,0
Nordeste	75,8	73,9	1,9	24,2	9,6	14,6	100,0
Bahia	78,5	76,3	2,1	21,5	9,4	12,2	100,0
RMS	85,8	84,5	1,3	14,2	6,9	7,3	100,0
2005							
Brasil	95,7	90,5	5,2	4,3	2,0	2,4	100,0
Nordeste	88,7	85,0	3,7	11,3	5,3	6,0	100,0
Bahia	91,6	89,9	1,7	8,4	4,7	3,7	100,0
RMS	96,1	95,7	0,4	3,9	2,3	1,6	100,0

Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005.

Entre 1995 e 2005, houve aumento da quantidade relativa de domicílios que dispunham de canalização interna. Nesse último ano, a Bahia apresentou uma alta proporção de moradias urbanas com essa condição (91,6%), valor acima do obtido no Nordeste (88,7%) e um pouco abaixo do registrado no Brasil (95,7%) e ao da RMS (96,1%). Na Tabela 6 evidencia-se que, em 2005, embora nas quatro unidades geográficas prevalecessem domicílios com canalização interna, no Brasil e no Nordeste houve uma pequena elevação do percentual daqueles sem acesso à água tratada. Pode-se inferir, por esses dados, que houve melhoria com relação à forma de distribuição de água no interior das habitações, o que não foi acompanhado na mesma velocidade pela ampliação da rede de abastecimento.

Os dados indicam ainda que, em 2005, assim como em 1995, foi no Nordeste onde se registrou a maior proporção de moradias sem canalização interna (11,3 %). Igualmente, essa

região foi a que apresentou o maior percentual de moradias com a condição mais precária de acesso à água – combinação de ausência canalização interna com água procedente de outra fonte que não a rede geral – 6,0% do total.

Nas *áreas rurais*, no ano de 1995, apenas 15,0% das residências baianas e 13,8% das nordestinas possuíam ao menos um ponto de distribuição de água em seu interior – percentuais muito aquém da média nacional, 41,7% (Tabela 7). Contudo, dentre os domicílios com canalização interna na Bahia, no Nordeste e no Brasil, as proporções dos que tinham acesso à água da rede geral eram similares, girando em torno de 10%. Dessa forma, embora a quantidade dos que possuíam canalização interna no Brasil fosse muito maior do que a registrada no Nordeste e na Bahia, esse valor era em muito associado à quantidade de domicílios em que a água disponível provinha de outras fontes (30,1% do total).

No ano de 1995, 58,3% das moradias do país estavam sem canalização interna, frente a 85,0% das baianas e 86,2% das nordestinas. A maioria absoluta das que ostentavam essa condição, nas três unidades geográficas, também não tinham acesso à água devidamente tratada. Nessa situação estavam 76,1% do total de domicílios rurais da Bahia, o que colocava o estado numa posição um pouco melhor do que a apresentada pelo Nordeste (79,2%). No Brasil, evidenciou-se uma quantidade relativa menor – ainda que elevada – de moradias com essa insatisfatória condição de acesso à água (53,2%).

Decorridos dez anos, ou seja, em 2005, o percentual dos domicílios que possuíam canalização interna elevou-se consideravelmente, sobretudo na Bahia e no Nordeste – nessa região os valores mais que dobraram, passando de 13,8% para 33,7% e na Bahia de 15,0% passou-se para 38,7%.

Entretanto, a maioria dos domicílios das áreas rurais desses dois espaços permaneceu sem canalização interna (66,3% do total nordestino e 61,3% do conjunto rural baiano). Além disso, em 57,6% das moradias do Nordeste e em 52,8% das da Bahia persistia a forma mais precária de acesso à água: sem canalização interna e cuja fonte era outra que não a rede geral. Isso significa dizer que, embora o número relativo de domicílios com canalização interna tenha aumentado, essa situação sequer alcançava a metade deles nessas duas escalas.

No Brasil, em 2005, eram 59,4% das moradias rurais que não dispunham de canalização interna. Desse último total, 21,6% recebiam água da rede geral de abastecimento.

É possível pensar que a ampliação do contingente de residências com pontos internos de distribuição de água sinaliza para a possibilidade de melhoria na condição da higiene familiar, o que incide nas condições de saúde. Todavia, é necessário chamar a atenção para o fato de que, dentre as residências rurais que dispunham de canalização interna em 2005, ainda era considerável o percentual das que não recebiam água oriunda da rede geral: 37,8% no Brasil, 13,3% no Nordeste e 15,5% na Bahia.

**Tabela 7**

**Total relativo de domicílios particulares permanentes rurais por formas de abastecimento de água – Brasil, Nordeste e Bahia – 1995/2005**

Unidade geográfica	Formas de abastecimento de água nos domicílios rurais						Total
	Com canalização interna			Sem canalização interna			
	Total	Com rede geral	Com outra forma	Total	Com rede geral	Com outra forma	
1995							
Brasil	41,7	11,6	30,1	58,3	5,1	53,2	100,0
Nordeste	13,8	9,8	4,0	86,2	7,0	79,2	100,0
Bahia	15,0	9,9	5,1	85,0	8,9	76,1	100,0
2005							
Brasil	59,4	21,6	37,8	40,6	5,3	35,3	100,0
Nordeste	33,7	20,3	13,4	66,3	8,7	57,6	100,0
Bahia	38,7	23,2	15,5	61,3	8,4	52,9	100,0

Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005.

No último ano analisado, portanto, no meio urbano da Bahia prevaleciam domicílios onde havia distribuição interna de água procedente da rede geral – cerca de 90% possuíam a condição considerada a mais adequada de acesso à água. No meio rural, apenas em 23,2% das residências havia essa condição. Em mais da metade das residências rurais da Bahia, registrou-se a forma mais precária de acesso à água: sem canalização e com água obtida “com outra forma”. Considerando-se o elevado contingente que lá residia – cerca de 4 milhões de pessoas em 2005 –, esse problema se revela ainda mais significativo.

### Esgotamento sanitário

O estudo do esgotamento sanitário é outro item fundamental para a composição da análise das condições de saneamento básico. Embora seja evidente que os tipos inadequados de escoamento de dejetos interfiram nas condições de higiene e saúde de uma população e que causem danos ao meio ambiente, é essencial ressaltar que a falta de esgotamento altera também a qualidade da água, visto que contribui para contaminação dos mananciais. Lobo (2003, p. 32) ressaltou que, por ser um bem essencial à vida, dos componentes do saneamento, a água foi o que obteve maior atenção por parte dos poderes públicos. Por outro lado, conforme o autor, com o aumento de sua provisão, ampliou-se o volume de esgoto, mas não a cobertura pela rede coletora. Restou à população encontrar estratégias para resolver esse problema – a rua, os terrenos e os veios d’água tornaram-se, então, o caminho para os dejetos. Assim, “com o passar do tempo, essas soluções se tornam inviáveis porque, ao aumentarem as concentrações humanas, o volume de esgoto é aumentado proporcionalmente e já não desaparece facilmente”.



Nesse contexto, devido à alta proporção de moradias com esgotamento sanitário (Tabela 8), poder-se-ia pensar que nas *áreas urbanas* da Bahia, à semelhança do que acontecia no Nordeste, a questão de sua destinação estava relativamente bem equacionada em 1995: em, aproximadamente, 88% dos domicílios dessas duas unidades geográficas contava-se com alguma forma de esgotamento sanitário. Entretanto, em relação aos dois tipos considerados adequados, rede coletora e fossa séptica, os valores não eram tão altos – 29,5% das residências do estado da Bahia tinham ligação à rede coletora, enquanto que, no Nordeste, eram 20,7% do total das moradias urbanas. Com fossa séptica, foram classificadas 21,4% dos domicílios baianos e 26,0% dos nordestinos<sup>15</sup>.

Tabela 8

Total relativo de domicílios particulares permanentes urbanos por forma de esgotamento sanitário – Brasil, Nordeste, Bahia e RMS – 1995/2005

Unidade geográfica	Formas de esgotamento sanitário dos domicílios urbanos					Total
	Com esgotamento sanitário				Sem esgotamento sanitário	
	Total	Rede coletora	Fossa séptica	Outra forma		
1995						
Brasil	95,6	48,2	22,7	24,7	4,4	100,0
Nordeste	87,7	20,7	26,0	41,0	12,3	100,0
Bahia	87,5	29,5	21,4	36,6	12,5	100,0
RMS	92,5	41,9	24,4	26,2	7,5	100,0
2005						
Brasil	98,3	56,3	22,5	19,5	1,7	100,0
Nordeste	94,8	36,2	24,2	34,5	5,2	100,0
Bahia	95,4	55,8	8,8	30,9	4,6	100,0
RMS	97,1	75,6	11,0	10,5	2,9	100,0

Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005.

Nessas duas unidades geográficas, ainda em 1995, havia menor proporção de domicílios conectados à rede coletora e com fossa séptica do que o identificado no Brasil e na RMS.

No Brasil, no ano de 1995, das 95,6% residências com esgotamento sanitário, a maior parte estava ligada à rede coletora (48,2%). Na RMS, em 92,5% das moradias contava-se com algum tipo de esgotamento, e, assim como em relação ao país, na maioria dessas o escoamento dos dejetos ocorria por rede coletora (41,9%). Em 22,7% do total de residências brasileiras, havia fossa séptica, proporção um pouco abaixo da observada na RMS, onde 24,4% das moradias a possuíam.

<sup>15</sup> De acordo com as notas metodológicas da PNAD, fala-se de *rede coletora* “[...] quando a canalização das águas servidas e dos dejetos estivesse ligada a um sistema de coleta que os conduzisse para um desagudouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não dispusesse de estação de tratamento da matéria esgotada”; é considerada *fossa séptica* aquela onde as águas servidas e os dejetos passam por um processo de tratamento ou decantação, “[...] sendo a parte líquida absorvida no próprio terreno ou canalizada para um desagudouro geral da área, região ou município”; como *outra forma*, classificaram-se fossas rudimentares (fossa negra, poço, buraco, etc.), nas quais as águas servidas e dejetos são conduzidos “[...] diretamente para uma vala, rio, lago ou mar, ou quando o escoadouro não se enquadrasse em quaisquer dos tipos descritos anteriormente” (IBGE, 2007).

Mas, dentre os domicílios com algum tipo de esgotamento, foi na categoria outra forma – ou seja, aquela que engloba a alternativa de destinar as águas servidas e o esgoto de buracos ou fossa negra para rios, lagos, valas, por exemplo –, que se encontraram os maiores percentuais de domicílios do Nordeste e da Bahia, em 1995. Nessa região brasileira, eram 41%; na Bahia, essa proporção era de 36,6%. Tal situação foi identificada em 26,2% das moradias metropolitanas e em 24,7% das brasileiras.

Ao mesmo tempo, em cerca de 12% dos domicílios da Bahia e do Nordeste não havia qualquer tipo de esgotamento sanitário (no Brasil, esse valor era de 4,4% e na RMS, de 7,5%).

Em 2005, no Brasil, no Nordeste, na Bahia e na RMS, os percentuais de moradias urbanas com algum tipo de esgotamento sanitário foram bastante elevados, todos acima de 90%. Comparando-se os dois anos estudados, evidencia-se também a ampliação da proporção de domicílios com ligação à rede coletora em todos esses espaços, o que foi acompanhado de diminuição dos percentuais de moradia que possuíam fossa séptica, ou outra forma escoamento e que não registraram qualquer tipo de esgotamento (Tabela 8).

Na RMS ocorreu a mais acentuada redução do percentual de domicílios com formas de escoamento tidas como inadequadas: em 1995, eram 26,9% e, em 2005, 10,5%. Nesse último ano, no Brasil, 19,5% dos domicílios estavam nessa categoria. O Nordeste e a Bahia permaneceram como os espaços com as maiores proporções de moradias com formas de esgotamento sanitário inadequadas, 34,5% e 30,9%, respectivamente.

Considerando os tipos adequados, na Bahia havia uma situação semelhante a do país, no que tange aos domicílios ligados à rede coletora, aproximadamente, 56% do total urbano. Contudo, a quantidade relativa dos que contavam com fossa séptica na Bahia (8,8%) era inferior à metade da média nacional (22,5%). Os moradores da RMS encontravam, relativamente, melhores condições no que se refere a esse item da moradia, visto que em 75,6% dos domicílios os dejetos eram jogados diretamente na rede coletora. A posição vantajosa dessa região metropolitana provavelmente foi decorrente da intensificação das ações de saneamento e preservação do meio ambiente, destacando-se aquelas voltadas ao esgotamento sanitário e ao abastecimento de água, em Salvador e nos demais municípios localizados no entorno da Baía de Todos os Santos. Tais ações fazem parte do programa Bahia Azul, implementado pelo governo estadual a partir de 1995.

No Nordeste, apenas em 36,2% das habitações urbanas contava-se com acesso à rede coletora.

Para Lobo (2003), a presença tão intensa de formas inadequadas de esgotamento nas áreas urbanas é, em muito, decorrente do crescimento acelerado de sua população, observado nas mais diferentes porções do país, sobretudo entre os anos 1940 e 1980. Essa situação levou ao aumento das demandas por serviços de saneamento de forma geral, sendo que o abastecimento de água se apresentou como uma questão mais urgente. Com relação ao esgotamento, a “cultura rural” dos migrantes contribuiu para que, frente à ausência de um atendimento adequado pelos governos, a população buscasse alternativas que, em princípio e aparentemente, não comprometessem sua qualidade de vida. Obteve-se, assim,

o escoamento feito por valas e canalizações para a rua, terrenos baldios, para córregos e rios, ou, ainda, para o sistema de drenagem (a exemplo do que se verifica na Foto 4). De acordo com esse autor,

[...] as pessoas que vieram do campo para a cidade não consideravam os rejeitos como um problema porque as soluções que praticavam no campo não causavam qualquer impacto, principalmente pela distância que separava as pequenas comunidades ou mesmo cada domicílio. Essa percepção cultural gera um comportamento de quase indiferença em relação ao esgoto, mesmo quando já não podem mais “dar um jeito” (LOBO, 2003, p. 33).



Fonte: Lucas Lima, 2007

Foto 4 – Fazenda Coutos, Salvador – RMS – 2007

Se nas áreas urbanas, onde o impacto pela ausência de esgotamento adequado é mais evidente, ainda existia uma significativa proporção de domicílios sem ligação à rede coletora e com fossa séptica, no *meio rural* a presença de formas adequadas de escoamento ainda era mais restrita. Em 1995, um elevado percentual de moradias rurais não possuía nenhum tipo de esgotamento no Brasil (40,9%), no Nordeste (63,8%) e na Bahia (63,7%). Portanto, apenas a unidade geográfica país registrou presença de esgotamento sanitário em mais da metade dos domicílios rurais (em 59,1% do total). Já na Bahia e no Nordeste, o percentual registrado foi de 36%, aproximadamente (Tabela 9).

Acrescente-se que, apenas para o conjunto rural do país, a rede coletora e a fossa séptica – formas adequadas de esgotamento –, somadas, alcançavam mais do que 10% das moradias em 1995 (Tabela 9). No Nordeste, 6,7%, e na Bahia, 6,1%, das habitações contavam com algum dos tipos de esgotamento adequado (rede coletora e fossa séptica). Em outras palavras, em 1995, nos três espaços rurais enfocados, a principal forma de esgotamento sanitário era a fossa rudimentar (categoria outra forma).

Em 2005, o total relativo de residências com esgotamento sanitário aumentou de forma expressiva, alcançando mais da metade do total rural das três unidades geográficas: 75,2% no Brasil, 56,9% no Nordeste e 60,8% na Bahia. Todavia, isso decorreu essencialmente da elevação acentuada das proporções de domicílios com outra forma de esgotamento. Melhor dizendo, em aproximadamente metade das residências rurais do Brasil, do Nordeste e da Bahia, o escoamento sanitário era realizado por meio de fossas rudimentares. Faz-se importante observar que 43,1% das residências do Nordeste não apresentavam qualquer tipo de esgotamento, o que se verificou em 24,8% das do Brasil em 2005. A Bahia encontrava-se em uma posição relativamente intermediária, com 39,2% das moradias sem esgotamento sanitário (Tabela 9).

**Tabela 9**

**Total relativo de domicílios particulares permanentes rurais por forma de esgotamento sanitário Brasil, Nordeste e Bahia – 1995/2005**

Unidade geográfica	Formas de esgotamento sanitário dos domicílios rurais					Total
	Com esgotamento sanitário				Sem esgotamento sanitário	
	Total	Rede coletora	Fossa séptica	Outra forma		
1995						
Brasil	59,1	3,2	10,6	45,3	40,9	100,0
Nordeste	36,2	2,1	4,6	29,5	63,8	100,0
Bahia	36,3	1,9	4,2	30,1	63,7	100,0
2005						
Brasil	75,2	4,2	15,6	55,5	24,8	100,0
Nordeste	56,9	1,8	6,7	48,4	43,1	100,0
Bahia	60,8	1,6	4,8	54,3	39,2	100,0

Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005.

Como era de se esperar, em função da baixa densidade demográfica das áreas rurais, da distância entre os domicílios e dos custos que essa situação impõe para a ampliação da rede formal de coleta, de 1995 a 2005, a participação daqueles com ligação à rede pouco aumentou no Brasil (passando de 3,2% para 4,2%, respectivamente). No Nordeste e na Bahia, a quantidade relativa de moradias rurais ligadas à rede coletora, que já era irrisória em 1995, diminuiu em 2005: no Nordeste, em 1995, atendia-se a 2,1% dos domicílios, em 2005, a 1,8% do total. Na Bahia, tais valores foram de 1,9% e 1,6%, respectivamente para primeiro e segundo ano em estudo.

A fossa séptica – alternativa viável nas áreas rurais, que pode ser decorrente de ações individuais, mas, também de políticas públicas – foi mais encontrada no Brasil do que no Nordeste e na Bahia. No ano de 1995, em 10,6% domicílios rurais do país, em 4,6% nordestinos e em 4,2% baianos encontrava-se esse tipo de escoamento. No ano de 2005, em 15,6% das residências brasileiras utilizava-se fossa séptica, uma proporção que, mesmo sendo baixa, superava a registrada no Nordeste (6,7%) e na Bahia (4,8%).

É importante assinalar que, em 2005, a proporção de domicílios com formas inadequadas de esgotamento ainda se fazia significativa na Bahia, sobretudo no meio rural. Embora se saiba que os problemas associados à falta de destinação adequada dos dejetos, devido às características da estruturação desse tipo de espaço, tenham impactos muito mais acentuados no meio urbano, é importante observar que nas áreas rurais da Bahia, considerando-se as categorias outras formas de esgotamento e sem esgotamento, encontravam-se 93,5% dos domicílios.

### Destino do lixo

Desde 1995, a maior parte das *residências urbanas* brasileiras, nordestinas, baianas e da RMS contava com coleta de lixo, sendo que na RMS e no Brasil a cobertura era mais ampla do que nas demais escalas (em ambas, com cerca de 87%). Observando-se os dados por tipo de coleta, nota-se que a proporção de domicílios do país com coleta direta superava a das demais unidades geográficas estudadas (79,3%) – em 13,3% deles o lixo tinha outros destinos<sup>16</sup>. Na RMS, havia um relativo equilíbrio entre a quantidade de domicílios com coleta direta (41,3%) e com coleta indireta (45,4%), com pequena predominância dessa última forma. Também nessa região metropolitana, assim como foi observado para o Brasil, em 13,2% das residências o lixo não era recolhido. Conforme se evidencia na Tabela 10, essas duas unidades foram as que apresentaram as menores proporções de residências sem coleta de lixo (outros destinos).

A Bahia revelou uma posição vantajosa em relação ao Nordeste, no que se refere ao total de domicílios com coleta de lixo, em 1995 (77,2% e 73,7%, respectivamente), preponderando, nessas duas unidades geográficas, a coleta direta (realizada em 51,1% das moradias baianas e em 57,8% das do Nordeste). Destaca-se que, no ano de 1995, em 22,8% das residências baianas o destino do lixo era o meio ambiente (outros destinos), montante superado apenas pelo registrado no Nordeste (26,3%).

<sup>16</sup> Conforme as notas metodológicas da PNAD, o *destino do lixo* foi classificado como: *coletado* e *outros destinos*. A coleta pode ser *direta* - quando o lixo domiciliar fosse coletado pela empresa (pública ou privada) responsável serviço que atendia ao logradouro em que se situava o domicílio; ou *indireta* quando cabe ao morador depositar em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, para que posteriormente fosse recolhido; ou *outro destino* - quando o lixo domiciliar for queimado ou enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio, logradouro, rio, lago ou mar, ou tivesse outro destino que não se enquadrasse nos anteriormente descritos.

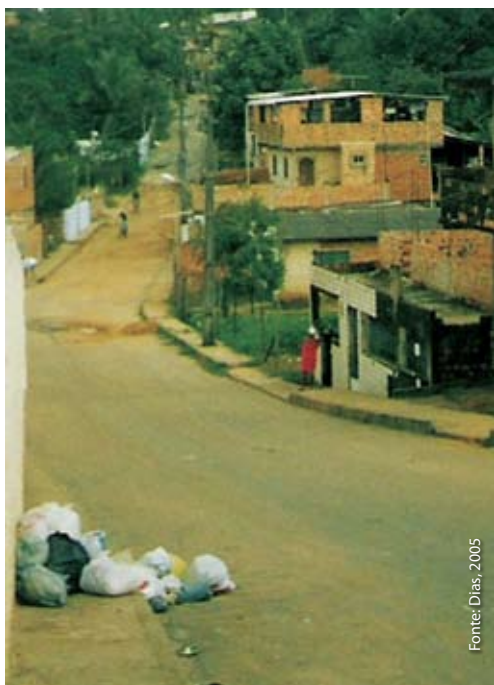
**Tabela 10**  
**Total relativo de domicílios particulares permanentes urbanos por destinação de lixo**  
**Brasil, Nordeste, Bahia e RMS – 1995/2005**

Unidade geográfica	Destino do lixo dos domicílios urbanos				Total
	Coletado			Outros destinos	
	Total	Coletado diretamente	Coletado indiretamente		
1995					
Brasil	86,7	79,3	7,4	13,3	100,0
Nordeste	73,7	57,8	15,9	26,3	100,0
Bahia	77,2	51,1	26,1	22,8	100,0
RMS	86,8	41,3	45,4	13,2	100,0
2005					
Brasil	97,0	89,8	7,3	3,0	100,0
Nordeste	92,8	79,5	13,3	7,2	100,0
Bahia	95,6	76,4	19,2	4,4	100,0
RMS	96,7	59,3	37,4	3,3	100,0

Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005.

Entre 1995 e 2005, houve aumento da quantidade de domicílios urbanos onde a coleta era realizada, com registro de mais de 90% , nas quatro unidades geográficas, em 2005. Nesse ano, a média baiana (95,6%), manteve-se um pouco abaixo da registrada para o Brasil (97,0%) e para a RMS (96,7%), mas, acima da nordestina (92,8%). Em relação à coleta direta, a situação era um pouco distinta: a Bahia (com 76,4% dos domicílios com esse tipo de coleta) apresentava uma cobertura proporcionalmente menor do que a existente no urbano nordestino (79,5%) e no brasileiro (89,8%). Todavia, a proporção de moradias com coleta direta no estado superava a registrada para a RMS (59,3%). O fato é que, frente às demais unidades geográficas estudadas, essa região metropolitana revelou, nos dois anos em foco, a maior proporção de domicílios onde se realizava coleta indireta – 45,4%, em 1995, e 37,4%, em 2005 –, tipo de coleta em que cabe aos moradores depositarem o lixo em local indicado para que possa, posteriormente, ser apanhado pela empresa responsável (Foto 5<sup>17</sup> e 6).

<sup>17</sup> Tal como se observa na foto referida, o local escolhido para a colocação do lixo nem sempre conta com *container*.



Fonte: Dias, 2005

Foto 5 – Itinga, Lauro de Freitas –  
RMS – 2006



Fonte: Lucas Lima, 2007

Foto 6 – Fazenda Coutos, Salvador – RMS – 2007



Observando-se a Tabela 10, fica evidente a redução da quantidade de moradias urbanas sem coleta de lixo no período. No ano de 2005, o lixo tinha outros destinos no Brasil e na RMS em, aproximadamente, 3% das residências; no Nordeste, em 7,2% e, na Bahia, em 4,4%.

Em relação às *áreas rurais*, na Bahia, assim como no Nordeste e no Brasil, havia, no ano de 1995, uma reduzidíssima percentagem de domicílios com coleta. No estado, o recolhimento do lixo era realizado em 5,1% das moradias – de forma direta (em 3,6% das residências), ou indireta (em 1,5%). Desse modo, em contraposição ao que foi identificado para o meio urbano, a cobertura por esse serviço na Bahia se revelou menor até mesmo que a registrada para o conjunto nordestino, onde havia coleta de lixo em 7,5% das moradias (direta em 6,5% e indireta em 1,1% do total) e para o Brasil. Neste, o lixo era coletado em 10,4% dos domicílios rurais, na maioria dos casos de forma direta (9,0%). Desse modo, em aproximadamente 90% das moradias rurais brasileiras, baianas e nordestinas o lixo tinha outros destinos (Tabela 11).

Embora a coleta de lixo no meio rural tenha aumentado no período estudado, em 2005, abarcava somente 24,0% do total das moradias rurais do país, situação que se revelava ainda mais problemática na Bahia (com 17,4% do total) e no Nordeste (com 15,0%). De todo modo, mesmo sabendo que a cobertura permaneceu restrita, é importante verificar que houve aumento do percentual de moradias onde o recolhimento do lixo era realizado de forma direta (feito pela empresa de limpeza responsável) – mais que dobrou na Bahia, passando a contemplar 13,8% dos domicílios rurais. No Brasil, esse tipo de coleta era praticado em 18,5% das moradias e, no Nordeste, em 12,4%.

**Tabela 11**  
**Total relativo de domicílios particulares permanentes rurais por destino do lixo**  
**Brasil, Nordeste e Bahia – 1995/2005**

Unidade geográfica	Destino do lixo dos domicílios rurais				Total
	Coletado			Outros destinos	
	Total	Coletado diretamente	Coletado indiretamente		
1995					
Brasil	10,4	9,0	1,4	89,6	100,0
Nordeste	7,5	6,5	1,1	92,5	100,0
Bahia	5,1	3,6	1,5	94,9	100,0
2005					
Brasil	24,0	18,5	5,5	76,0	100,0
Nordeste	15,0	12,4	2,6	85,0	100,0
Bahia	17,4	13,8	3,6	82,6	100,0

Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005.



Nota-se que, em 2005, na grande maioria dos domicílios rurais das três unidades geográficas, o lixo permanecia sendo despejado principalmente no meio ambiente. Na Bahia, essa situação ocorria em 82,6% das moradias Tal conjuntura, portanto, foi completamente distinta da verificada no meio urbano, onde, em menos de 5% das residências baianas, não existia nenhum tipo de coleta de lixo.

## CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS CONDIÇÕES DE MORADIA NA BAHIA

Requisito essencial para se verificar as condições de vida de uma população, a condição de moradia pode ser indicada pelo estudo dos elementos objetivos do domicílio. Para avaliar as condições de moradia na Bahia, utilizaram-se dados da PNAD de 1995 e de 2005, que permitiram levantar aspectos referentes à condição de habitabilidade e a disponibilidade de serviços e infra-estruturas públicas.

Com relação ao primeiro quesito – condição de habitabilidade –, trabalhando-se informações sobre a estrutura dos domicílios da Bahia, evidenciou-se que a maioria absoluta deles era construída com materiais considerados adequados, tanto na parede quanto na cobertura, nos dois anos estudados. Tal situação foi registrada no meio urbano e no rural. Em 2005, em ambas as áreas, esses materiais constavam em mais de 90% das residências existentes no estado. Nesse quesito, os dados encontrados eram bastante semelhantes – o perfil da Bahia revelou-se bastante similar ao identificado para o Brasil e o Nordeste.

Especificamente com relação ao tipo de parede, destaca-se que o total relativo de moradias edificadas com materiais apropriados no meio rural baiano superava o registrado no meio rural brasileiro e no nordestino.

Verificou-se também que havia alguma diferença entre os tipos de cobertura mais adotados no meio urbano e no rural. Embora materiais adequados prevalecessem nesses dois espaços, a proporção de domicílios com laje no meio urbano foi largamente superior à que foi encontrada no meio rural, situação similar à apurada para o Nordeste e o Brasil. A RMS, o espaço mais urbanizado dentre os estudados, foi onde mais se registrou a presença de moradias com esse tipo de cobertura.

Nesse ponto, faz-se necessário relembrar que os dados da PNAD não permitem assegurar o estado de conservação das residências, o que, aliado à informação sobre o tipo de material utilizado, possibilitaria melhor avaliar a qualidade da estrutura dos domicílios e, conseqüentemente, o bem-estar que proporcionado aos seus moradores. No entanto, o maior registro da laje no meio urbano em relação ao rural, indica que nessa área há melhores condições de moradia, uma vez que esse tipo de cobertura, reconhecidamente, aumenta o conforto, a segurança e o valor das residências. Do mesmo modo, sabidamente, é o mais oneroso dentre os tipos de cobertura pesquisados pela PNAD. Acrescente-se que, por meio de observação estruturada, é possível verificar que no meio rural – assim como nos locais onde residem as pessoas mais pobres das áreas urbanas –, a conservação das habitações é relativamente mais precária.

Nessa mesma linha, salienta-se que a estrutura dos domicílios, de forma geral, está diretamente associada à renda familiar – quanto maior a renda, maior a propensão de usufruir melhores condições da moradia. Porém, a qualidade da habitação – entendida de forma ampla, como o domicílio e a estrutura do local em que se situa – é uma decorrência direta de políticas públicas voltadas ao seu provimento, já que se constitui em um direito social. Para analisar a questão da condição da moradia, não se pode desconsiderar que, embora sendo um direito e uma necessidade social, no Brasil, o Estado não se encarregou de prover adequadamente (seja em termos qualitativos ou quantitativos) a habitação.

Da mesma forma, o Estado não proveu nem distribuiu eqüitativamente as infra-estruturas necessárias a uma habitação digna. Por essa via, progressivamente, tem cabido ao mercado produzi-la – o direito social reduziu-se, então, na possibilidade de “acesso” a uma mercadoria. Nessas circunstâncias, pode-se dizer que a condição da moradia tornou-se efeito indireto das ações dos Governos em outros setores, especificamente daquelas voltadas à ampliação de vagas no mercado de trabalho e à geração de renda. Em outros termos, na medida em que os poderes públicos não cumprem sua função, e a iniciativa privada “toma” o seu lugar, é a renda que vai definir a estrutura do domicílio. E para os mais pobres, independentemente de residirem no meio urbano ou no meio rural, a forma de erguer ou adquirir e conservar sua moradia tende a ser mais precária (ainda que usem materiais tidos como adequados) e mais lenta quando comparada ao que acontece com outros segmentos sociais.

A observação dos itens que compõem o saneamento básico aponta para análises semelhantes. Para compreender os dados anteriormente citados, um primeiro ponto a lembrar é que na PNAD não se investiga a frequência com que tais serviços são prestados, nem se atendem, em termos qualitativos, às necessidades dos moradores. Um segundo ponto diz respeito às reflexões postas na introdução deste texto: o Estado atua de forma desigual no espaço, tendendo a investir mais justamente nas áreas mais privilegiadas, geralmente aquelas onde residem pessoas dos grupos sociais mais abastados. Uma terceira consideração necessária é que, no Brasil, de forma geral, há um passivo histórico no atendimento à demanda por serviços de infra-estrutura pública, especialmente nas áreas mais pobres das cidades e nos locais mais distantes dos grandes centros.

Sobre esse último ponto, é pertinente realizar uma digressão. O histórico déficit de serviços de saneamento no país está associado ao acelerado ao crescimento de sua população urbana (crescimento esse decorrente da forma e das circunstâncias histórico-espaciais em que ocorreu a industrialização brasileira), o que se processou sem um planejamento adequado e sem a devida atenção dos poderes públicos no que tange, dentre outras coisas, às necessidades de moradia dos migrantes que se deslocaram de diferentes porções do país em direção a locais que lhes pareceram mais promissores. Esses novos moradores das cidades, especialmente das maiores, eram predominantemente pessoas com pouco poder aquisitivo, com hábitos e valores associados ao mundo rural, que se fixaram, preponderantemente nas periferias e em terrenos desprezados pelo mercado imobiliário formal, locais com pouca ou nenhuma infra-estrutura urbana, que se estruturaram e densificaram sem maior intervenção dos Governos.

Como se sabe, os serviços de saneamento, até o início dos anos 1960, eram de responsabilidade dos municípios, não havendo integração entre as ações das diferentes esferas de governo, nem preocupação com a universalização do acesso. No final dessa década, frente à necessidade de discutir a questão do saneamento de forma mais abrangente, foi elaborado o Plano Nacional de Saneamento, o Planasa, através do qual se pretendia suprir as deficiências técnicas identificadas nos órgãos municipais e a questão da centralização de recursos (LOBO, 2003). Para a implementação do Planasa, foram criadas as Companhias Estaduais de Saneamento. A meta desse Plano era ampliar o acesso à água e o sistema de esgotamento sanitário nas áreas urbanas. Todavia, a grande prioridade foi expandir a rede de abastecimento nas cidades.

Essa opção – justificada pela maior dificuldade das populações em resolver tal problema em referência à questão do escoamento dos dejetos – revelou uma noção desarticulada do sistema de saneamento, ocasionando um desequilíbrio no conjunto das ações. Em decorrência, o número de domicílios com ligação à rede geral de abastecimento passou a ser, em muito, superior ao dos que possuíam ligação à rede de esgoto; como consequência, frente ao aumento da quantidade e à maior proximidade das moradias urbanas, os problemas sócio-ambientais relacionados à destinação inadequada dos dejetos foram ampliados.

A questão é que o maior acesso à água influencia no aumento da produção de esgoto, que não tendo escoamento por meio de rede coletora, tornou-se objeto de ação e de soluções particulares. Em função das características socioeconômicas da parcela dos cidadãos que mais demandava esse serviço, normalmente, tais soluções eram precárias e baseadas na preocupação de “esconder” os dejetos, o que foi feito, principalmente, por meio de “manilhamento” – ou seja, o esgoto, despejado em manilhas, era transferido para um ponto mais à frente, para outro lugar (LOBO, 2003). Contudo, o problema continuava a existir.

Outro elemento que deve ser destacado é que as políticas regidas pelo Planasa se revelaram discriminatórias, em termos regionais (priorizando o Sudeste em relação às demais regiões brasileiras e excluindo as áreas rurais), demográficos (os investimentos não eram realizados tendo como referência o volume populacional) ou sociais (SOUZA, 2008).

De todo modo, no período em que o Planasa vigorou (esse plano foi extinto em meado dos anos 1980), houve aumento da cobertura dos serviços de saneamento, especialmente no que tange ao acesso à água. Entretanto, uma ampla parcela da população, sobretudo moradores das partes mais pobres das cidades e das áreas rurais, permanecia sem saneamento básico.

Com a redemocratização do país, ocorrida nos anos 1980, essa questão foi colocada na pauta das reivindicações populares e a necessidade de expansão dos serviços públicos ao conjunto dos cidadãos emergiu como algo urgente. Ao mesmo tempo, vivia-se um momento de estagnação econômica, de inflação e de escassez de recursos. Nesse contexto, houve necessidade de descentralização da gestão das políticas de saneamento. Diante dessa situação, foi promulgada a Constituição de 1988 que estabeleceu como competência dos municípios organizar e prestar serviços públicos de interesse local e que possuíssem caráter essencial. Entretanto, poucos municípios tinham e têm condições financeiras e técnicas de, sozinhos, implantar e prestar tais serviços.

No início dos anos 1990, ações do governo federal indicaram a tendência à privatização das atividades voltadas ao saneamento, com retração dos investimentos e de financiamentos públicos e restrição de apoio técnico para as operadoras estaduais e municipais. Esse contexto contribuiu para a degradação dos serviços e para a privatização de algumas companhias de água e saneamento. A situação que se apresentava era a da conversão do direito em objeto de consumo. Como afirmou Sousa (2008, p. 12):

[...] na raiz da crise vivida pelo saneamento ambiental nos dias de hoje está a proposição neoliberal de transformar sua natureza: de serviço público de caráter social para atividade econômica que visasse o lucro; de direito social e coletivo para a de mercadoria, que se adquire (ou não) segundo a lógica do mercado.

O fato é que a política de expansão dos serviços de saneamento, ocorrida na segunda metade do século XX no Brasil, não primou por buscar a universalização nem uma espacialização relativamente equilibrada das redes de água e de esgoto. Ademais, o setor de saneamento encontrava-se estagnado: “[...] nos últimos vinte anos, não houve uma política bem definida para superação da crise em que o setor mergulhou após o esgotamento do Planasa” (SOUSA, 2008, p. 5). Constata-se que, extinto esse Plano, não se estabeleceu uma política nacional de saneamento que articulasse os múltiplos projetos desenvolvidos pelos diversos agentes públicos atuantes no setor (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1997). Apenas recentemente, em 5 janeiro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.445, estabelecendo as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

Tendo em vista as considerações postas, não se estranha que a Bahia, integrante da Região Nordeste, considerando-se tanto o meio urbano quanto o rural, se encontrasse numa posição desvantajosa em relação à média nacional. Isso porque, tal média é influenciada também pelos dados de regiões onde os investimentos em saneamento foram mais significativos ao longo das últimas décadas. Essa situação, como se sabe, não é específica desse setor, visto que o Sudeste é o centro da economia nacional, concentrando, há muito, a maior parcela dos investimentos e infra-estruturas do país.

Igualmente, a maior amplitude da cobertura desses serviços públicos no meio urbano em relação ao rural reflete, por um lado, o maior custo de sua expansão, frente à quantidade de beneficiários atendidos nas áreas rurais; por outro, é consequência da prioridade que foi dada ao meio urbano entre os anos 60 e 80. O fato é que as formas adequadas de acesso à água, ao uso de tipos de esgotamento sanitário adequados e a presença de coleta de lixo revelaram-se sempre (e muito) predominantes no meio urbano. No rural, ainda que esteja havendo uma diminuição absoluta de domicílios e moradores nessa área, essas alternativas permaneceram, como antes, relativamente pouco acessíveis, mesmo em 2005. Tal como os dados indicaram, essa situação não foi específica da Bahia, sendo evidenciada também no Nordeste e no Brasil.

Com relação aos diferenciais de atendimento por serviços de saneamento entre as moradias urbanas e rurais da Bahia, algumas considerações adicionais podem ser tecidas. É oportuno lembrar que o saneamento básico é um serviço cuja responsabilidade é, eminentemente,

do poder público. Quando o Estado se exime de cumprir sua função (seja de forma direta ou por meio de concessão), cabe aos cidadãos resolverem a questão do acesso à água, do esgotamento sanitário e da coleta de lixo, o que é feito, normalmente, de forma precária<sup>18</sup>.

A Bahia é um estado com uma vasta porção territorial inserida no semi-árido, com carência de água, sobretudo, potável. Sendo assim, a restrita cobertura dos serviços de saneamento, especialmente no que se refere ao acesso à água tratada no meio rural, vem colaborando para reproduzir a precariedade das condições de vida e de produção dos que ali residem. Nesse sentido, concordando com a noção anteriormente apresentada de que a disponibilidade de serviços de saneamento é um direito e sabendo-se da intensa disparidade de cobertura por serviços da rede de distribuição de água, de esgotamento sanitário adequado e de coleta de lixo, considera-se que os moradores das áreas rurais desse estado – a exemplo do que foi verificado em relação às demais unidades geográficas analisadas – têm uma possibilidade de exercício de cidadania mais restrita do que os que vivem no urbano. Tal como afirmou Santos (2002, p. 29), “[...] o homem do campo é menos tributário de direitos que a maioria dos homens da cidade já que os serviços públicos essenciais lhes são negados [...]”. Desse modo, o homem ligado ao mundo rural na Bahia, além de todas as adversidades que sua atividade produtiva enfrenta em decorrência das condições naturais<sup>19</sup> e da modernização/industrialização de parte das atividades vinculadas ao mundo agrícola, tem que se defrontar com a dilapidação dos seus direitos.

Acrescente-se que, de forma geral, as áreas mais urbanizadas são aquelas onde, proporcionalmente, há mais domicílios atendidos pelos serviços de saneamento. Sendo assim, não se estranha o fato de que, dentre as unidades geográficas estudadas, na RMS – que contava com níveis de urbanização superiores aos da Bahia, do Nordeste e do Brasil, em 1995 e em 2005 – tenha se encontrado a maior proporção de moradias com formas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de coleta de lixo mais adequados. Em outras palavras, nessa região metropolitana evidenciaram-se resultados sempre superiores aos da Bahia, sendo mais próximos aos obtidos pelo Brasil.

Para tratar dessa situação, é necessário pontuar a importância da RMS na história da Bahia. Embora territorialmente pequena (ocupa 0,41% do território baiano, sendo composta por 10<sup>20</sup> dos seus 417 municípios), a RMS detinha mais de 20% da população e dos domicílios baianos, conforme os dados da PNAD. Além disso, reconhecidamente, essa região concentrou, ao longo das últimas décadas, a maior quantidade de capitais e de investimentos públicos e privados do estado. Com relação à sua importância na economia da Bahia, de 1999 a 2004 representou sempre mais que 50% do PIB estadual<sup>21</sup>.

<sup>18</sup> As raras exceções são os condomínios fechados destinados a atender às elites. Em alguns deles são oferecidos aos moradores serviços de tratamento dos dejetos e de coleta de lixo.

<sup>19</sup> No meio rural da Bahia, a maior parte das pessoas em idade ativa ocupava-se da agricultura. Nas áreas semi-áridas, prevalecia uma combinação da agricultura de subsistência e de pecuária extensiva.

<sup>20</sup> Em janeiro de 2008, dois novos municípios passaram a compor a RMS. Portanto, atualmente, essa região é composta por 12 unidades municipais.

<sup>21</sup> Conforme dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), disponível em [http://www.sei.ba.gov.br/pib/index\\_pib\\_municipal.php](http://www.sei.ba.gov.br/pib/index_pib_municipal.php).

Embora esses investimentos e o PIB não se concentrem especificamente em Salvador, é inegável que as estruturas e processos ocorridos no seu entorno estão relacionados à sua importância frente aos demais municípios da Bahia, o que decorre de sua condição de capital, sede do poder estadual. Ademais, em torno dessa cidade se instalaram as principais indústrias baianas, motor da economia estadual na segunda metade do século XX. Com relação a essa última situação, vale observar que a própria implantação das indústrias fora da capital “exigiu” a ampliação, em termos qualitativos e espaciais, de sua infra-estrutura e dos serviços, dentre os quais, se pode apontar a expansão das redes de distribuição de água e de energia elétrica. Além disso, entre os anos 70 e 80 foram instalados loteamentos e conjuntos habitacionais na orla oceânica e no “miolo” de Salvador e nos seus municípios vizinhos. Do mesmo modo, estabeleceram-se áreas de ocupação irregular (as ditas “invasões”) em diferentes porções da capital, e nas proximidades dos novos equipamentos industriais. Assim, com maior ou com menor velocidade, por conta de planejamento governamental prévio ou de pressão popular, houve a expansão dos serviços de saneamento. Esses processos colaboraram para que a RMS – especialmente Salvador – se consolidasse como um espaço com infra-estrutura pública diferenciada em relação ao restante da Bahia.

Fundamentalmente, pode-se verificar que, no que tange ao acesso aos serviços de saneamento, os dados da Bahia indicam que o Estado vem priorizando o atendimento de áreas historicamente já privilegiadas, situação que não lhe é específica e nem se restringem à questão do saneamento.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº. 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. *Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência: legislação federal e marginália*, São Paulo, v. 71, p. 53-70, jan. 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- DIAS, Patricia Chame. *A construção da segregação residencial em Lauro de Freitas (BA): estudo das características e implicações do processo*. 2006. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- FORATTINI, Oswaldo Paulo. Qualidade de vida e meio urbano. A cidade de São Paulo, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 75-86, abr. 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v25n2/01.pdf>> Acesso em: 10 out. 2006.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (MG). *Déficit habitacional no Brasil 2005*. Belo Horizonte, 2006.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (MG); CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA), 2006
- CARDOSO, Adauto Lúcio. Desigualdades urbanas e políticas habitacionais. Disponível em: <[http://observatoriodasmetroplites.ufrrj.br/download/adauto\\_desig\\_urb\\_polhab.pdf](http://observatoriodasmetroplites.ufrrj.br/download/adauto_desig_urb_polhab.pdf)> Acesso em: 10 jun. 2007.
- IBGE. Notas técnicas. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/notas sintese.pdf>> Acesso em: 23 abr. 2007.
- IPEA. *Radar social*. Brasília, 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Repensando a prática de uso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. In: KEINERT, Tânia Margarete M.; KARRUZ, Ana Paula. *Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002. p. 53 -71.

LOBO, Luiz. *Saneamento básico: em busca da universalização*. –Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www1.caixa.gov.br/download/asp/download.asp?scateg=151>> . Acesso em: 5 de set. 2007.

LOPES, Diva Maria Ferlin. *O Conceito de urbano e as cidades de pequeno porte no semi-árido baiano*: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto. 2005.153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

LOPES, Diva Maria Ferlin; DIAS, Patricia Chame. Grandes Áreas da Bahia – características demográficas gerais: 1980-2000. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia*: 1980-2002. Salvador: SEI, 2003. v. 1. p. 109-118. (Série estudos e pesquisas, 60)

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 24-33, jan./jul. 2004.

MORAIS, Maria da Piedade; GUIA, George Alex da; PAULA, Rubem de. Monitorando o direito à moradia no Brasil (1992-2004). *Políticas sociais* – acompanhamento e análise. Brasília, fev. 2006. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps\\_12/ensaio4\\_monitorando.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_12/ensaio4_monitorando.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2007.

MOURA, Hélio A. de (Coord.) et al. *Necessidades de infra-estrutura social do Nordeste* (relatório final). Recife: BNB, 1990.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto; SABOIA, Ana Lúcia. *Breve análise dos resultados da Prova Piloto II do Censo Demográfico 2000*: quesitos sobre material utilizado nas paredes, cobertura e piso dos domicílios. Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/cms/censomercosul/fileadmin/docs/Piso.doc>>. Acesso em: 3 set. 2007.

REZENDE, Sonaly Cristina; RIBEIRO, Aloísio Joaquim Freitas. *Análise da distribuição dos tipos de sistemas de esgotamento sanitário segundo as dimensões idade-período-coorte em Minas Gerais, 1970 a 2000*. . Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/PDF/ABEP2004\\_610.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_610.pdf)>. Acesso em: 6 dez. 2007.

SALES JÚNIOR, Nelson; CARDOSO, Patrícia de Menezes. *O direito à moradia no Brasil*. São Paulo: Polis, 2005. Relatório da missão conjunta da Relatoria Nacional e da ONU 29 de maio a 12 de junho de 2004 – violações práticas positivas e recomendações ao governo brasileiro.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1988.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. 6. ed. São Paulo: Nobel, 2002.

SOUSA, Ana Cristina Augusto de. Por uma política de saneamento básico: a evolução do setor no Brasil. Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero/30/ana\\_cristina\\_30.pdf](http://www.achegas.net/numero/30/ana_cristina_30.pdf)> Acesso em: 3 mar. 2008.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Descentralização no Brasil – políticas sociais na Bahia*: saúde e saneamento. Salvador: SEI/SEPLNTEC, 1997. (Série estudos e pesquisas, 36).





## PRESENCAS E AUSÊNCIAS DE BENS DURÁVEIS: 1995 E 2005

*Diva Maria Ferlin Lopes \**

*Lucas Marinho Lima \*\**

Este artigo<sup>1</sup>, integrante de um projeto mais amplo de análises sobre os diferentes aspectos das condições de moradia na Bahia, tem como objetivo observar as perspectivas referentes à presença ou ausência de bens duráveis nos domicílios, os quais implicam condições de conforto e salubridade para os moradores.

O padrão de distribuição de renda no Brasil é tido como um dos piores do mundo (IPEA, 2005). Apesar das muitas medidas econômicas já adotadas, como as políticas de transferências de renda – benefícios previdenciários, Bolsa Escola, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), etc. –, ainda é evidente a precariedade econômica e social da maioria da população, marcada por uma situação em que os 10% mais ricos se apropriavam de quase 46% da renda nacional, enquanto os 40% mais pobres ficavam com menos de 11% dela (GUILMARÃES, 2003). Evidentemente, o problema das desigualdades sociais não é exclusividade do Brasil e, como em outros países, têm raízes históricas. Justamente por isso, aliado à ausência de mudanças estruturais na sociedade, mesmo o desenvolvimento de tecnologias avançadas nos mais diversos campos de conhecimento e o crescimento econômico nos últimos anos não contribuíram para minimizar os fortes desníveis sociais. Até porque tal crescimento não foi igual para todas as camadas e setores sociais e econômicos.

A desigualdade acima descrita se revela de maneira incontestável, inclusive na configuração espacial das cidades brasileiras, nas quais se observam áreas onde as residências apresentam extrema precariedade de construção e do espaço habitável, ao lado de outras, ocupadas por edificações de alto padrão construtivo. Tais desigualdades, expressas pelas moradias entre si, podem ser identificadas também pela presença, ou ausência, de bens duráveis, assim como na possibilidade de usufruto de bens e serviços.

Considerando o recorte temporal proposto pelo projeto em que se insere este texto – analisar os anos de 1995 e 2005 – faz-se necessário salientar que 1995 foi, na prática, o primeiro ano de experiência do Plano Real: um plano econômico de longo prazo – que não tinha como objetivo diminuir as desigualdades brasileiras, mas sim “combater a inflação” –, implantado entre 1993 e 1994, assentado basicamente sobre um ajuste cambial que fixou a paridade

\* Socióloga. Mestre em Geografia pela UFBA. Técnica da SEI. [divaferlin@sei.ba.gov.br](mailto:divaferlin@sei.ba.gov.br)

\*\* Economista. Técnica da SEI. [lucaslima@sei.ba.gov.br](mailto:lucaslima@sei.ba.gov.br)

<sup>1</sup> Os autores agradecem aos colegas Marcelo Veiga Santana e Patrícia Chame Dias pelas críticas e contribuições ao texto. Quaisquer inconsistências são de nossa responsabilidade.

de R\$ 1,00 para US\$ 1,00, com mudança de padrão monetário. A estabilidade alcançada pelo Plano trouxe, entre outras conseqüências, o crescimento do consumo e o aumento da produção e do emprego. Especificamente, o fim do imposto inflacionário produziu, de imediato, elevação do poder aquisitivo da população de baixa renda.

Segundo Filgueiras (2000), alguns fatores contribuíram para intensificar o ritmo da atividade econômica nesse período, e que, logo em seguida, foi abrandado. Um desses fatores foi o crescimento das compras a prazo, possibilitado pelo aumento do número de prestações e, evidentemente, em função da elevada propensão ao consumo do povo brasileiro, que vinha, de longa data, com sua demanda reprimida. O aumento do poder de compra associado à queda abrupta da inflação implicou aumento da renda real, que foi imediatamente encaminhada para o consumo. Outros fatores que contribuíram para a movimentação econômica foram a maior abertura brasileira aos mercados externos e a supervalorização do câmbio, que reduziu o preço dos bens importados tornando-os atrativos para o consumidor brasileiro.

É preciso salientar que não é objetivo desse trabalho avaliar o Plano Real ou outras medidas que tiveram como meta a estabilização econômica e que, de alguma forma, repercutiram na vida socioeconômica da população. A questão, aqui, é lembrar que, em 1994, e nos primeiros anos que se seguiram, as mudanças introduzidas na economia por conta do Plano Real alteraram o perfil do consumidor nacional, permitindo aos mais pobres adquirir, sobretudo via mecanismos de crédito, produtos que, até então, dificilmente lhes seriam acessíveis. Desse modo, é lícito supor que tal processo tenha contribuído para aumentar o volume de bens duráveis existentes nas residências.

O ano de 1995 é o marco inicial deste estudo, que, como mencionado, objetiva tratar da presença, ou não, nos domicílios, de certos bens duráveis e de serviços de iluminação elétrica e telefonia fixa. Para tanto, os domicílios baianos foram tratados em comparação com os da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e da Região Nordeste do país. Os dados levantados são os da PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, de 1995, cotejadas com os de 2005, de modo a se verificar se houve mudança significativa, de um ano em relação ao outro. Relativamente à Bahia, a análise incluiu a distribuição dos domicílios estudados conforme a renda mensal, ainda que seja amplamente conhecido o fato de que a posse de bens duráveis é função da renda disponível: quanto maior a renda, maior sua presença. Pode-se observar que não foram possíveis as comparações do tipo antes e depois do Plano Real, desde que seus efeitos iniciais já estavam em andamento em 1995. Contudo, não se invalidam as comparações entre as extremidades de uma década, que se iniciou sob tão forte influência. É importante mencionar ainda que a maioria dos estudos que discutem a questão da existência desses bens nos domicílios, o faz como complemento de outros enfoques, não sendo comum vir como tema central. Desse modo, a proposta deste texto não é comum, apesar de não inédita.

A metodologia adotada na PNAD de 1995 classifica como bens duráveis os seguintes itens: fogão, filtro de água, rádio, televisão, geladeira, freezer e máquina de lavar, os quais, como elementos internos às residências, contribuem, com sua presença, para melhores possibilidades de conservação da saúde e conforto dos moradores. Na análise aqui proposta incluiu-se o quesito iluminação elétrica porque a maior parte dos itens citados depende do fornecimento de eletricidade, ainda que vários deles contenham modelos que aceitem outro tipo de alimentação energética, como gás, bateria ou pilhas. A inserção do item telefone fixo se fez para manter alguma comparabilidade com os trabalhos de outros autores, a exemplo do de Henriques (2001). Além disso, o telefone que, por muito tempo, em função dos custos e dificuldades de aquisição, foi tido como bem durável, hoje é considerado apenas como importante meio de comunicação que possibilita contatos com grande agilidade e facilidade. Contudo, além do custo de manutenção do serviço, o usuário depende de uma rede de cobertura, nem sempre existente, apesar da expansão registrada, especialmente a partir dos anos 1990, com os processos de privatização das empresas de telefonia.

É certo que, além do telefone fixo, a PNAD passou também a investigar, nas últimas edições, a presença de telefone móvel e micro-computador, com e sem acesso à Internet, embora não mais na categoria de bens duráveis. Apesar da grande penetração dos celulares, optou-se por não tratar desse item neste estudo, visto serem instrumentos de uso pessoal, ainda que isso não impeça seu uso domiciliar. Tais elementos têm sido incluídos em algumas análises socioeconômicas que utilizam pesquisas domiciliares, como a do já mencionado Henriques (2001), assim como nos trabalhos de Vieira (1999), Figueiredo, Torres e Bichir (2006). Entretanto, diferentemente do estudo aqui proposto, esses autores fizeram uso da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), também do IBGE, que investiga a presença – por aquisição ou consumo – de inúmeros outros bens, desde ferro elétrico a automóvel, passando por liquidificador, batedeira de bolo, ventilador, secadora de roupas, vídeo cassete, DVD etc.

Para compreender a linha de análise seguida neste texto, deve-se observar que, na PNAD, se pergunta apenas pela presença do bem, não havendo indagações sobre a forma como foram obtidos. Assim, por exemplo, uma TV pode estar em determinada residência porque foi comprada, mas também por doação, empréstimo, ou diversas outras situações. Do mesmo modo, ficam fora da pesquisa as características físicas e funcionais dos bens, ou seja, tanto pode ser o mais novo e moderno modelo existente no mercado, quanto pode ser muito antigo e nem estar funcionando. O que essa pesquisa levanta é apenas a presença do bem no domicílio, não importando se houve compra, ou se está em uso, pois tais aspectos não são questionados pela pesquisa. Pela presença, pressupõe-se uso, mas isso pode não ser verdadeiro em alguns casos. A Foto 1 a seguir, evidencia tal situação.



Foto 1 – Presença de fogão sem condição de uso adequado, Quilombo da Lagoa, Fazenda Coutos, Salvador – RMS – 2007

## BENS DURÁVEIS NO NORDESTE, NA BAHIA E NA RMS

Inicialmente, é preciso ressaltar aqui que as comparações são de cada item *per si*, porque a pesquisa não divulga o total de domicílios com fogão e rádio e geladeira e televisão etc. concomitantemente. Desse modo, não se sabe, por via direta, qual a proporção de domicílios que dispõe de vários desses itens ao mesmo tempo, o que proporcionaria maior compreensão sobre o conforto geral dos moradores. Essa informação só pode ser obtida pelo acesso aos microdados<sup>2</sup> da pesquisa que serão, sucintamente, abordados adiante.

A primeira constatação quanto à proporção de domicílios em com bens duráveis é que a Bahia registrou-lhes a presença em proporções muito próximas às do Nordeste. Isso se deu tanto para o ano de 1995, quanto para 2005, com uma única exceção (filtro de água, em 2005). Por outro lado, comparativamente à Bahia e ao Nordeste, a RMS observou as mais altas proporções de presença de todos os bens duráveis investigados (Tabelas 1 e 2). Isso nem poderia ser diferente considerando-se que essa área metropolitana detém a maior concentração de pessoas e riquezas da Bahia. Tal fato ajuda a explicar essa maior quantidade relativa de domicílios com bens duráveis, pois é comum que, na eventua-

<sup>2</sup> Microdados são as informações obtidas diretamente dos questionários aplicados no campo, os quais são acessíveis apenas a pesquisadores qualificados, de modo a proteger os informantes, dada a proibição de sua identificação.

lidade de adquirir, por exemplo, uma geladeira nova, muitas famílias vendam a antiga a preços irrisórios ou, simplesmente, a passem adiante, até como doação, a pessoas de menores recursos.

Comparativamente a 1995, os dados da PNAD revelaram melhor distribuição geral dos bens duráveis investigados em 2005. Nesse último ano, televisão e geladeira foram os itens de maior presença relativa nas três áreas observadas. Tanto o Nordeste quanto a Bahia registraram 21,7 pontos percentuais de diferença, a mais, no quesito televisão (Tabelas 1 e 2). No item geladeira, a Bahia apresentou mais 22,5 pontos percentuais na proporção de domicílios que o registrado em 1995, enquanto que a diferença para o Nordeste foi de mais 24,0 pontos percentuais. Diante de tais dados, aparentemente, houve alguma melhoria das condições de vida nas áreas em foco, no limite do que significa a presença desses bens, cuja qualidade e condições de conservação e uso não são conhecidas. Contudo, é necessário lembrar que se está em face de um lapso de tempo de 10 anos.

**Tabela 1**  
Número e proporção de domicílios particulares permanentes, segundo a existência de alguns bens duráveis no domicílio – Região Nordeste, Bahia, RMS – 1995

Bens duráveis existentes no domicílio (*)	Domicílios particulares permanentes					
	Números absolutos em 1000 domicílios			%		
	Nordeste	Bahia	RMS	Nordeste	Bahia	RMS
Total	10.392	3.020	691	100,0	100,0	100,0
Fogão	9.388	2.715	671	90,3	89,9	97,1
Filtro de água	5.772	1.916	479	55,5	63,4	69,4
Rádio	8.303	2.429	628	79,9	80,4	91,0
Televisão	6.405	1.780	602	61,6	58,9	87,2
Geladeira	4.966	1.397	560	47,8	46,2	81,0
Freezer	530	166	96	5,1	5,5	13,8
Máq. lavar roupa	595	185	122	5,7	6,1	17,7

Fonte: IBGE. PNAD de 1995.

(\*) Não houve não declaração para o quesito bens.

As diferenças, também em termos de pontos percentuais, registradas na RMS, entre os dois anos observados, foram bem menores para TV (6,9) e para geladeira (9,3) do que as verificadas na Bahia e Nordeste. Deve-se notar, porém, que, em 1995, a presença desses bens nos domicílios da RMS já era superior a 80%, enquanto nas demais áreas estavam bem abaixo desse patamar. Portanto, os aumentos nessas proporções, no caso da RMS, seriam necessariamente mais lentos.

**Tabela 2**

**Número e proporção de domicílios particulares permanentes, segundo a existência de alguns bens duráveis no domicílio – Região Nordeste, Bahia, RMS – 2005**

Bens duráveis existentes no domicílio (*)	Domicílios particulares permanentes					
	Números absolutos em 1000 domicílios			%		
	Nordeste	Bahia	RMS	Nordeste	Bahia	RMS
Total	13.346	3.688	952	100,0	100,0	100,0
Fogão	12.482	3.489	933	93,5	94,6	97,9
Filtro de água	6.581	2.345	523	49,3	63,6	54,9
Rádio	10.824	3.023	834	81,1	82,0	87,6
Televisão	11.111	2.973	897	83,3	80,6	94,1
Geladeira	9.579	2.532	860	71,8	68,7	90,3
Freezer	865	255	140	6,5	6,9	14,7
Máq. lavar roupa	1.417	398	235	10,6	10,8	24,7

Fonte: IBGE, PNAD de 2005.

(\*) Não houve não declaração para o quesito bens.

## A ÓTICA DA NÃO PRESENÇA

Ao observar que, em 2005, mais de 90% dos domicílios das áreas estudadas registraram a existência de fogão, tende-se a esquecer daqueles que não registraram a presença desse bem. É quase inimaginável um domicílio sem fogão e, surpreendentemente, foram encontrados alguns milhares deles no Nordeste, na Bahia e mesmo na RMS (Tabelas 3 e 4).

**Tabela 3**

**Número e proporção de domicílios particulares permanentes, segundo a não existência de alguns bens duráveis no domicílio – Região Nordeste, Bahia, RMS – 1995**

Bens duráveis <u>não</u> existentes no domicílio (*)	Domicílios particulares permanentes					
	Números absolutos em 1000 domicílios			%		
	Nordeste	Bahia	RMS	Nordeste	Bahia	RMS
Total	10.392	3.020	691	100,0	100,0	100,0
Fogão	1.003	305	20	9,7	10,1	2,9
Filtro de água	4.619	1.104	211	44,5	36,6	30,6
Rádio	2.088	591	62	20,1	19,6	9,0
Televisão	3.987	1.240	89	38,4	41,1	12,8
Geladeira	5.425	1.623	131	52,2	53,8	18,9
Freezer	9.861	2.854	595	94,9	94,5	86,2
Máq. lavar roupa	9.795	2.835	569	94,3	93,9	82,3

Fonte: IBGE, PNAD de 1995.

(\*) Não houve não declaração para o quesito bens.

É verdade que, em 2005, a proporção dos domicílios sem fogão, na Bahia e no Nordeste, diminuiu de modo sensível, em relação a 1995. Na RMS, essa queda não foi tão importante, dado que o percentual já era menor que 3,0% no primeiro ano estudado.

**Tabela 4**  
**Número e proporção de domicílios particulares permanentes, segundo a *não* existência de alguns bens duráveis no domicílio – Região Nordeste, Bahia, RMS – 2005**

Bens duráveis <i>não</i> existentes no domicílio (*)	Domicílios particulares permanentes					
	Números absolutos em 1000 domicílios			%		
	Nordeste	Bahia	RMS	Nordeste	Bahia	RMS
Total	13.346	3.688	952	100,0	100,0	100,0
Fogão	864	199	20	6,5	5,4	2,1
Filtro de água	6.765	1.343	429	50,7	36,4	45,1
Rádio	2.522	665	118	18,9	18,0	12,4
Televisão	2.233	714	56	16,7	19,4	5,9
Geladeira	3.767	1.156	92	28,2	31,3	9,7
Freezer	12.481	3.433	813	93,5	93,1	85,3
Máq lavar roupa	11.929	3.290	717	89,4	89,2	75,3

Fonte: IBGE. PNAD de 2005.

(\*) Não houve não declaração para o quesito bens.

Uma observação interessante é que, por sua maior acessibilidade em termos de preço, ou por interesse ou motivação pessoal dos indivíduos, em 2005, foram menores as proporções de domicílios sem televisão que sem geladeira – a Foto 2 mostra a presença de TV e aparelho de som, em habitação feita à base de materiais improvisados, em subúrbio de Salvador. Ainda assim, mais de 19% dos domicílios baianos (714.382) não tinham aparelhos de televisão e em 31,3% (1.156.040) não havia geladeira. No Nordeste, essas proporções foram inferiores: 16,7% (televisão) e 28,2% (geladeira).

Os dados apurados revelam que, no ano de 1995, o bem filtro de água não aparecia em 30,6% dos domicílios da RMS, 36,6% dos da Bahia e 44,5% dos do Nordeste. Surpreendentemente, com exceção da Bahia – que se manteve relativamente estável –, tanto a RMS quanto o Nordeste aumentaram significativamente tais proporções de ausência em 2005. Possivelmente isso se explique pelo aumento do consumo de água mineral industrializada.

A RMS foi a única área que, além do filtro de água, registrou aumento na proporção dos domicílios sem rádio, em 2005. Para esse último item, ainda não se formularam hipóteses explicativas, pois a pesquisa indaga sobre sua presença, inclusive quando acoplado a outros equipamentos.

Se o registro da presença de geladeira foi menor que o de televisão, o freezer foi o bem mais ausente, tanto na RMS – onde não foi encontrado em mais de 85% dos lares, nos dois anos observados –, quanto na Bahia e no Nordeste, onde, em 1995, não foi apareceu em cerca de 95% das residências e em mais de 93% em 2005.



Foto 2 – Presença de TV e aparelho de som em habitação subnormal. Quilombo da Lagoa, Fazenda Coutos, Salvador – RMS – 2007

A máquina de lavar roupa foi o segundo bem mais ausente nos domicílios das três áreas, e, claramente, seu custo de aquisição contribuiu para essa situação. Entretanto, entre 1995 e 2005, no Nordeste, Bahia e RMS, diminuiu a proporção de residências sem lavadora de roupas, que era muito próxima da registrada pelo *freezer*, tornando-se um pouco menos ausente dos lares. Isso evidencia, logicamente, sua melhor aceitação, pela utilidade, e economia de tempo e de trabalho que proporciona. A mencionada popularização do crédito ao consumidor, subsequente ao Plano Real, e o surgimento no mercado de modelos mais simples e acessíveis contribuíram também para esse resultado.

#### OUTROS ELEMENTOS: ILUMINAÇÃO ELÉTRICA E TELEFONE FIXO

Observam-se, agora, dois quesitos – iluminação elétrica e telefone fixo – que se constituem em serviços essenciais da vida moderna, apesar de o último ter sido considerado, por algum tempo, um bem durável, por causa dos custos de implantação e, por essa via, de aquisição.

Na PNAD, a presença de iluminação elétrica nos domicílios é investigada não importando a origem, seja ela fornecida por uma concessionária em rede geral, seja originada de transformador solar, ou outra situação, inclusive clandestina, como a situação revelada na Foto 3. Cabe destacar que, com exceção do fornecimento através de rede geral, os outros meios de obtenção de iluminação elétrica normalmente não permitem distribuição de energia para outros artefatos além de lâmpadas. Claro que isso depende da capacidade instalada, que, quanto maior, mais cara. Assim, os domicílios com iluminação elétrica podem ter, como podem



não ter, energia para alimentar, por exemplo, um rádio, uma geladeira, televisão ou demais aparelhos domésticos que dela necessitem.



Foto 3 – Rede irregular de energia elétrica. Quilombo da Lagoa, Fazenda Coutos, Salvador – RMS – 2007

Verificou-se, comparando as informações dos dois anos estudados, que houve significativa redução da proporção de domicílios sem iluminação elétrica, ou sem telefone, tanto no Nordeste, quanto na Bahia ou na RMS (Tabela 5). Nessa última área, em 2005, inexistiam domicílios sem iluminação e muito provavelmente sem energia elétrica para outras finalidades domésticas.

Tabela 5

Número e proporção de domicílios particulares permanentes, segundo a *não* existência de iluminação elétrica e telefone no domicílio – Região Nordeste, Bahia, RMS – 1995/2005

Bens duráveis <i>não</i> existentes no domicílio (*)	Domicílios particulares permanentes					
	Números absolutos em 1000 domicílios			%		
	Nordeste	Bahia	RMS	Nordeste	Bahia	RMS
<b>1995</b>						
Total	10.392	3.020	691	100,0	100,0	100,0
Iluminação elétrica	2.169	727	6	20,9	24,1	0,8
Telefone	9.196	2.651	484	88,5	87,8	70,1
<b>2005</b>						
Total	13.359	3.691	938	100,0	100,0	100,0
Iluminação elétrica	869	323	0	6,5	8,8	0
Telefone	6.742	1.987	167	50,5	53,8	17,8

Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005.

(\*) Não houve não declaração para o quesito bens.

Apesar da importante redução das proporções obtidas de 1995 a 2005, mais de 50% dos lares baianos e dos nordestinos não contavam com telefone fixo no último ano estudado. Já na RMS, essa proporção alcançou 17,8%, demonstrando, mais uma vez, suas melhores condições de habitabilidade em relação aos demais espaços.

## NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS E OUTRAS COMPARAÇÕES

Na análise das Tabelas 1 e 2 observou-se que, em 2005, o número de domicílios era maior que o de 1995. Do mesmo modo, aumentou o número daqueles que registraram presença de cada um dos bens e serviços pesquisados. Considerando que a presença desses bens não é função direta do número de domicílios, indagou-se qual dos dois elementos teria aumentado mais. Qual teria se elevado com maior velocidade, e/ou com ritmo de crescimento mais intenso: o número de domicílios ou a presença dos bens? Haveria algum bem cujo aumento fosse, de modo significativo, relativamente superior (ou inferior) ao dos domicílios?

Essas questões demonstraram que, a não ser com o uso de métodos estatísticos mais refinados, e que fogem ao escopo deste trabalho<sup>3</sup>, não se pode saber qual o significado real da aparente melhoria das condições de vida da população. Em outras palavras, não se sabe se o ritmo e a velocidade de crescimento do número de domicílios dessas áreas foi igual, superior, ou inferior ao ritmo e à velocidade do aumento da presença de cada um desses bens nas residências. Pode-se apenas supor que tenha havido alguma melhoria, mas não se pode precisar sua real dimensão.

Entretanto, em função da aparente melhora nas condições de habitação intradomiciliares, serão apresentadas a seguir duas outras tabelas (Tabelas 6 e 7), nas quais, tenta-se uma resposta, ao menos por suposição, para a seguinte pergunta: se houve uma aparente melhoria quanto à presença desses bens nos domicílios dessas áreas, no ano de 2005 relativamente a 1995, onde estariam os maiores ganhos? Na Bahia ou no restante do Nordeste? Na RMS ou no restante da Bahia?

Para responder às questões apresentadas, foram retirados do Nordeste os quantitativos da Bahia, formando uma área que será identificada a partir de agora como Nordeste sem Bahia ou NeS/B (Tabelas 6 e 7). Com isso, busca-se verificar qual das duas áreas apresentou melhores ganhos nos anos em foco. Tendo em vista que a amostra do Nordeste é composta pela soma das amostras dos Estados que o integram, entende-se não haver problema em retirar a Bahia desse conjunto.

<sup>3</sup> Para isso, seria necessário usar o “Teste de Hipótese”, que no caso seria aplicado a cada item da lista, nas três áreas observadas.

**Tabela 6**  
Domicílios particulares permanentes do Nordeste, da Bahia, da RMS, do Nordeste sem a Bahia e da Bahia sem a RMS, segundo a não existência de alguns bens duráveis no domicílio – 1995

Bens duráveis <u>não</u> existentes no domicílio (*)	Domicílios particulares permanentes (em mil)				
	Nordeste (A)	Bahia (B)	RMS (C)	Nordeste sem Bahia (A-B)	Bahia sem RMS (B-C)
Total	10.392	3.020	691	7.372	2.330
Fogão	1.003	305	20	698	285
Filtro de água	4.619	1.104	211	3.515	893
Rádio	2.088	591	62	1.497	529
Televisão	3.987	1.240	89	2.746	1.152
Geladeira	5.425	1.623	131	3.801	1.493
Freezer	9.861	2.854	595	7.008	2.259
Máq. lavar roupa	9.795	2.835	569	6.960	2.267

Fonte: IBGE. PNAD de 1995.

(\*) Não houve não declaração para o quesito bens.

**Tabela 7**  
Proporção de domicílios particulares permanentes do Nordeste, da Bahia, da RMS, do Nordeste sem a Bahia e da Bahia sem a RMS, segundo a não existência de alguns bens duráveis no domicílio – 1995

Bens duráveis <u>não</u> existentes no domicílio (*)	Domicílios particulares permanentes				
	Nordeste	Bahia	RMS	Nordeste sem Bahia	Bahia sem RMS
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Fogão	9,7	10,1	2,9	9,5	12,2
Filtro de água	44,5	36,6	30,6	47,7	38,3
Rádio	20,1	19,6	9,0	20,3	22,7
Televisão	38,4	41,1	12,8	37,3	49,4
Geladeira	52,2	53,8	18,9	51,6	64,1
Freezer	94,9	94,5	86,2	95,1	97,0
Máq. lavar roupa	94,3	93,9	82,3	94,4	97,3

Fonte: IBGE. PNAD de 1995.

(\*) Não houve não declaração para o quesito bens.

Do mesmo modo, uma vez que a amostra da RMS compõe a do estado e, como o objetivo era observar especificamente seu interior, foram retirados dos quantitativos da Bahia, os da RMS. Retirar a região metropolitana do conjunto estadual é um artifício para observar o espaço formado pelos municípios não - metropolitanos – o interior do estado. Ainda assim, é oportuno lembrar que, a rigor, os dados dessas tabelas são apenas sugestivos das condições apresentadas.

É conveniente recordar também que as comparações são de cada item isoladamente, ou seja, pelos dados divulgados não é possível levantar, conforme já mencionado anteriormente, a exata quantidade de domicílios que não têm, ao mesmo tempo fogão, rádio, geladeira, televisão etc., informação disponível apenas através dos microdados da pesquisa.

Em 1995, como foi mencionado, a Bahia e o Nordeste apresentaram, entre si, pouca diferença nas proporções de domicílios nos quais os bens pesquisados estavam ausentes, sendo que na Bahia eram maiores as proporções dos lares sem fogão, sem televisão e sem geladeira. Introduzindo-se nessa comparação os dados do NeS/Ba, não se notaram diferenças significativas entre tais áreas (Tabela 7). Já as proporções de ausências registradas na Bahia não-metropolitana, comparadas com as demais, se mostraram substancialmente maiores (Tabela 7). Não ter fogão, ainda que temporariamente, é uma realidade ainda concreta na vida pessoas ou famílias de certos grupos sociais, como o demonstra a Foto 4, a seguir, em que um fogareiro foi improvisado no chão, com pedaços de pau, lata, lenha e tijolos, no exterior da habitação.



Foto 4 – Ausência de fogão, Quilombo da Lagoa, Fazenda Coutos, Salvador – RMS – 2007

Em 2005, como mostrado antes, tanto os números quantitativos e as proporções revelaram queda em relação a 1995, com exceção de filtro de água – no Nordeste e RMS e rádio, na RMS –, sendo que a Bahia manteve maiores proporções de domicílios sem TV e sem geladeira, seja em comparação com o Nordeste, seja com o Ne/SBa (Tabelas 8 e 9). Do mesmo modo, a Bahia não-metropolitana registrou os indicadores mais elevados de ausência, quando comparada com qualquer das outras áreas, em praticamente todos os itens.

**Tabela 8**  
Domicílios particulares permanentes do Nordeste, da Bahia, da RMS, do Nordeste sem a Bahia e da Bahia sem a RMS, segundo a não existência de alguns bens duráveis no domicílio – 2005

Bens duráveis <u>não</u> existentes no domicílio (*)	Domicílios particulares permanentes (em mil)				
	Nordeste (A)	Bahia (B)	RMS (C)	Nordeste sem Bahia (A-B)	Bahia sem RMS (B-C)
<b>Total</b>	<b>13.346</b>	<b>3.688</b>	<b>952</b>	<b>9.658</b>	<b>2.735</b>
Fogão	864	199	20	665	179
Filtro de água	6.765	1.343	429	5.422	914
Rádio	2.522	665	118	1.857	547
Televisão	2.233	714	56	1.519	659
Geladeira	3.767	1.156	92	2.611	1.064
Freezer	12.481	3.433	813	9.048	2.620
Máq. lavar roupa	11.929	3.290	717	8.639	2.573

Fonte: IBGE, PNAD de 2005.

(\*) Não houve não declaração para o quesito bens.

**Tabela 9**  
Proporção de domicílios particulares permanentes do Nordeste, da Bahia, da RMS, do Nordeste sem a Bahia e da Bahia sem a RMS, segundo a não existência de alguns bens duráveis no domicílio – 2005

Bens duráveis <u>não</u> existentes no domicílio (*)	Domicílios particulares permanentes				
	Nordeste	Bahia	RMS	Nordeste sem Bahia	Bahia sem RMS
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Fogão	6,5	5,4	2,1	6,9	6,5
Filtro de água	50,7	36,4	45,1	56,1	33,4
Rádio	18,9	18,0	12,4	19,2	20,0
Televisão	16,7	19,4	5,9	15,7	24,1
Geladeira	28,2	31,3	9,7	27,0	38,9
Freezer	93,5	93,1	85,3	93,7	95,8
Máq. lavar roupa	89,4	89,2	75,3	89,4	94,1

Fonte: IBGE, PNAD de 2005.

(\*) Não houve não declaração para o quesito bens.

Relativamente aos itens iluminação elétrica e telefone fixo (Tabelas 10 e 11), em 1995, observou-se que as proporções de moradias sem iluminação elétrica eram maiores na Bahia (24,1%), que no Ne/SBa (19,6%), embora menores que na Bahia não-metropolitana (31,0%). Entretanto, em 2005, a cobertura por iluminação elétrica se mostrou maior no resto do Nordeste do que na Bahia. No Nordeste a quantidade relativa de lares sem iluminação caiu de 19,6% para 5,6%. Apesar dos ganhos, a Bahia ainda registrou 8,8% de residências sem luz elétrica e, com certeza, todas na área não-metropolitana, já que na RMS não se registraram domicílios sem

esse conforto. O interior da Bahia (Bahia-sem-RMS) apresentou a maior proporção de lares sem iluminação elétrica que quaisquer das áreas observadas.

<b>Tabela 10</b> <b>Domicílios particulares permanentes do Nordeste, da Bahia, da RMS, do Nordeste sem a Bahia e da Bahia sem a RMS, segundo a <u>não</u> existência de iluminação elétrica e telefone no domicílio – 1995/2005</b>					
Bens duráveis <u>não</u> existentes no domicílio (*)	Domicílios particulares permanentes (em mil)				
	Nordeste (A)	Bahia (B)	RMS (C)	Nordeste sem Bahia (A-B)	Bahia sem RMS (B-C)
<b>1995</b>					
Total	10.392	3.020	691	7.372	2.330
Iluminação elétrica	2.169	727	6	1.442	721
Telefone	9.196	2.651	484	6.545	2.167
<b>2005</b>					
Total	13.359	3.691	938	9.668	2.753
Iluminação elétrica	869	323	0	546	323
Telefone	6.742	1.987	167	4.755	1.820

Fonte: IBGE, PNAD de 1995 e 2005.

(\*) Não houve não declaração para o quesito bens.

Do mesmo modo, tanto em 1995, quanto em 2005, a Bahia não-metropolitana, foi o espaço que apresentou a maior proporção de residências sem telefone.

<b>Tabela 11</b> <b>Proporção de domicílios particulares permanentes do Nordeste, da Bahia, da RMS, do Nordeste sem a Bahia e da Bahia sem a RMS, segundo a <u>não</u> existência de iluminação elétrica e telefone no domicílio – 1995/2005</b>					
Bens duráveis <u>não</u> existentes no domicílio (*)	Domicílios particulares permanentes				
	Nordeste	Bahia	RMS	Nordeste sem Bahia	Bahia sem RMS
<b>1995</b>					
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Iluminação elétrica	20,9	24,1	0,8	19,6	31,0
Telefone	88,5	87,8	70,1	88,8	93,0
<b>2005</b>					
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Iluminação elétrica	6,5	8,8	0,0	5,6	11,7
Telefone	50,5	53,8	17,8	49,2	66,1

Fonte: IBGE, PNADs de 1995 e 2005.

(\*) Não houve não declaração para o quesito bens.

Comparando-se a Bahia ao Ne/SBa, aparentemente, os ganhos de cobertura telefônica parecem ter sido maiores nessa última área (Tabela 11). Isto porque, se em 1995, as proporções de lares sem telefone fixo dessa região eram discretamente maiores que as da Bahia (88,8%

a 87,8%), em 2005, se tornaram, ligeiramente menores (49,2% e 53,8%). De todo modo, em ambas as áreas evidenciou-se um ganho significativo quanto a esse serviço.

#### BREVE ESTUDO DA DISTRIBUIÇÃO DOS BENS NOS DOMICÍLIOS SEGUNDO O RENDIMENTO MENSAL

A renda é um dos principais elementos determinantes da presença ou não dos bens duráveis em referência e, como mencionado antes, quanto maior a renda auferida em um domicílio, maiores serão as possibilidades de obtenção de bens de qualquer natureza. Contudo, vale acrescentar que faz parte de nossa cultura doar uma variedade de objetos usados, inclusive eletrodomésticos, na medida em que têm seu uso considerado insatisfatório, ou que surgem no mercado modelos mais novos. Nas áreas de maior dinamismo econômico, esse traço cultural promove maior, mais livre e rápida circulação de bens, que, ao serem substituídos, mudam de mãos e vão ocupar lugar em outras residências. Essa “tradição” contribui para maior acesso a todo tipo de objeto, desde uma peça de vestuário, a um aparelho de rádio, TV, geladeira ou outros. Isso também contribui decisivamente para a melhoria da qualidade de vida das camadas mais frágeis da população, permitindo-lhes o acesso a bens aos quais, de outro modo, dificilmente teriam. A partir desse ponto, portanto, observam-se as distribuições dos bens pelos domicílios da Bahia – ou melhor, como não se distribuíram –, segundo as classes de renda mensal, em 1995 e em 2005.

Nas Tabelas 12 e 13, confirmou-se que, para cada item analisado, a proporção de ausência nos domicílios diminuía à medida que aumentava a classe de rendimento mensal. Verificou-se, também, que, de modo geral, em todas as faixas de renda foram encontradas menores proporções de domicílios em que os itens pesquisados estavam ausentes em 2005, quando comparado ao que se identificou em 1995. Para os itens televisão e geladeira registraram-se, em 2005, valores proporcionais que representaram uma diferença de quase a metade dos registrados em 1995, inclusive nas faixas de rendimento mais baixas (“até 1 salário mínimo” – sm – e “mais de 1 a 2 sm”). Já a ausência de freezer e máquina de lavar roupa diminuiu significativamente nas faixas de rendimento subseqüentes, a partir, por exemplo, de “mais de 3 a 5 sm”.

Existiram algumas exceções à tendência geral de maiores rendimentos menores proporções de ausência de bens duráveis. Rádio foi um dos itens que estava mais ausente em 2005, do que em 1995. Essa ausência, já mencionada, aconteceu, porém, somente nas duas mais altas faixas de renda estudadas (“mais de 10 a 20 sm” e “mais de 20 sm”). Considerando-se que a PNAD indaga sobre a presença de rádio, mesmo como parte integrante de outro aparelho – como rádio-gravador, toca-fita, micro ou *mini-system* –, essa ausência, especialmente nas classes de maior rendimento é, no mínimo, estranha. Supõe-se que o uso do aparelho de rádio, por pessoas dos grupos sociais de maior renda, esteja sendo substituído por artigos como *disc-man* ou assemelhados, que também acumulam funções de rádio. Contudo, a

existência de tais objetos, de uso individual, não é investigada pela PNAD, que se preocupa com características e usos domiciliares.

<b>Tabela 12</b> <b>Proporção de domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, segundo alguns bens duráveis <i>não</i> existentes no domicílio – Bahia – 1995</b>										
Bens duráveis <i>não</i> existentes no domicílio (*)	Domicílios particulares permanentes									
	Total	Classes de rendimento mensal domiciliar (salário mínimo)								
		Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem ren- dimento	Sem de- claração
Total	100,0	17,6	25,1	17,0	14,9	11,2	4,9	3,0	2,1	4,0
Fogão	10,1	21,5	12,2	8,8	3,6	1,2	1,3	1,1	22,0	12,4
Filtro de água	36,6	52,2	45,3	37,7	25,5	21,2	11,8	3,9	58,8	35,1
Rádio	19,6	34,1	23,5	17,8	10,9	8,9	2,4	2,2	45,8	21,2
Televisão	41,1	64,3	55,0	39,6	26,0	11,8	5,0	0,9	61,1	60,1
Geladeira	53,8	79,6	70,6	58,6	35,5	18,0	6,3	0,9	76,1	68,1
Freezer	94,5	99,6	99,2	98,5	96,4	90,2	73,4	44,3	99,7	91,3
Máq lavar roupa	93,9	99,5	99,6	98,7	95,1	88,8	66,5	41,8	98,8	92,3

Fonte: IBGE, PNAD de 1995.

(\*) Não houve não declaração para o quesito bens.

A proporção dos domicílios sem filtro de água, como mencionado antes, também se elevou em 2005. Esse item registrou uma distribuição na contramão de “quanto maior o rendimento maior a presença”, pois, no caso, a presença diminuiu. Tais dados permitem afirmar, agora com maior certeza, a gradativa substituição do uso do filtro pelo fornecimento de água mineral.

<b>Tabela 13</b> <b>Proporção de domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, segundo alguns bens duráveis <i>não</i> existentes no domicílio – Bahia – 2005</b>										
Bens duráveis <i>não</i> existentes no domicílio (*)	Domicílios particulares permanentes									
	Total	Classes de rendimento mensal domiciliar (salário mínimo)								
		Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem ren- dimento	Sem de- claração
Total	100,0	24,3	29,5	16,6	13,8	8,4	3,4	1,3	1,4	1,2
Fogão	5,4	11,3	4,9	3,3	1,4	0,2	0,0	1,0	19,2	14,0
Filtro de água	36,4	45,4	37,5	34,3	29,3	27,1	26,4	21,1	49,7	34,2
Rádio	18,0	28,1	18,9	14,7	12,3	7,0	4,4	3,9	36,3	16,5
Televisão	19,4	35,3	22,2	13,2	8,0	2,7	0,2	0,0	34,5	20,3
Geladeira	31,3	55,2	36,4	24,5	13,2	4,1	0,0	0,0	46,4	27,8
Freezer	93,1	98,9	97,6	94,9	90,7	82,2	60,8	37,4	99,2	90,5
Máq lavar roupa	89,2	98,9	96,3	93,2	84,0	68,2	40,3	19,2	98,3	80,1

Fonte: IBGE, PNAD de 2005.

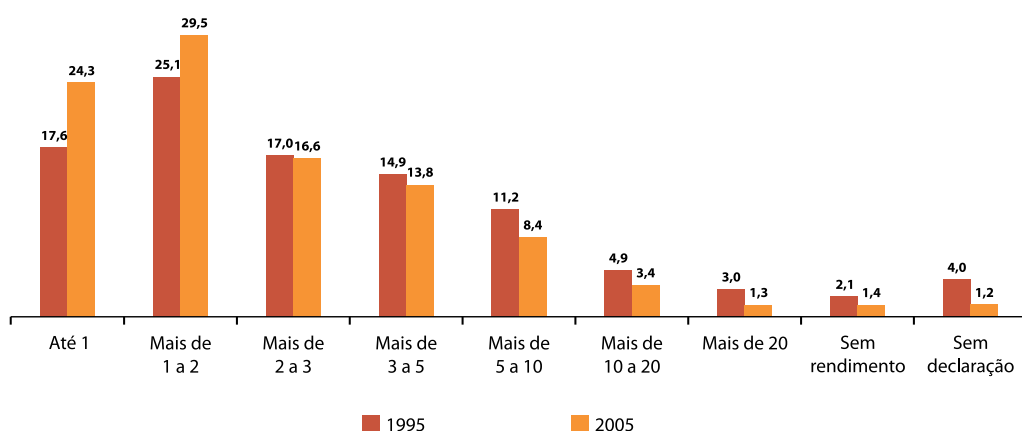
(\*) Não houve não declaração para o quesito bens.



Entretanto, chega a ser absurdo que, em 1995, 82,9% dos domicílios baianos onde os rendimentos eram inferiores a dois (2) salários mínimos e, em 2005, em 97,5% deles não houvesse filtro de água. A pobreza ou falta de recursos econômicos não se mostram suficientes para explicar tão altos valores proporcionais de ausência de um item bastante conhecido, de relativo baixo custo de aquisição e manutenção, e que tem ação considerável na conservação da saúde humana. Torna-se difícil avaliar se se trata de um caso de desconhecimento dos benefícios de seu uso, ou de uma questão de valor cultural.

Outro dado que, apesar de pouco importante, chamou a atenção pelo inusitado, foi a ausência de fogão nos domicílios de “mais de 20 sm”. Nesse caso, pode-se supor que esteja em curso sua substituição por outros aparelhos, tais como forno microondas. Uma outra suposição seria essa informação fazer parte do chamado erro amostral.

Uma última consideração a respeito das Tabelas 12 e 13 e do Gráfico 1, construído a partir delas, trata da distribuição do total dos domicílios, segundo as faixas de rendimento mensal. Evidencia-se, na comparação entre ambas as tabelas e na observação do gráfico, que, entre os anos de 1995 e 2005, aumentou a proporção dos domicílios nas duas classes inferiores de rendimento, porém, nas demais houve diminuição dos valores relativos.



Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005.

**Gráfico 1 – Distribuição proporcional dos domicílios particulares permanentes, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar – Bahia – 1995/2005**

Os dados não permitem supor que tenha havido melhor distribuição de renda no período, e sim que tenha aumentado a proporção de domicílios baianos nos quais se auferiam menores rendimentos (no máximo dois salários mínimos). Em outros termos: mais gente ganhando menos.

## AUSÊNCIAS CONCOMITANTES, BREVE ABORDAGEM

Os dados divulgados pela PNAD correspondem à expansão dos resultados obtidos através da amostra de campo. O modo de apresentação desses dados condiciona a análise e induz a interpretação em certa direção. Nesse sentido, a escolha feita neste estudo, de enfatizar as informações pelo viés da não existência dos bens, apenas permitiu saber a proporção de domicílios onde cada um dos itens pesquisados não foi encontrado, mas não permitiu conhecer a proporção de lares nos quais dois ou mais deles não foram encontrados, concomitantemente.

Para se obter alguma informação desse tipo, lançou-se mão dos já citados microdados, de modo a responder à seguinte questão: teria sido encontrado, na amostra, algum domicílio que não dispusesse de qualquer dos bens levantados<sup>4</sup>? A resposta a essa pergunta, em relação à Bahia, tornou possível verificar que existiam, em 1995, dois domicílios urbanos, com um e dois moradores respectivamente, onde não havia quaisquer dos itens citados. Em 2005, na mesma condição, foi encontrada uma habitação rural, com oito moradores. Considerando-se que a amostra da PNAD é aleatória, o mero achado desses domicílios, nas duas amostras, se tornou, por si só, de enorme significado, embora, os casos encontrados não permitam nenhum tipo de inferência estatística, no sentido de estimar o número total de domicílios na mesma situação no estado. Deve-se salientar, ainda assim, que uma situação como essa, ainda que apenas em um domicílio, é incompatível com a “modernidade” e com o dito “desenvolvimento” que caracteriza boa parte da Bahia e do Brasil, pois representa um nível de carência material e desconforto quase impensável.

Deve-se lembrar que a PNAD pesquisa tão somente os domicílios particulares permanentes. Isso significa que, se o levantamento incluísse as moradias improvisadas, certamente o montante seria muito maior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de informações e tabelas aqui examinado mostra que, entre 1995 e 2005, aumentou a proporção de domicílios que registraram presença dos itens pesquisados na PNAD. Entretanto, como mencionado, a dificuldade de verificar a velocidade e o ritmo de crescimento dos domicílios, comparativamente à da presença desses bens, impede melhor qualificação dessa informação. Não se sabe se o crescimento da quantidade dos bens nos domicílios supera, ou não, o ritmo de crescimento desses.

O estabelecimento das datas 1995 e 2005, como limites deste estudo e a implantação do Plano Real em 1994, sugeriu a possibilidade de se verificar possíveis impactos positivos na presença de bens duráveis nos domicílios. Todavia, os reflexos sobre o consumo desses bens – ainda que o consumo não seja medido pela PNAD, como explanado antes –, não puderam

<sup>4</sup> Os autores agradecem ao colega Luís André Aguiar Alves pela extração dessas informações, sem cuja colaboração não poderiam, ao menos, fazer qualquer suposição sobre a ocorrência ou não de lares absolutamente destituídos de quaisquer bens.

ser avaliados dessa forma, dado que, além dos processos de estancamento da espiral inflacionária e de aumento do crédito ao consumidor, entre outros, houve, em 1995, um aumento real do salário mínimo. Todos esses fatores, com certeza, alteraram os padrões de consumo, impedindo, como se pensou, uma avaliação dos impactos da estabilização econômica, relativamente aos bens duráveis.

O observado aparente aumento dessas proporções, de todo modo, diluído por esses dez anos e, apesar da realmente bem vinda relativa estabilização econômica ocorrida nesse período, ainda assim, dificilmente pode ser considerado significativo.

Segundo o artigo de Souza, Alves e Santana (2008), nesta publicação, houve concomitantemente, um considerável aumento do número de famílias conviventes. Isto posto, se no mesmo domicílio vivem duas ou mais famílias, mais difícil fica afirmar que houve uma melhora na condição geral de vida, relativamente aos lares baianos (metropolitanos ou não) e nordestinos, quanto à presença de bens duráveis.

No momento em que se termina este trabalho, tomou-se conhecimento, através da página de Internet, Conversa Afiada, que Cícero Péricles de Carvalho, professor de Economia da Universidade Federal de Alagoas publicou recentemente um estudo na revista *The Economist*, onde, entre outras coisas, mostrou que os recursos do programa Bolsa Família geraram uma explosão no consumo das famílias alagoanas, sobretudo no que diz respeito ao consumo de bens duráveis, como eletrodomésticos e móveis. Fica o registro para que novos estudos e abordagens aprofundem esse tema.

## REFERÊNCIAS

CONVERSA Afiada. Disponível em: <[http://conversa-afiada.ig.com.br/materias/478001-478500/478164/478164\\_1.html](http://conversa-afiada.ig.com.br/materias/478001-478500/478164/478164_1.html)>. Acesso em: 15 fev. 2008.

FERNANDES, André Eduardo da Silva *Distribuição de renda e crescimento econômico: uma análise do caso brasileiro*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/conleg/artigos/economicas/DistribuicaoodeRenda.pdf>> Acesso em: 17 set. 2007.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; TORRES, Haroldo da Gama; BICHR, Renata Mirandola. A conjuntura social brasileira revisitada. *Novos estudos – CEBRAP*, n. 75, São Paulo, jul. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002006000200012&lng=&nrm=iso&tling](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000200012&lng=&nrm=iso&tling)>. Acesso em: 03 ago. 2007.

FILGUEIRAS, Luiz. *Historia do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000. 231 p.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. Evolução e distribuição dos rendimentos na Bahia durante a década de 90 do século XX. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Panorama Social da Bahia nos anos 90*. Salvador: SEI, 2003, p. 65 – 96 (Série de Estudos e Pesquisas, 59).

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Textos para discussão, n. 807).

IBGE. Notas Técnicas da PNAD/99. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad99/metodologia99.shtm>>. Acesso em: 28 set. 2007.

IPEA. *Radar social*. Brasília, 2005.

SOUZA, Laumar Neves; ALVES, Luis André de Aguiar; SANTANA, Marcelo. Características das famílias conviventes na Bahia: algumas observações com base nos dados da PNADs 1995 e 2005. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Aspectos gerais da condição de moradia na Bahia*. Salvador: SEI, 2008. p. 109-133.

VIEIRA, Luiz Mário Ribeiro. Aquisição de bens de consumo duráveis na RMS. *Bahia Análise & Dados: consumo*, Salvador, v. 9, nº 2, p. 51-59, set. 1999.

## CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS CONVIVENTES NA BAHIA: ALGUMAS OBSERVAÇÕES COM BASE NOS DADOS DAS PNADS DE 1995 E 2005

*Laumar Neves de Souza \**

*Luis André de Aguiar Alves \*\**

*Marcelo Santana \*\*\**

O estudo das transformações por que passa a família na contemporaneidade não se constitui exercício dos mais triviais. Isso porque, tal instituição mantém uma complexa teia de interações com os outros aspectos da vida em sociedade. Efetivamente, só a partir do momento em que se tem isso como pressuposto é que se começa a ter a exata dimensão, e o significado preciso, do que é ter a família como tema de análise e investigação.

De uma forma geral, pode-se afirmar, com base na linha de argumentação desenvolvida por Carvalho (2002), que a família tem lugar a partir das relações de parentesco cultural que, desde sempre, são historicamente determinadas. Segundo essa autora, muitos estudiosos, acertadamente, entendem a família como uma instituição nuclear e fundamental na sociedade, posto que se encarrega de desempenhar um papel importantíssimo em termos

[...] da reprodução demográfica e social, da sobrevivência, proteção e socialização dos seus componentes, da transmissão do capital cultural, do capital econômico e da propriedade do grupo, assim como das relações de gênero e de solidariedade entre gerações. Representando a forma tradicional de viver e uma instância mediadora entre o indivíduo e a sociedade, a família opera como espaço de produção e transmissão de pautas e práticas culturais e como organização responsável pela reprodução cotidiana dos seus integrantes, produzindo, reunindo e distribuindo recursos para a satisfação de suas necessidades básicas (CARVALHO, 2003, p. 117).

Diante disso, considerando as transformações que a sociedade brasileira vem passando nas últimas décadas, aquelas processadas no âmbito da família se revestem de fundamental importância posto que derivam de fatores econômicos, socioculturais e demográficos.

Por certo, no atual formato de família, as relações hierarquizadas, que predominavam no passado, cederam lugar a relações mais igualitárias. Sendo assim, na tentativa de se adaptar a esse novo modelo, tido como mais adequado, a família trava uma luta interna – que é cheia de entraves, de idas e vindas – em que procura romper com os seus valores tradicionais e patriarcais e passa a valorizar as opções e a vida pessoal de seus integrantes, assim como tudo o que ocorre no campo do privado e do subjetivo (CIOFFI, 1998).

---

\* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnico da SEI. laumar@sei.ba.gov.br

\*\* Mestre em Economia pela UFBA. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo do Estado da Bahia. Técnico da SEI. luisandre@sei.ba.gov.br

\*\*\* Economista e Técnico da SEI. marcelosantana@sei.ba.gov.br

Essa luta, segundo o ponto de vista defendido por alguns estudiosos, a exemplo de Giddens (1993), parece ser a grande questão estrutural da família moderna. De acordo com os argumentos levantados por esse autor, ocorre nessa instituição – como em nenhuma outra época e cada vez mais claramente – a tentativa de afirmação da individualidade, movimento que leva ao rompimento dos valores impostos pela tradição, ocasionando, por conseguinte, uma verdadeira transformação da intimidade. Todavia, isso não significa, tal como afirma Sarti (1996), uma completa ruptura e abandono das obrigações e das responsabilidades características dos vínculos familiares.

Diante desse contexto, não se pode enveredar por um caminho interpretativo que entenda essas profundas mudanças que ocorrem na família como sendo o resultado de uma espécie de “padrão evolutivo”, em que se passa de um estágio, por assim dizer, inferior, para um outro mais avançado. Com isso, o mais correto é ter em mente que nos dias atuais a família é capaz de, a um só tempo, abarcar relações ditas modernas e outras vistas como tradicionais.

As famílias em outras partes do mundo também enfrentam situações semelhantes as que ocorrem no Brasil. E como não poderia deixar de ser, a percepção desse fato acaba criando uma espécie de unanimidade quanto ao reconhecimento de que essa instituição passa por uma redefinição em nível global.

Com efeito, desde há muito tempo, vários esforços têm sido encampados no sentido de captar e compreender de que forma as ocorrências dos fatores econômicos, socioculturais e demográficos, efetivamente, estão influenciando as relações que se estabelecem no interior das famílias. Isso se deve ao fato de que, tal como aponta Teruya (2000, p. 1),

[...] a família tem sido abordada sob diferentes enfoques e definições, e suscitado muitas discussões em torno do seu referencial teórico e métodos de análise. As várias tendências sobre a família coexistem e se alimentam reciprocamente através de diálogos ora amistosos, ora antagônicos, posicionando os pesquisadores em debates que confrontam teoria/empíria, análises econômicas/análises culturais, estudos diacrônicos/estudos sincrônicos e abordagens ‘quantitativas’/abordagens ‘qualitativas’.

Em termos didáticos, reconhece-se que existem duas interpretações, opostas, sobre a família contemporânea. A primeira é capitaneada por um grupo de estudiosos que, ao realizarem suas análises, adotam uma visão pessimista em relação à família. Na perspectiva dessas pessoas, as mudanças processadas na família estão associadas à idéia de perdas em geral. A rigor, é possível afirmar que os partidários dessa percepção “negativa” em relação à família, como forma de validar e reforçar sua posição, não se furtam a recorrer aos elementos que apontam para uma degradação das condições de vida, bem como para as estatísticas recentes que indicam aumento da violência, do tráfico de crianças, do número de menores abandonados e dos crimes passionais etc., apoiando-se, na mídia televisiva que, a todo instante, faz questão de mostrar o amplo leque de estilos alternativos de vida, que são muito diferentes do padrão familiar tradicional (GOLDANI, 1993).

Outros estudiosos rejeitam essa postura negativa e ponderam que a alardeada desestruturação não passa de um mito. Suas interpretações se baseiam na análise de alguns acontecimentos que numa lógica simplista – utilizada, extensamente, pelo grupo anterior – parecem indicar a fragilização dos laços familiares, mas quando submetidos à observação mais cuidadosa, indicam, exatamente, a configuração de uma situação contrária a essa, ou seja, de fortalecimento desses laços.

Diante dessas colocações, o que se pode concluir é que a família brasileira<sup>1</sup> vive, na atualidade, um processo de redefinição profunda dos seus valores e estrutura. Tal instituição passa por um constante processo de crise de identidade, no qual vai, aos poucos, se redescobrimo e se redefinindo à medida que um novo leque de possibilidades de arranjos familiares se apresenta disponível.

Considerando essas mudanças, o tema de investigação deste estudo é a expansão da proporção de famílias conviventes, tomadas aqui como aquelas famílias que, por diversas razões, coabitam o mesmo domicílio. Ao se explicitar isso, chama-se a atenção para o fato de que tal fenômeno, certamente, espelha os mais variados acontecimentos em curso na sociedade.

Esse entendimento não significa, em absoluto, considerar a família como uma instituição puramente reflexiva dos diferentes acontecimentos que marcam o cotidiano da sociedade. Ao invés disso, opta-se neste estudo pensar a família a partir de uma perspectiva que a entenda como sendo capaz de interferir e gerar transformações de toda ordem, as quais influenciam e são influenciadas por outras esferas e instituições presentes na sociedade.

Demarcadas, de modo sintético, algumas das questões gerais que fazem parte, obrigatoriamente, da pauta de discussão quando a temática é a família, cabe evidenciar que o objetivo principal deste artigo é comparar, em dois momentos do tempo, 1995 e 2005, determinadas características socioeconômicas das famílias conviventes na Bahia.

Para isso, serão utilizados, prioritariamente, os microdados disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD<sup>2</sup>), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em virtude desse encaminhamento, e visando à compreensão das idéias contidas neste trabalho, é indispensável que se explicito o conceito de família adotado pela PNAD. Segundo consta no documento que trata da sua metodologia dessa pesquisa, a família é compreendida como um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou dependência

<sup>1</sup> Nesse ponto, cabe precisar que essa família, que nos dias atuais é constantemente pressionada, é exatamente aquela que, como informa Goldani (1993), desde os tempos de outrora, sempre foi estimulada pela sociedade e reforçada pela Igreja Católica, tendo suas bases de sustentação alicerçadas na idéia do patriarcado, em que a figura do pai exerce um papel de destaque na hierarquia familiar, manifestando-se, sobretudo, na autoridade que desempenha em relação à esposa e aos filhos. Dito em outros termos, ele (o pai) é o detentor "legítimo" da autoridade, ao passo que mulher e filhos ocupam a posição de subordinados. Além dessa característica, esse modelo de família apóia-se em algumas outras noções fundamentais, dentre as quais se destacam: a monogamia (estado conjugal em que o marido só pode estar ligado a uma mulher e vice-versa); a indissolubilidade das uniões (fortemente influenciada pelo catolicismo, onde se defende a idéia de que o que Deus uniu o homem não pode desunir) e a legitimidade da prole. Uma última característica da família patriarcal é a presença de parentes residindo no mesmo lar onde moram pai, mãe e filhos.

<sup>2</sup> A razão de se recorrer a essa fonte de informação deve-se ao fato de ela ser, juntamente com os Censos Demográficos, também produzidos pelo IBGE, a maior e mais completa fonte de dados secundários existente no país sobre a estrutura das famílias.

doméstica, que vivem no mesmo domicílio, ou pessoa que vive só, em domicílio particular, ou ainda um conjunto de, no máximo, cinco pessoas, que vivem em domicílio particular, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica.

Desse modo, verifica-se que o conceito de família adotado pelo IBGE não guarda equivalência plena com a concepção tradicionalmente utilizada na Sociologia ou na Antropologia, em que é considerada família um grupo de pessoas que mantém vínculos de parentesco derivados de laços de consangüinidade ou de adoção.

Para o IBGE, a definição de família equivale, tão-somente, ao de unidade doméstica residencial. Essa postura metodológica implica, entre outras coisas, que uma mesma família, definida pelo conceito antropológico, que ocupe dois domicílios, seja contabilizada como duas, situação que acresce o número de famílias existentes no país.

Tal como destacam Sabóia e Cobo (2003), a concepção de unidade familiar desenvolvida por essa instituição parte de uma visão estatística que não abarca as múltiplas dimensões do conceito sociológico de família, até porque este é

[...] um conceito extremamente complexo e não pode ser visto como uma categoria universal que se aplique a todos os casos, uma vez que se especifica diferenciadamente de acordo com condicionamentos econômicos, sociais e culturais. Sua abordagem através de dados quantitativos significa, portanto, apenas uma aproximação, que deve ser relativizada pelas limitações inerentes à operacionalização do conceito de família, realizada pelo Censo (INDICADORES SOCIAIS: relatório 1979 apud SABÓIA; COBO, 2003, p. 2).

Todavia, apesar de questionável do ponto de vista social e antropológico, a metodologia adotada pelo IBGE, tem a vantagem de permitir um levantamento mais minucioso da forma como as famílias se organizam em unidades domiciliares, garantindo informações mais detalhadas.

Tendo em vista que o propósito principal deste trabalho é examinar a relação de convivência entre famílias que guardam entre si um grau de parentesco e que residem no mesmo domicílio, excluíram-se da base de dados das PNADs de 1995 e 2005 todas as informações referentes às pessoas que são classificadas dentro da família como agregado, pensionista, empregado doméstico e parente do empregado doméstico. A razão de se levar adiante essa estratégia metodológica é fazer com que o conceito de família utilizado neste trabalho se aproxime intimamente do conceito de família nuclear ou família conjugal, pois como é citado por Medeiros, Osório e Varella (2002, p. 9).

O conceito de famílias na PNAD, quando aplicado a parentes, aproxima-se muito da idéia de família nuclear ou de família conjugal. Como a maioria dos arranjos domiciliares no Brasil é constituída por uma única família nuclear, as famílias nas PNAD coincidem não só com os domicílios, mas também com outras definições correntes de famílias. Uma família na PNAD é constituída por um adulto, que é a pessoa de referência da família (anteriormente, chefe da família), seu cônjuge quando for o caso, ou pessoas que podem estar a ele vinculadas como parentes ou não parentes, desde que estas não atendam aos critérios para formação de novas famílias.



Não obstante essas proposições, Medeiros, Osório e Varella (2002) apontaram que a relação existente entre os membros dos domicílios é estabelecida no questionário da PNAD a partir da definição da pessoa de referência no domicílio. Em um exercício bem ilustrativo, os autores demonstram que, a depender da pessoa de referência eleita pelo entrevistado, a estrutura familiar pode mudar substancialmente. No entanto, afirmaram que a estrutura familiar definida na pesquisa, apesar de ser extremamente relativa, possui uma grande confiabilidade, visto que “a determinação da pessoa de referência no domicílio e, por consequência, as demais posições das pessoas no domicílio, depende quase que totalmente de considerações subjetivas do morador respondente” (MEDEIROS; OSÓRIO; VARELLA, 2002, p 6).

Após esses esclarecimentos, deve-se salientar que, em termos de estruturação, este texto está dividido em quatro seções, contemplando esta introdução e as considerações finais. Na segunda seção, buscou-se identificar alguns dos fatores que concorreram para intensificar a expansão da proporção de famílias conviventes. Nesse intento, procurou-se analisar basicamente duas questões: as alterações experimentadas pelo mercado de trabalho baiano no contexto dos anos 1990 e 2000; e as modificações por que passou o padrão demográfico do estado da Bahia.

Na terceira, são exploradas as interconexões entre os elementos de origem demográfica e a questão da coabitação, observando, por exemplo, de que maneira a distribuição etária da população baiana pôde influenciar no crescimento desse fenômeno. Do mesmo modo, nesse segmento do texto, focalizam-se as inter-relações existentes entre os aspectos de natureza econômica e a temática da coabitação.

#### MERCADO DE TRABALHO E ASPECTOS DEMOGRÁFICOS NOS ANOS 1990 E 2000

Na década de 1990, aumentou a diversificação das atividades econômicas na Bahia, tendo em vista que, a partir desse período, esse estado passou a ser palco de inúmeros investimentos privados em áreas e atividades até então inexploradas. Entretanto, esse processo não foi capaz de alterar a realidade social, que permaneceu a espelhar as vicissitudes originadas pelo padrão de desenvolvimento econômico anteriormente adotado. Padrão que embora tenha trazido mudanças inequívocas em termos dos ganhos econômicos, permitindo, inclusive, a constituição de uma nova composição do PIB baiano, conservou intocada a excessiva concentração nos setores de bens intermediários, intensivos em tecnologia e com reduzida capacidade de absorção de mão-de-obra.

Em 1992, segundo os dados da PNAD, o setor agrícola respondia por 47,6% do total da mão-de-obra ocupada na Bahia. Em 1999, a despeito desse setor ter perdido espaço, tanto no que se refere à capacidade de agregar valor ao PIB estadual, quanto no aspecto relativo à geração de postos de trabalho, a agricultura continuava sendo o que mais ocupava a População em Idade Ativa (PIA) no estado. Na percepção de Santana (2003, p. 47), essa posição destacada do setor agrícola na ocupação estadual é decorrente

[...] de uma estrutura agrária na qual ainda se mantém uma proporção elevada de pequenas propriedades rurais, nas quais a produção para a subsistência envolve parcela significativa dos indivíduos que nelas vivem, o que contribui de maneira evidente para inflar o contingente de pessoas ocupadas em atividades agrícolas (embora à margem do circuito econômico propriamente dito)<sup>3</sup>.

Entretanto, a conformação desse quadro ocorreu devido ao fato de que a inserção no mercado de trabalho baiano de uma parte significativa dos ocupados se dá por vias bastante precárias, exercendo, por exemplo, atividades não remuneradas em ajuda a membros dos domicílios e na produção para o próprio consumo.

Assim como observado em outras partes do país, o mercado de trabalho baiano sofreu as consequências dos ajustes macroeconômicos ocorridos na última década no plano nacional. Como se sabe, esse período se constituiu numa espécie de divisor de águas, no que tange a inserção do Brasil no plano internacional, bem como em relação ao modo que o Estado brasileiro passou a se relacionar com a sociedade. Esse momento, na realidade, acaba por encerrar um certo descompasso na condução das possibilidades futuras do país, pois a partir de então a economia brasileira, a exemplo de outras economias latino-americanas, busca se reinserir na economia internacional, através da órbita financeira e de um processo de abertura externa abrangente.

Desde então se implementou um conjunto de reformas que se destinaram a realçar o raio de ação do mercado e a frear o do governo. Todas elas, evidentemente, estiveram e/ou estão em perfeita conformidade com os seguintes elementos chaves: a privatização, a desregulamentação, a liberalização comercial e liberalização financeira.

O problema é que muitas dessas reformas tinham o efeito previsível de aumentar o risco para os trabalhadores e os domicílios, pois como não aumentar a insegurança econômica em face de processos como os de liberalização comercial, privatização e desregulação, visto que implicavam em uma reestruturação da economia, o que, por conseguinte, conduzia, pelo menos no curto prazo, a um maior risco de perda de ocupação para os trabalhadores?

Nessa medida, ao invés de resolver os problemas do mercado de trabalho brasileiro a implantação das reformas econômicas acabou por conduzir para uma situação de agravamento dos problemas enfrentados pelo conjunto da sua força de trabalho, a exemplo da elevação dos níveis de desemprego, da ampliação das formas de contratação da força de trabalho que se afastavam, cada vez mais, daquele típico e tradicional assalariamento com carteira de trabalho assinada, dentre outras coisas prejudiciais à própria lógica de funcionamento do mercado de trabalho nacional. Enfim, com a adoção das referidas reformas ocorreu uma piora e/ou deterioração nas condições do mercado de trabalho.

Conforme já indicado, a Bahia, inserida nessa realidade, também sofreu os reflexos por conta dos ajustes macroeconômicos ocorridos no período: foi observado o crescimento do desemprego, a diminuição dos postos de trabalho e o aumento da precarização e da informalidade. Situação que ocorreu em um estado que já apresentava um mercado trabalho tradicionalmente definido por relações precárias. Em virtude disso, os trabalhadores baianos e, portanto, suas respectivas

<sup>3</sup> Essa realidade prevalece, sobretudo, na região semi-árida do estado. Assim, "nessa região, a unidade produtiva geralmente é destinada ao autoconsumo enquanto que as demais necessidades são supridas com outras atividades, normalmente precárias e de baixa qualificação técnica" (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2003, p. 12-13).

famílias, passaram, muito possivelmente, durante o período em foco, por grandes dificuldades no sentido de garantir a manutenção do seu padrão de vida. Como evidencia Borges (2006, p. 8)

[...] o ônus do desemprego e da ocupação precária não são suportados exclusivamente pelos indivíduos que os vivenciam. Pelo contrário, esses processos afetam um número bem maior de pessoas do que as vítimas normalmente contabilizadas nas estatísticas, porque os desempregados e os trabalhadores precarizados integram famílias que serão mais ou menos afetadas pelas experiências vivenciadas por seus membros no mercado de trabalho, em função da sua composição, da posição que o trabalhador atingido ocupa na família e dos recursos que essas dispõem para enfrentar as desventuras de um ou mais dos seus membros.

Efetivamente, no transcorrer dos anos 1990, a maior parte das famílias baianas enfrentou dificuldades para garantir a satisfação das suas condições sociais mínimas de sobrevivência. Na Tabela 1 observa-se que, de forma geral, entre os anos de 1995 a 2005, caiu a participação das famílias sem rendimentos no conjunto estadual, bem como daquelas que auferiam rendimentos que ultrapassavam 2(dois) salários mínimos (sm). Para compensar esses descensos, observou-se o crescimento da participação das famílias que ganhavam até 1(um) sm e daquelas com rendimento entre 1(um) e 2(dois) sm, categorias de renda em que estavam mais da metade das famílias residentes na Bahia, em 2005.

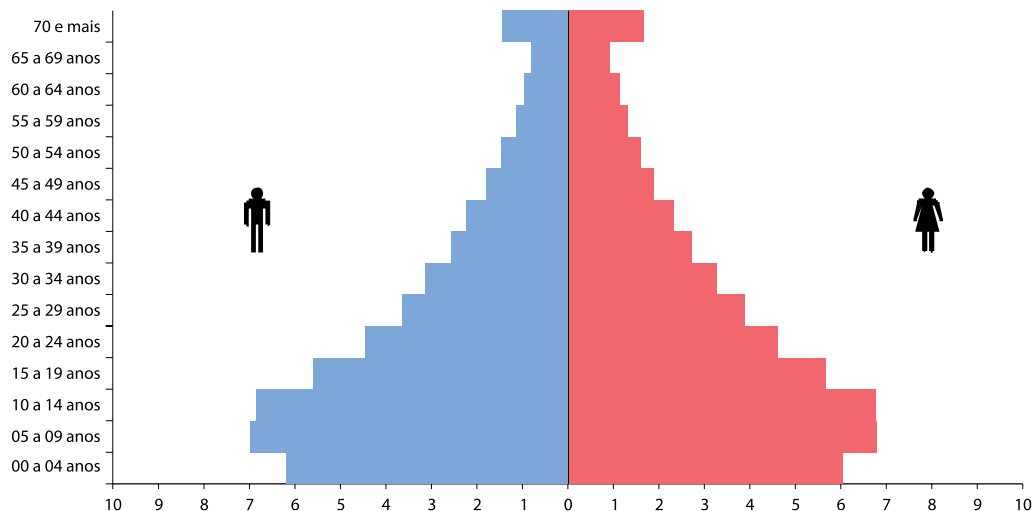
<b>Tabela 1</b>		
<b>Famílias segundo classes de rendimento familiar per capita – Bahia – 1995/2005</b>		
<b>Classes de rendimento (em salários mínimos)</b>	<b>1995</b>	<b>2005</b>
Famílias (em mil)	3.258	4090
<b>Distribuição (%)</b>		
Sem rendimentos	4,4	4,0
Até 1	18,7	27,0
Mais de 1 a 2	25,4	29,6
Mais de 2 a 5	30,3	27,0
Mais de 5 a 10	10,4	7,1
Mais de 10 a 20	4,4	3,0
Mais de 20	2,8	1,2
Sem declaração	3,7	1,1

Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005.

No mesmo período, independentemente das políticas econômicas e sociais adotadas, o crescimento da população brasileira seguiu o curso já indicado nas décadas anteriores, consolidando o processo de transição demográfica<sup>4</sup>. Na Bahia não foi diferente, embora o processo no estado tenha ocorrido de forma mais lenta que o observado no território nacional.

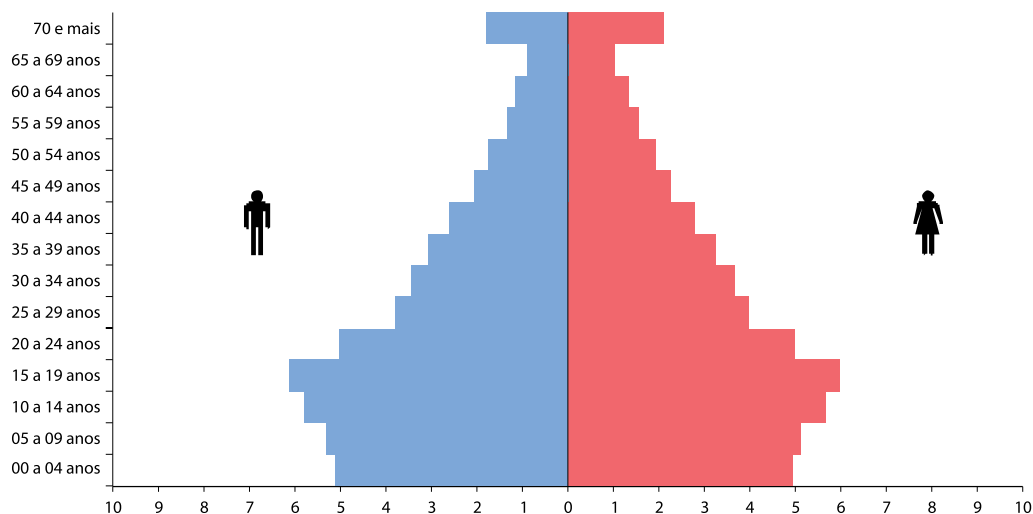
<sup>4</sup> De acordo com Souza e Muricy (2001), esse processo começou nas primeiras décadas do século XX e caracterizou-se por uma acentuada queda da mortalidade e por uma elevação dos níveis médios de fecundidade. A combinação desses dois fatores resultou em um aumento do crescimento vegetativo, que chegou a 3% a.a., durante os anos 60, provocando um processo de rejuvenescimento da população. O segundo, mais recente, iniciou-se em meados da década de 60, caracterizando-se pela continuidade da queda da mortalidade, só que, dessa vez, acompanhado de um declínio acentuado na fecundidade. A combinação dessas duas tendências implicou em um acentuado declínio das taxas de crescimento vegetativo, gerando um processo de envelhecimento da população, com redução contínua da participação dos segmentos mais jovens e aumento da longevidade.

Com a transição demográfica, verifica-se o aumento da proporção de jovens na população, de forma que esse grupo etário passou a ser preponderante na população total baiana, tal como revela a comparação entre as pirâmides etária do ano de 1991 e 2000 (Figuras 1 e 2).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991.

**Figura 1 – Pirâmide etária – Bahia – 1991 -**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

**Figura 2 – Pirâmide etária – Bahia – 2000**

Em 2000, o maior percentual da população encontrava-se nas faixa etárias de 10 a 14, 15 a 19 e 20 a 24 anos. Logicamente que a alteração do perfil etário brasileiro e baiano, e

as novas demandas geradas em decorrência, exigiram algumas mudanças nas políticas públicas, o que, contudo, não ocorreu no tempo e na intensidade necessárias. Pelo contrário, as necessidades de emprego, saúde e moradia, principalmente, para os jovens, não foram priorizadas pelos governos, deixando a população à mercê dos ajustes impostos pelo mercado.

A falta de políticas mais adequadas às necessidades da população, em um cenário econômico desfavorável, dentre outras causas, pode ter contribuído para a reorientação dos arranjos familiares. Nesse contexto, a convivência entre famílias no mesmo domicílio se ampliou, o que pode ter sido uma imposição decorrente das adversidades econômicas e sociais aguçadas na década de 1990.

A Tabela 2 mostra o crescimento do número de famílias e de domicílios da Bahia entre 1995 e 2005. Nessa mesma tabela também é observado o agravamento do déficit habitacional<sup>5</sup>, que apresentou uma taxa de crescimento anual de 5,31%, por conta do aumento, mais que proporcional, do número de famílias em relação ao número de domicílios.

Tabela 2 Número de domicílios, número de famílias, déficit habitacional bruto e taxas de crescimento anuais – Bahia – 1995/2005			
Variáveis	1995	2005	Taxa de crescimento anual (%)
Nº de domicílios	2.977.215	3.654.194	1,88
Nº de famílias	3.200.282	4.048.106	2,16
Déficit habitacional bruto	223.067	393.912	5,31

Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005. Cálculos Coordenação de Pesquisas Sociais (COPES)/SEI.

Já na Tabela 3, observa-se que boa parte do crescimento da população do estado da Bahia, no período em questão, concentrou-se sob a forma de coabitação das famílias. Enquanto a porção dos que viviam fora do regime de coabitação familiar (famílias não conviventes) cresceu a uma taxa média de 0,75% ao ano, a proporção daqueles pertencentes a famílias que coabitavam (famílias conviventes) ampliou-se a uma taxa média de 4,53% ao ano, o que aumentou significativamente a sua participação na população do estado durante o período.

<sup>5</sup> O conceito de déficit habitacional usado nesse trabalho é o de déficit habitacional bruto que é a diferença existente entre número de famílias e o número de domicílios. Existem outros conceitos mais refinados, tal como se verifica no texto de Franco e Rodrigues que consta desta publicação.

**Tabela 3**  
**População total e relativa segundo o tipo de família e taxas de crescimento anual – Bahia – 1995/2005**

Habitantes segundo a organização familiar	1995		2005		Taxa de crescimento anual (%)
	População	%	População	%	
Não conviventes	10.443.421	88,4	11.333.679	83,6	0,75
Conviventes	1.368.328	11,6	2.227.455	16,4	4,53
<b>Total</b>	<b>11.811.749</b>	<b>100,0</b>	<b>13.561.134</b>	<b>100,0</b>	<b>1,26</b>

Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005. Cálculos COPES/SEI.

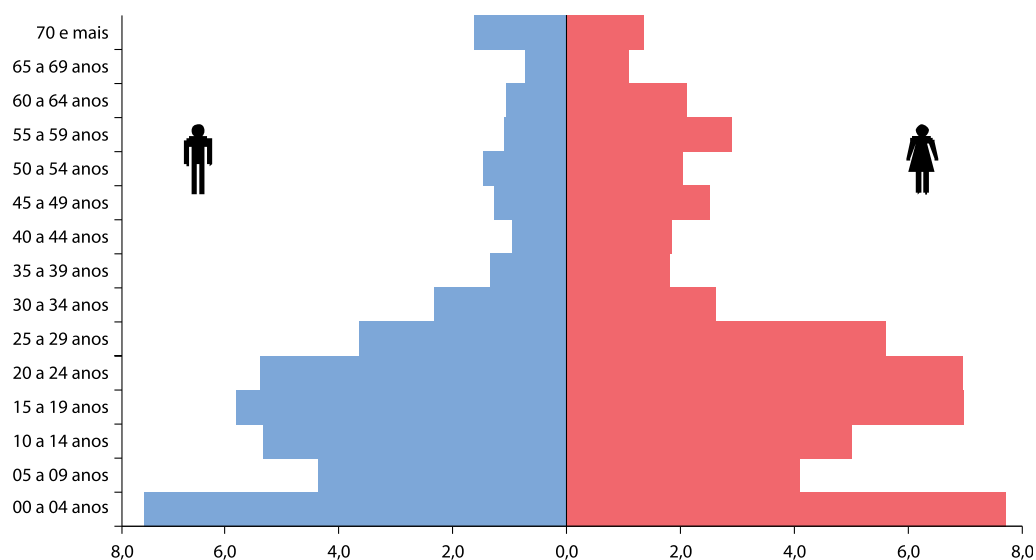
Provavelmente, a ampliação da população que reside sob a forma de convivência familiar, deve ter ocorrido concomitantemente com a degradação das condições de vida, pois, na maioria das vezes, a coabitação é uma forma improvisada de garantir uma habitação, ou um lar, para as pessoas que, por motivos diversos, não possuem condições de ter acesso à moradia.

#### PRESENÇA E CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS CONVIVENTES NA BAHIA

O estudo do fenômeno da convivência familiar requer ainda alguns esclarecimentos. Por se tratar de um arranjo domiciliar, é preciso identificar as famílias primárias ou principais, ou seja, aquela família a que pertence a pessoa responsável pelo domicílio, e as famílias secundárias, aquelas que coabitam o domicílio com a família primária.

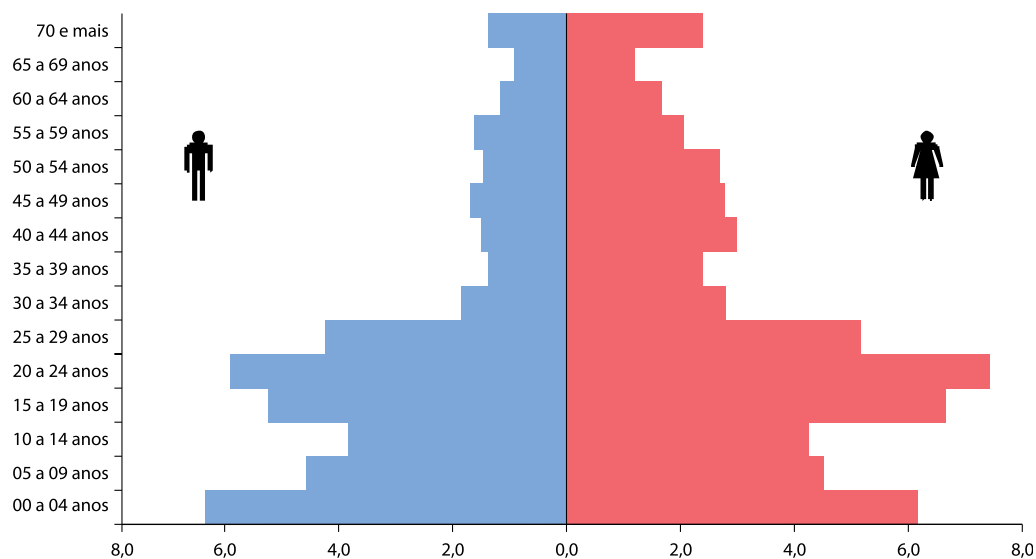
Uma primeira avaliação demográfica sobre o assunto pode ser feita por meio das pirâmides etárias para a população convivente na Bahia, nos anos de 1995 e 2005 (Figuras 3 e 4). Como já foi mencionado, o perfil etário da população baiana se modificou substancialmente, nos últimos anos, devido à consolidação do processo de transição demográfica, o que também se constatou em relação à população convivente. Porém, embora tenha havido um processo de envelhecimento entre aqueles que compõem esse grupo, verificou-se certa estabilidade na distribuição etária, pois os padrões das pirâmides não se alteraram significativamente, apesar do alto crescimento da coabitação ocorrido no estado. A exceção foi o segmento das crianças de 0(zero) a 4(quatro) anos, que apresentou uma redução significativa da proporção devido à diminuição dos níveis de fecundidade.

A estabilidade da distribuição etária demonstra que, apesar de sofrer os efeitos da transição demográfica, a coabitação familiar se propaga com certa regularidade em determinados grupos etários, nitidamente concentrada entre as pessoas com menos de 30 anos. Além disso, em 2005, em torno de 12% da população convivente era constituída por crianças na faixa etária de 0(zero) a 4(quatro) anos. Portanto, pessoas em idades bastante vulneráveis, que precisavam de maior assistência não só da família, como também da própria sociedade.



Fonte: IBGE. PNAD de 1995. Cálculos COPES/SEI.

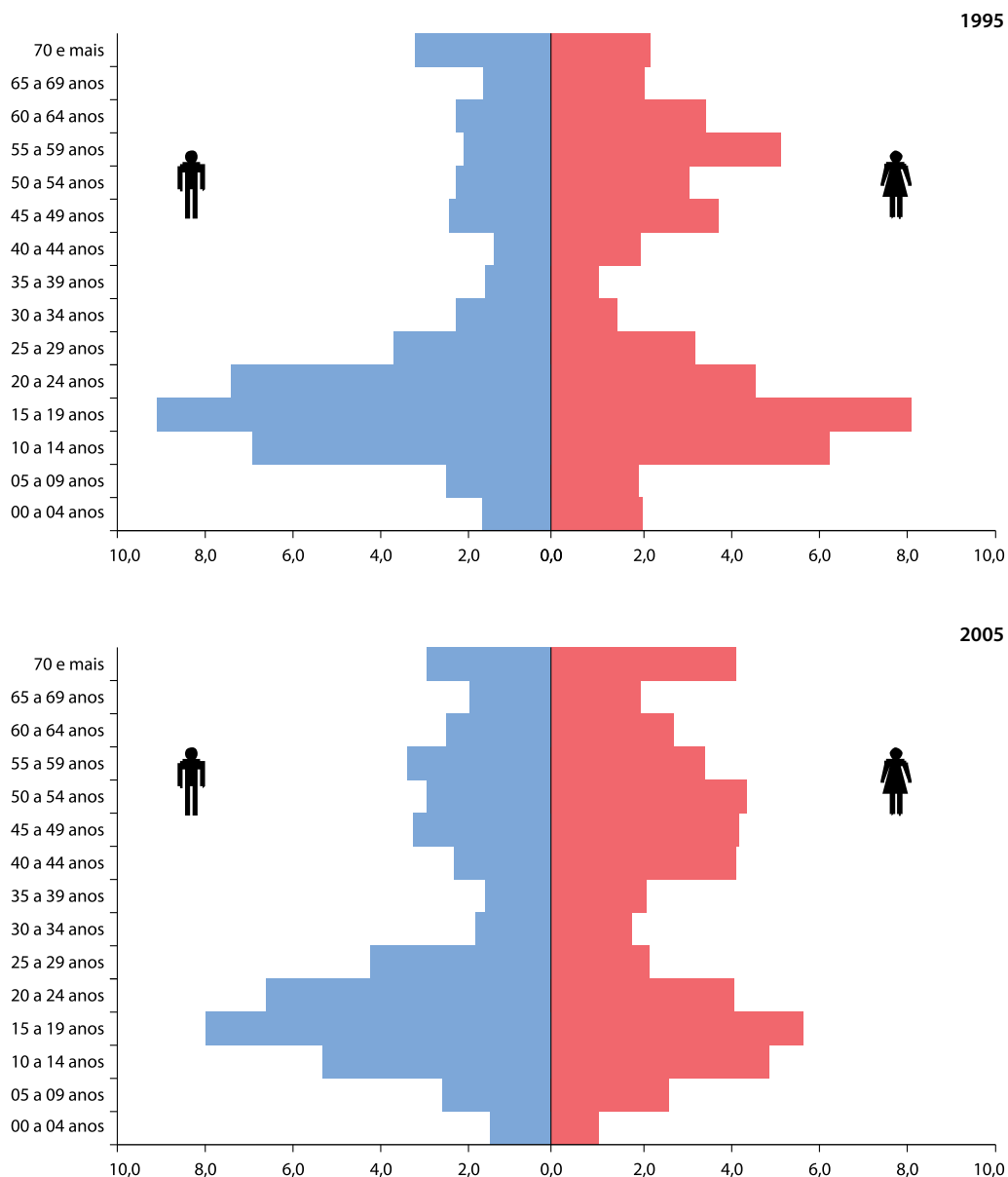
**Figura 3 – Pirâmide etária da população convivente – Bahia – 1995**



Fonte: IBGE. PNAD de 2005. Cálculos COPES/SEI.

**Figura 4 – Pirâmide etária da população convivente – Bahia – 2005**

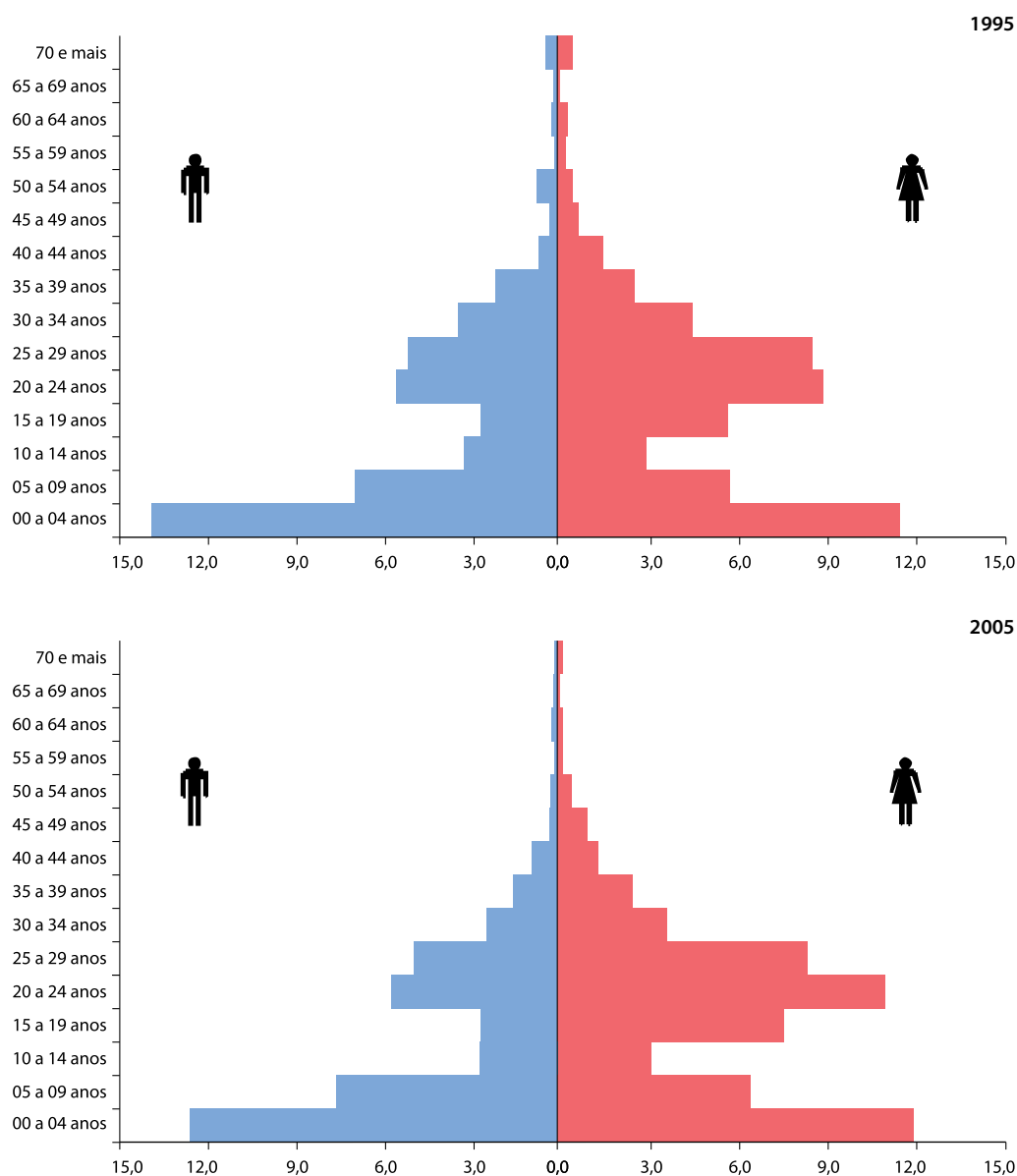
Conforme as Figuras 5 e 6, observa-se que dentro do arranjo domiciliar de coabitação, as famílias primárias possuíam um perfil bem mais envelhecido do que as famílias secundárias. Nelas a existência de crianças de 0 a 4 anos era bastante reduzida. Além disso, essas famílias apresentam-se de forma bastante masculinizada, principalmente entre os 15 e os 24 anos de idade.



Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005. Cálculos COPES/SEI.

**Figura 5 – Distribuição etária das famílias primárias – Bahia – 1995/2005**





Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005. Cálculos COPES/SEI.

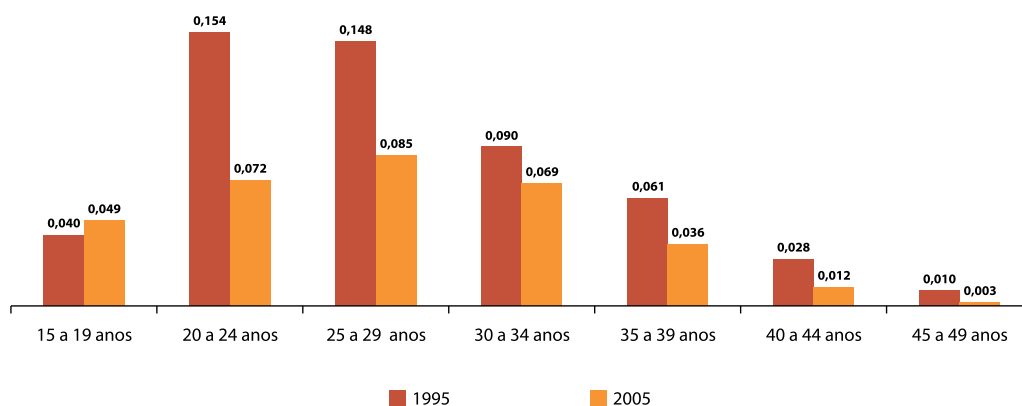
**Figura 6 – Distribuição etária das famílias secundárias – Bahia – 1995/2005**

Contrastando com essa realidade, a distribuição etária das famílias secundárias mostrou-se bastante rejuvenescida, pois embora tenha se reduzido a proporção das crianças de 0 (zero) a 4 (quatro) anos, esse grupo etário apresentava um peso significativo tanto em 1995 quanto em 2005. A distribuição etária de tais famílias revela uma predominância muito grande das mulheres entre os 15 e 24 anos de idade, faixa de idade que se tornou

mais freqüente em 2005. Tal tendência pode estar associada aos altos índices de gravidez na adolescência e às mulheres que engravidaram ainda jovens, sem possuir condições suficientes para manter um domicílio.

A baixa presença relativa de homens na distribuição etária das famílias secundárias indica que, na maioria das vezes, essas novas mães não vivem no mesmo domicílio com os cônjuges, e, às vezes, nem os têm. Essa característica associada à predominância significativa de crianças, principalmente na idade de 0 (zero) a 4 (quatro) anos, tornam tais famílias bastante vulneráveis do ponto de vista socioeconômico.

Os Gráficos 1 e 2 mostram as taxas de fecundidade específica do grupamento de mulheres entre 15 e 49, para os anos de 1995 e 2005, segundo a família a que pertence, primária ou secundária, respectivamente. No Gráfico 1, observa-se que o comportamento da taxa específica de fecundidade é decrescente para todos os grupos etários, exceto entre as adolescentes, mulheres de 15 a 19 anos, grupo em que a taxa se mostrou crescente. Destaca-se um declínio significativo dos níveis de fecundidade das mulheres com idades variando entre 20 a 24 e de 25 a 29 anos de idade.

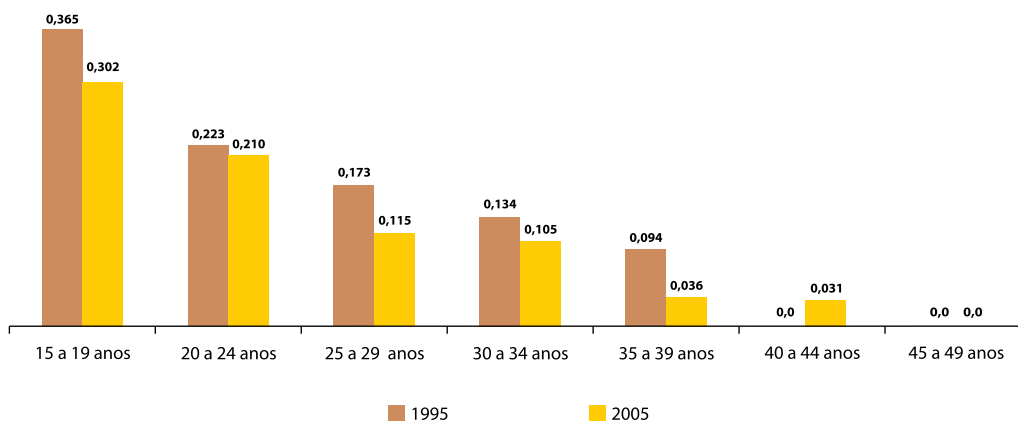


Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005. Cálculos COPES/SEI.

**Gráfico 1 – Taxa de fecundidade específica das mulheres pertencentes às famílias primárias\*, segundo o grupo etário – Bahia – 1995/2005**

(\*) Incluem-se também as famílias que não coabitam.

Entre as mulheres pertencentes às famílias secundárias, a taxa específica de fecundidade diminui em todos os segmentos etários. Entretanto, o ritmo dessa queda foi substancialmente menor em relação à observada para as mulheres vinculadas às famílias primárias. Nas famílias secundárias houve uma diminuição significativa da fecundidade entre as mulheres de 15 a 19 (adolescentes), cuja taxa situou-se em 0,365, em 1995, e em 0,302, em 2005, sendo esses os maiores padrões de fecundidade do período. As mulheres de 25 a 29 anos também apresentaram uma redução significativa da taxa de fecundidade específica.



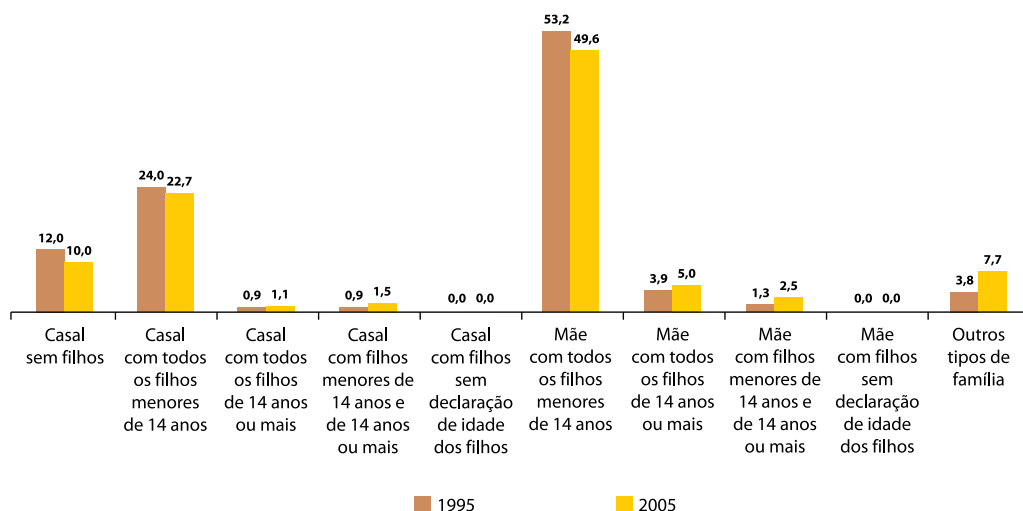
Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005. Cálculos COPES/SEI.

**Gráfico 2 – Taxa de fecundidade específica das mulheres pertencentes às famílias secundárias, segundo o grupo etário – Bahia – 1995/2005**

Embora as taxas de fecundidade tenham caído de forma generalizada, devido ao processo de transição demográfica ocorrido no Brasil, na Bahia observou-se um crescimento na taxa de fecundidade específica entre as adolescentes. É interessante notar que o nível de fecundidade apontado nesse grupo etário é extremamente elevado entre as mulheres pertencentes às famílias secundárias, reforçando que a gravidez na adolescência constitui-se em um dos fatores associados ao aumento da coabitação familiar. Na realidade, as taxas de fecundidade específicas se mostraram mais elevadas para todos os grupos etários de mulheres pertencentes às famílias secundárias, quando comparadas aos mesmos grupos das famílias primárias.

Outra situação a ser considerada são os arranjos familiares vigentes nas famílias secundárias. No Gráfico 3, verifica-se que, em 2005, 49,6% das famílias secundárias eram constituídas por mães com filhos menores de 14 anos, tipo de arranjo familiar que, conforme consta na literatura, é mais propenso a enfrentar situações de vulnerabilidade social. Em 2005, o outro arranjo familiar mais freqüente entre as famílias secundárias era o caracterizado por casal com filhos menores de 14 anos, representando cerca de 22,7% do total. Grupos familiares compostos somente por casais correspondiam a 10% das famílias secundárias.

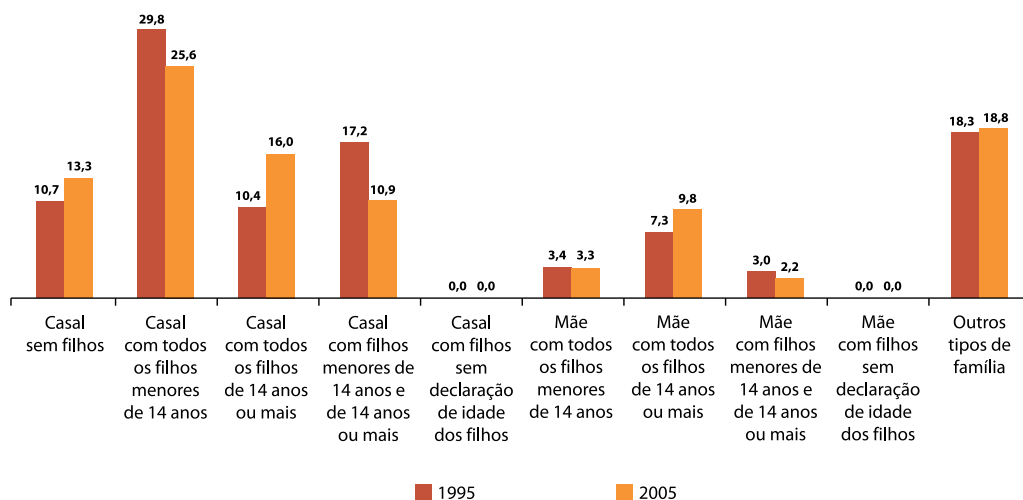
As demais formas de arranjos familiares (casal com todos os filhos de 14 anos ou mais, casal com filhos menores de 14 anos e 14 anos ou mais, mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais e mãe com filhos menores de 14 anos e 14 anos ou mais) se mostraram crescentes no período. Porém, em 2005, essas proporções eram pouco significativas. Os outros tipos de famílias dobraram sua participação entre 1995 e 2005, passando de 3,8% para 7,7%.



Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005. Cálculos COPES/SEI.

**Gráfico 3 – Distribuição relativa das famílias secundárias segundo o arranjo familiar – Bahia – 1995/2005**

O Gráfico 4 evidencia a forma como as famílias primárias ou principais se distribuíam segundo os tipos de arranjos familiares. Nesse grupo, o arranjo predominante era o formado por casais. Destacavam-se, neste caso, as famílias formadas por casais com todos os filhos menores de 14 anos, que representavam, em 2005, 25,6% das famílias. Embora esse arranjo possuísse uma participação significativa, ela se mostrou declinante entre 1995 e 2005. Os arranjos formados por casais sem filhos apresentaram uma participação crescente, representando, em 2005, 13,3% dos arranjos familiares.



Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005. Cálculos COPES/SEI.

**Gráfico 4 – Distribuição relativa das famílias primárias\* segundo o arranjo familiar – Bahia – 1995/2005**

(\*) Incluem-se também as famílias que não coabitam.

Paralelamente, pôde-se observar que os arranjos formados pelos casais com filhos de 14 anos ou mais apresentou um aumento de 10,4%, em 1995, para 16,0%, em 2005. Houve também um aumento na proporção das famílias formadas por mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais. A proporção dos arranjos formados por outros tipos de família foi significativa – o segundo mais importante em ambos os anos em enfoque – e permaneceu praticamente constante, representando 18,8% das famílias primárias em 2005.

O estudo dos arranjos das famílias primárias e secundárias permitiu observar que esses dois tipos de famílias possuíam estruturas diferenciadas. Enquanto nas famílias primárias predominavam aquelas baseadas no casamento e, por conseguinte, na vida conjugal, nas secundárias destacavam-se os arranjos do tipo mãe com todos os filhos menores de 14 anos. Os motivos para essa diferenciação no perfil da distribuição dos arranjos familiares entre as famílias primárias e secundárias são, por certo, muito complexos. Todavia, a existência de perfis tão distintos já permite perceber que a coabitação entre famílias é aceita mediante algumas condições. Uma hipótese plausível é que o veto à presença do cônjuge possa ser uma delas.

Deve-se ressaltar que outros aspectos também podem contribuir significativamente para tal fenômeno. Nesse sentido, a própria renda das pessoas que pertencem às famílias secundárias deve ser considerada como fator que influencia na coabitação, visto que a mesma pode ser insuficiente para comprar, construir ou alugar uma moradia digna para a família. Ao tocar nessa questão, deve-se fazer referência a dois processos que estão intimamente interligados.

O primeiro relaciona-se ao fato de que muitas dessas famílias utilizam a autoconstrução como uma estratégia para driblar essas adversidades (Foto 1)<sup>6</sup>. O segundo, por sua vez, diz respeito a um fenômeno muito interessante que vem sendo observado, há algum tempo, nas maiores cidades brasileiras – e as da Bahia não fogem à essa regra –, qual seja, a verticalização/ampliação das moradias, sobretudo, aquelas onde residem pessoas de baixa renda (tal como expresso na Foto 2). Esse é, por certo, um outro meio adotado pelas famílias no sentido de abrigar aqueles que estão na condição de filhos, netos e outros parentes, que constituíram uma nova família, mas que não detêm recursos financeiros que lhes permitam ter uma moradia independente.

<sup>6</sup> Com efeito, tal estratégia é levada adiante, freqüentemente, nos horários em que os moradores estão afastados das suas atividades laborais, seja à noite, ou então nos finais de semana. Nessas oportunidades, pode-se contar com a mão-de-obra de amigos ou parentes próximos, situação que caracteriza a existência de “[...] redes de trabalho, através das quais os autoconstrutores estabelecem compromissos entre si, configurando-se um pacto de ajuda recíproca que pode estender-se por muito tempo” (VALADARES; FIGUEIREDO, 1981 apud OLIVEIRA, 2007).



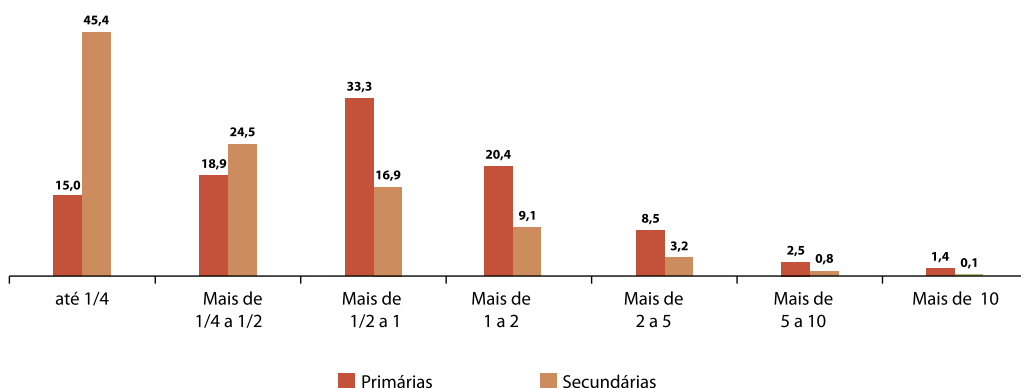
Foto 1 – Processo de autoconstrução,  
Vila Canária, Salvador – RMS – 2006



Foto 2 – Domicílios verticalizados, Itinga, Lauro de Freitas – RMS – 2005

Nos Gráficos 5 e 6 são observadas as formas de distribuição das famílias conviventes por classe de rendimento familiar per capita para os anos de 1995 e 2005. Constata-se que em 1995, 45,4% das famílias secundárias possuíam rendimento familiar per capita de até 1/4 do salário mínimo, e 86,8% tinham renda de até um salário mínimo familiar per capita. Entre as famílias primárias apenas 15,0% possuíam rendimentos de até 1/4 do salário mínimo e 67,2% dessas famílias recebiam até um salário mínimo familiar per capita.

Essa distribuição dos rendimentos demonstra que, em 1995, as famílias conviventes possuíam rendimentos, geralmente, muito baixos. As famílias primárias tinham um rendimento familiar per capita que era 117,9% superior ao rendimento familiar per capita das famílias secundárias. Mesmo tendo, em média, mais que o dobro dos rendimentos familiar per capita das famílias secundárias, o rendimento familiar per capita médio das famílias primárias ainda era substancialmente baixo, com valor nominal de R\$ 111,70.



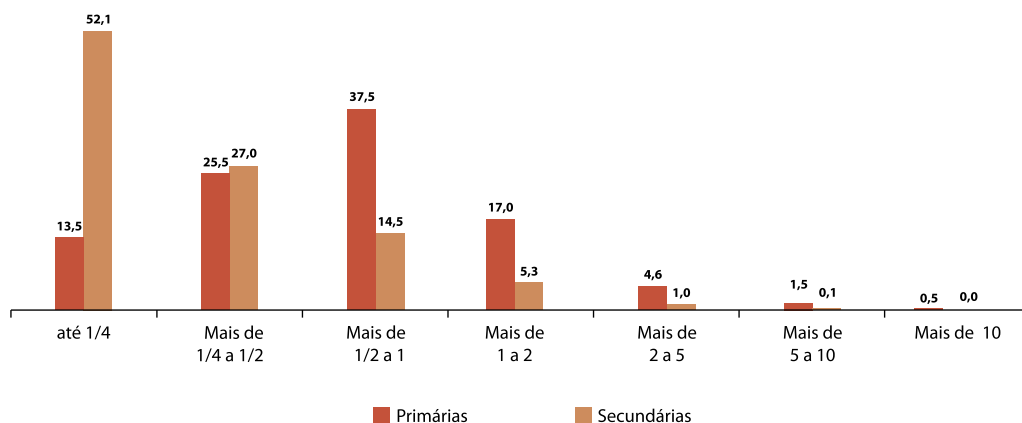
Fonte: IBGE. PNAD de 1995. Cálculos COPES/ SEI.

**Gráfico 5 – Proporção de famílias conviventes primárias e secundárias, por classe de rendimento familiar per capita em salário mínimo – Bahia – 1995**

Em 2005, em termos de rendimentos a situação piorou. O Gráfico 6 aponta para um aumento na proporção das famílias secundárias que tinham rendimento familiar per capita de até 1/4 do salário mínimo, com 52,1% nessa situação. Além disso, 93,6% das famílias secundárias, em 2005, viviam com rendimento familiar per capita de até um salário mínimo.

Deve-se salientar que uma proporção significativa das famílias secundárias não possuía nenhum tipo de rendimento, visto que, em 1995, 31,0% dessas famílias estavam nessa condição. Em 2005, houve uma redução dessa proporção para 27,6%.

A deterioração dos rendimentos também foi observada entre as famílias primárias, cujas perdas ocorreram, substancialmente, entre as famílias que tinham rendimento familiar per capita superior a um salário mínimo. Nesse caso específico, a proporção diminuiu de 32,8%, em 1995, para 23,6%, em 2005.



Fonte: IBGE. PNAD de 2005. Cálculos COPES/ SEI.

**Gráfico 6 – Proporção de famílias conviventes primárias e secundárias, por classe de rendimento familiar per capita em salário mínimo – Bahia – 2005**

Pode-se inferir com isso que a convivência familiar é influenciada pelos baixos rendimentos, ou seja, em um cenário onde os rendimentos são reduzidos e as perspectivas de aumento não são otimistas, a convivência entre as famílias permite suprimir ou ratear uma série de custos que boa parte dessas famílias não teria como arcar isoladamente. Um bom exemplo dessa situação é a falta de condições para pagar uma creche ou uma babá para tomar conta das crianças, grupo etário muito comum nas famílias secundárias. Nessa situação, a convivência entre famílias supriria essa carência, criando maior liberdade para os adultos freqüentarem o mercado de trabalho. Em casos como esse, torna-se comum que as crianças fiquem sob a guarda de um parente mais velho, a exemplo do que ocorre com a família mostrada na Foto 3. No domicílio em foco, coabitam três gerações diferentes, avó, filhos e netos, ficando a primeira responsável por cuidar das crianças, enquanto os demais adultos pressionam o mercado de trabalho (DIAS, 2006).

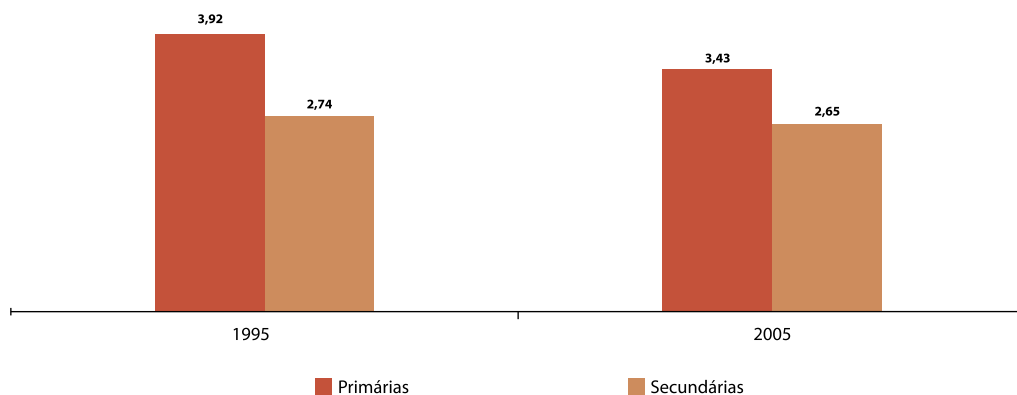
Desse modo, o ônus financeiro para a manutenção das famílias conviventes, na maioria das vezes, recai sobre as famílias primárias. Em 2005, as primárias apresentavam rendimento familiar per capita de R\$ 251,19, o que equivalia a 83,7% do salário mínimo vigente na época e era 137% maior que o rendimento familiar per capita médio das famílias secundárias. Outro dado relevante é que entre as famílias primárias, em 2005, apenas 1,3% não possuía nenhum tipo de rendimento.





Foto 3 – Família convivente, Araqui, Lauro de Freitas – RMS – 2005

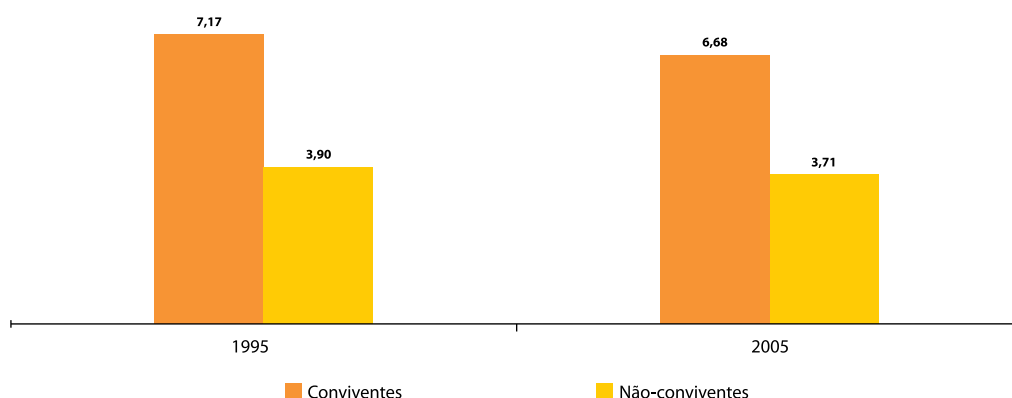
O Gráfico 7 mostra que, durante o período estudado, o tamanho médio das famílias, primárias e secundárias, se reduziu, o que pode ser entendido como mais um efeito atribuído ao processo de transição demográfica. Nesse contexto, a diminuição ocorrida no número médio de componentes das famílias primárias foi mais significativa, visto que, em 1995, essas famílias tinham em média 3,92 componentes, e, em 2005, essa média foi de 3,43. As famílias secundárias, que em 1995 já possuíam um número médio de componentes bastante reduzidos (2,74), apresentaram, em 2005, uma pequena queda (2,65 indivíduos).



Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005. Cálculos COPES/SEI.

**Gráfico 7 – Número médio de componentes das famílias primárias e das famílias secundárias  
Bahia – 1995/2005**

O Gráfico 8 mostra que o adensamento domiciliar seguiu a mesma tendência apresentada pelas famílias. Tanto os domicílios com famílias conviventes quanto aqueles em que residem famílias não-conviventes apresentaram redução no número médio de moradores. No entanto, deve-se destacar que os domicílios com famílias conviventes têm, em média, o dobro do número médio de pessoas que residem em domicílios não-conviventes, e que embora, no período, tenha ocorrido uma diminuição dessas médias, essa relação permaneceu praticamente constante.



Fonte: IBGE. PNADs de 1995 e 2005. Cálculos COPES/SEI.

**Gráfico 8 – Número médio de pessoas residentes nos domicílios com famílias conviventes e não-conviventes Bahia – 1995/2005**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste artigo foi comparar, em dois momentos precisos, 1995 e 2005, determinadas características socioeconômicas das famílias conviventes na Bahia. No entanto, não se pode finalizá-lo sem fazer referência ao fato de que o mesmo guarda correlação com a linha de pesquisa conhecida como os estudos sobre estratégias familiares desenvolvidos na América Latina. Isso porque, tal linha de pesquisa tem se pautado, desde o seu início, em privilegiar a análise das diversas atividades levadas a cabo pelos diferentes membros da família para tornar possível sua reprodução cotidiana e geracional em sua interação com a estrutura social.

Uma parte importante dessa linha de investigação é composta pelos estudos que se originaram a partir da necessidade de se conhecer de que modo a crise econômica e social que se abateu sobre os países dessa região, no alvorecer dos anos 1980, implicava em alterações nas estratégias familiares – notadamente adotadas pelas famílias que compunham os estratos sociais de menor poder aquisitivo. Nos primeiros anos da década de 1990 o interesse por esses estudos ganhou novo fôlego em decorrência de um processo de reestruturação econômica que agravou, ainda mais, as condições de funcionamento do mercado de trabalho provocando, entre outras coisas, a elevação dos níveis de desemprego e a diminuição generalizada dos rendimentos do trabalho.

Efetivamente, as condições que imperaram na sociedade brasileira nesses dois períodos – redução das atividades econômicas, desemprego, inflação<sup>7</sup> e inexistência de políticas sociais compensatórias – impuseram a deterioração das condições de vida para extensas parcelas das famílias brasileiras, o que trouxe severas restrições à sua reprodução (MONTALI, 1990).

Tal como resume Acosta (2003), os estudos que tratam da temática das estratégias familiares procuram revelar que o trabalho doméstico e extradoméstico, a produção de bens para o mercado e para o autoconsumo, a migração, a construção e manutenção das redes familiares e sociais de apoio constituem os principais componentes disponíveis para que os domicílios de baixos rendimentos tornem possível sua reprodução cotidiana e geracional.

A idéia de estratégia constitui um conceito extremamente útil quando o que se quer – como foi o caso neste estudo – é entender a dinâmica de organização interna das unidades domésticas, e como essas unidades reagem em face dos diferentes processos econômicos e sociais. Nessa perspectiva, é preciso compreender o fenômeno de ampliação da convivência nas famílias baianas como estratégias criadas para fazer frente tanto às dificuldades derivadas do campo econômico, quanto às mudanças que se operaram no plano demográfico.

Dessa forma, o exame dos dados referentes às famílias conviventes, em 1995 e 2005, demonstrou que a convivência entre as famílias, no âmbito demográfico, se reproduz de forma regular. Ou seja, ela incide de forma consistente sobre os mesmos grupos etários, independentemente do ano examinado. No entanto, essa regularidade também sofreu as influências do processo de transição demográfica, que provocou a redução da fecundidade, diminuindo a proporção das crianças e, conseqüentemente, o envelhecimento da população.

As taxas de fecundidades específicas se mostraram mais elevadas entre as mulheres pertencentes às famílias secundárias, com um pequeno destaque para as adolescentes, mulheres de 15 a 19 anos. Contudo, não se deve associar, simplesmente, a coabitação entre as famílias com a gravidez na adolescência, pois, as taxas de fecundidade específicas das mulheres jovens e adultas, pertencentes às famílias secundárias, são significativamente altas quando comparadas com as taxas apresentadas pelas mulheres pertencentes às famílias primárias.

As famílias secundárias apresentam uma quantidade significativa de crianças, o que pode representar uma situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, a coabitação pode ser considerada como uma forma de amenizar tal condição, uma vez que sempre haverá um ou mais adultos que se responsabilizarão pelos cuidados e atenção exigidos cotidianamente pelas crianças. As altas taxas de fecundidade encontradas entre as mulheres pertencentes às famílias secundárias também levam a acreditar que a coabitação possui uma estreita relação com a gravidez não planejada. Contudo, deve-se ressaltar que por trás da coabitação familiar existe uma série de relações sociais que uma simples correlação estatística não pode mensurar.

Em relação aos arranjos familiares, a predominância daqueles formados por mães com todos os filhos menores de 14 anos, entre as famílias secundárias, se opõe ao arranjo tradicional de

<sup>7</sup> Depois da implantação do Plano Real, o fenômeno inflacionário passou a estar sob controle, deixando, portanto, de acarretar sérios ônus para a vida das famílias brasileiras.

família, casais com filhos, majoritário entre as famílias primárias e não conviventes. A falta do cônjuge, nesse caso, não pode ser interpretada como um dos motivos diretos que levam à convivência e vulnerabilidade dessas famílias, visto que, boa parte das mulheres responsáveis pelas famílias secundárias pode, não necessariamente, ser solteira, pois, por qualquer outro motivo, os arranjos domiciliares de convivência podem vetar a presença do cônjuge.

A análise do rendimento familiar per capita demonstrou que as famílias secundárias possuíam, em média, rendimentos bem inferiores aos obtidos pelas famílias primárias. Além disso, possuíam um percentual maior de famílias sem nenhum tipo de rendimento. Porém, apesar de maiores, o rendimento familiar per capita das famílias primárias não eram muito significativos, quando comparados com os valores do salário mínimo corrente. Dessa forma, a convivência geralmente se estrutura entre famílias de baixo rendimento familiar per capita.

Por fim, os domicílios onde residem mais de uma família são mais adensados que aqueles onde não há convivência familiar, sendo que, no período examinado, o número médio de residentes em ambos os tipos de domicílios se reduziu. Nos domicílios com famílias conviventes, a redução concentrou-se mais nas famílias primárias, visto que o número médio dos componentes das famílias secundárias esteve abaixo de três indivíduos.

No âmbito geral, a convivência entre as famílias demonstrou ter um caráter temporário, hipótese reforçada pela estabilidade da distribuição etária das famílias secundárias nos dois anos analisados. Os baixos rendimentos médios familiar per capita das famílias primárias e, principalmente, das famílias secundárias, demonstraram que a coabitação familiar é fortemente influenciada por questões financeira.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Felix. La familia en los estudios de población en América Latina: estado del conocimiento y necesidades de investigación. *Papeles de Población*, Toluca, n.37, jul./sep. 2003.
- BORGES, Ângela. Impactos do desemprego e da precarização sobre as famílias em três metrópoles brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2006.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Família e pobreza. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2003. (Série estudos e pesquisas, 63). p.117-134.
- CIOFFI, Sylvia. Famílias metropolitanas: arranjos familiares e condições de vida. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998. Caxambú. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1998. p. 1041-1070.
- DIAS, Patrícia Chame. *A construção da segregação residencial em Lauro de Freitas (BA): estudo das características e implicações do processo*. 2006. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.
- GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.1, 1993.

MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; VARELLA, Santiago. *O levantamento de informações sobre as famílias nas PNADs de 1992 a 1999*. Rio de Janeiro. IPEA, 2002. (Texto para discussão. n. 860)

MONTALI, Lília. Família e trabalho na Grande São Paulo: notas sobre os arranjos familiares na crise do início dos anos 80. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, Caxambú. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1990. p. 209-229.

OLIVEIRA, Anderson Gomes. *A periferia de Salvador: avaliação da qualidade de vida em áreas de intervenção habitacional para pessoas de baixa renda*. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SABÓIA, Ana Lúcia; COBO, Bárbara. *Nota sobre o conceito de família no Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE/COPIS, 2003.

SANTANA, Marcelo. Mudanças nas formas de inserção da população ocupada na década de 1990. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama social da Bahia nos anos 1990*. Salvador: SEI, 2003. (Série estudos e pesquisas, 59). p.45-64.

SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.

SOUZA, Guaraci Adeodato de; MURICY, Ivana Tavares. *Mudanças nos padrões de fecundidade e de mortalidade na infância da Bahia 1940/1997*. Salvador: SEI, 2001. 86 p. (Série estudos e pesquisa, 52).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mercados de trabalho municipais na Bahia: perfil dos mercados de trabalho em municípios e regiões econômicas e subsídios para políticas públicas*. Salvador, 2005. Módulo 1, mimeo.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Recentes transformações no rural baiano*. Salvador: SEI, 2003. (Série estudos e pesquisa, 68).

TERUYA, Marisa. A família na historiografia brasileira. Bases e perspectivas teóricas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambú. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2000.